

C1

Ana Carolina Vila Ramos dos Santos

**“As Naturezas de Freyre:
Natureza e Ecologia em “Nordeste” (1937) de Gilberto
Freyre”**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Sociologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas, sob a
orientação da **Profa. Dra. Leila da Costa
Ferreira**

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
04/11/2008

BANCA

Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira (Orientadora)

Profa. Dra. Elide Rugai Bastos

Prof. Dr. Sérgio Barreira de Faria Tavoraro

Prof. Dr. Renato Pinto Ortiz (suplente)

Prof. Dr. João Luiz Hoeffel (suplente)

Handwritten signatures of the jury members: Leila da Costa Ferreira, Elide Rugai Bastos, Sérgio Barreira de Faria Tavoraro, Renato Pinto Ortiz, and João Luiz Hoeffel.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

So59n Santos, Ana Carolina Vila Ramos dos
As naturezas de Freyre: natureza e ecologia em “Nordeste”
(1937) de Gilberto Freyre / Ana Carolina Vila Ramos dos Santos.
- - Campinas, SP : [s. n.], 2008.

Orientador: Leila da Costa Ferreira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1.Freyre, Gilberto, 1900-1987. 2. Sociologia. 3. Ecologia.
4. Natureza. I. Ferreira, Leila da Costa. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III.Título.

(cn\ifch)

Título em inglês: Freyre's natures: nature and ecology in Gilberto Freyre's
“Nordeste” (1937)

Palavras chaves em inglês (keywords) :

Sociology
Ecology
Nature

Área de Concentração: Sociologia

Titulação: Mestre em Sociologia

Banca examinadora: Leila da Costa Ferreira, Elide Rugai Bastos, Sérgio
Tavolaro

Data da defesa: 04-11-2008

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

Ao meu pai querido (em memória), por ter sempre acreditado;
A minha mãe querida, por não ter desistido.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPQ a bolsa de pesquisa sem a qual seria impossível conduzir o trabalho. Aos funcionários do IFCH pela mãozinha nas horas do aperto.

À minha orientadora, Profa. Leila da Costa Ferreira: pela enorme confiança depositada, pelo estímulo constante e sempre carinhoso, pela lição de profundo respeito às diferenças, pelo senso criativo e alargado de possibilidades. A ela devo as primeiras idéias que deram origem ao trabalho bem como o incentivo maior para continuar.

Aos parceiros do projeto de pesquisa “Questão Ambiental, Interdisciplinaridade, Teoria Social e Produção Intelectual na América Latina”: pelas horas de descobertas intensas de um mundo todo novo. Aos funcionários do NEPAM, sempre com um cafezinhoquentinho para a gente. Aos Doutorandos da turma de 2006 do Doutorado em “Ambiente e Sociedade”, sempre tão acolhedores.

Aos Professores do Departamento de Sociologia-IFCH, especialmente, ao Prof. Renato Ortiz (cujas provocações sempre perspicazes e preciosas deram movimento às minhas idéias), à Prof. Elide Rugai Bastos (pelo exemplo de rigor e justeza no estudo do pensamento social brasileiro) e ao Prof. Laymert Garcia dos Santos (pela lição de criatividade intelectual).

Aos colegas da turma de 2006 de Mestrandos e Doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela troca sempre rica de idéias e experiências.

À Dra. Florência Carmelo, Dra. Flô, pelo equilíbrio.

Aos meus amigos. Vivoca querida: “nos demos as mãos, e juntas caminhamos”. Ju Inoue e Fê Grigolin: nossos encontros e desencontros. Manu, que mesmo longe esteve sempre perto. Carol (Margarida de todas as manhãs). Os amigos do Macú. O meu palhaço. O pessoal do francês. A Bim e todos os amigos de Santa Rita do Passa Quatro, cidade do coração. O pessoal da Freguesia do Ó, pelos momentos de descanso da loucura, ao Fabinho querido, especialmente pelos sentidos sempre renovados da palavra disposição que me ensinou.

À minha família pela paciência- sempre pacientes, Vó Cema (comida boa sobre a mesa...), Dé (as figuras são para ele!), Pam, Guto, Paula e Gabi agüentaram as idas e vindas dos meus humores e compreenderam todas as minhas ausências. Sempre

confiantes...estímulo constante. À minha mãe que acompanhou cada pequeno progresso e os vários reveses, sempre carinhosa, sempre atenta, sempre serena. Ao meu papai que não pôde ver no que, afinal, deu toda aquela bagunça.

Resumo

Este trabalho é parte de um esforço de estudo sobre a recepção, institucionalização e consolidação, registradas na história das ciências sociais brasileiras, em especial da sociologia, dos estudos de ambiente e sociedade. Para tanto, focaliza-se a produção intelectual de Gilberto Freyre nos anos 1930 em especial a obra “Nordeste” (1937) e investiga-se de que modo os temas natureza e ecologia foram tratados neste trabalho, analisando o lugar desses temas na produção intelectual do período e suas contribuições aos estudos sobre ambiente e sociedade no interior da sociologia brasileira.

Palavras-chave: Sociologia Ambiental; Pensamento Social Brasileiro; Gilberto Freyre; natureza.

Abstract

This work is part of an effort of comprehension of the reception, institutionalisation and consolidation, registered in the history of brazilian social sciences, specially in sociology, of the environment and society studies. For that, Gilberto Freyre's works in the 1930's, specially “Nordeste” (1937), are the focus of this research in which is investigated how the themes nature and ecology were treated in Freyre's book, analysing the place that they took in the intelectual ambience of that period and their contributions to the environment and society studies in brazilian sociology.

Key Words: Environmental Sociology; Brazilian Social Thought; Gilberto Freyre; nature.

Listas das Ilustrações

Figura 1- “Le roi porté”: Manufatura Gobelin	35
Figura 2- Frans Post: “Ilha de Itamaracá”	66
Figura 3- Frans Post: “Forte Hendrick”.	67
Figura 4- Frans Post: “Engenho de Açúcar”.	68
Figura 5- Frans Post: “Carro de Boi”.	69
Figura 6- Manoel Bandeira: “Triângulo Rural Nordestino”	107
Figura 7- Cícero Dias: “Casa-Grande do Engenho Noruega Antigo Engenho dos Bois”	108

SUMÁRIO

De onde partimos...	13
Capítulo 1- Uma breve discussão acerca da metodologia de análise	19
 PARTE I: ANTECEDENTES	
Capítulo 2- A sociologia de Freyre na década de 1930: Abrindo caminho para pensar sua ecologia	25
Capítulo 3- Aproximações à natureza e ecologia de Freyre: garimpando diálogos	29
1- Natureza como meio, natureza como paisagem	29
2- A História começa no Romantismo	32
3- Geração de 1870 e “meio”	43
4- A literatura regionalista e “paisagem”	59
5- Escola de Chicago: tão distante assim...	73
 PARTE II: ANÁLISE DA OBRA	
Capítulo 4- Qual a natureza de Freyre?	87
Capítulo 5- O Manifesto Regionalista de 1937	97
Capítulo 6- As paisagens pernambucanas	105
1- A Casa	112
2- A Casa e a paisagem natural	119
3- A Casa, os bichos e as plantas	124
4- A Casa e o Engenho	131
5- A Casa e a Capela	134
Capítulo 7- “Das ostras que dão pérolas...”: A crítica ecológica de Freyre em “Nordeste”	139
Onde chegamos...	153
Bibliografia	155

De onde partimos...

“As idéias não brotam feito cogumelos.”

Elide Rugai Bastos.

A tom de brincadeira do comentário, transcrito como epígrafe desse trabalho, sintetiza o esforço de reflexão que presidiu a elaboração do projeto de pesquisa e todo o desenvolvimento da pesquisa: a brincadeirinha ingênua, dita numa daquelas horas de descontração que acompanham momentos de retida atenção às grandes reflexões (aquelas palavras que saem da boca da gente quase despercebidas...), rendeu. Se “as idéias não brotam feito cogumelos”, na sociologia especialmente elas têm uma história, *vaievéns* no longo processo de constituição do saber de uma disciplina. “Natureza” e “ecologia”, embora nem sempre tenham desfrutado de grande receptividade no interior da disciplina (basta lembrar apenas Durkheim e seu esforço de delimitação do campo da nascente sociologia), também têm sua história, suas idas e vindas no pensamento sociológico.

O trabalho que ora apresento nasceu como um estranho no ninho da urgência da questão ambiental. Não são muitos os trabalhos, no âmbito da sociologia, que preocupados com a questão ambiental, voltam-se à história do que se pensou acerca das relações entre natureza e sociedade.

A proposta desse trabalho é trazer à tona as reflexões presentes na história da disciplina sobre o tema natureza/sociedade e reconhecer a importância do tema em obras tão caras ao pensamento sociológico brasileiro. Afinal de contas, como sugere a epígrafe, “as idéias não brotam feito cogumelos” e para que não incorramos em ingenuidade política (pecado capital da sociologia) ou no anacronismo (pecado capital da história), os dilemas de nosso tempo histórico devem ser resgatados de nosso passado: de nossas idéias, de nossas práticas.

Se, como propõe Ianni (1990), “talvez mais do que outras ciências sociais, ela [a sociologia] se pensa de modo contínuo e criticamente [e, portanto,] há uma espécie de sociologia da sociologia em toda produção sociológica de maior envergadura”, eu arriscaria propor que a sociologia ambiental toma a tarefa de pensar a si própria a cada passo da pesquisa sociológica de forma inescapável.

No Brasil, uma sociologia da sociologia ambiental está em gestação. Ferreira (2006) oferece as primeiras idéias para uma sociologia da questão ambiental e deixa claro que a entrada da questão ambiental na sociologia é recente. A produção nacional do final da década de 1970 e dos anos 1980 se caracterizava por uma “vagueza ontológica” e uma “indefinição epistemológica” produtos de esforços interdisciplinares ainda imaturos justamente pela ausência da reflexão do tema no interior das disciplinas das ciências humanas (MORAES,1994). Entretanto, como tem demonstrado Ferreira (2006), a produção nacional, especialmente após a ECO-1992¹, vem desenvolvendo perspectivas teóricas que refletem o debate internacional e atentam para as especificidades do país.

Neste sentido, a ênfase nos estudos migrou “da busca inglória por um ator preferencial de mudança social na ordem econômica e ambiental para uma questão genérica delineada em torno de preocupações com a dimensão humana das mudanças ambientais” (FERREIRA *et al.*, 2006:p. 02), tentando identificar as contribuições do pensamento sociológico à compreensão da temática. O debate, atualmente, parece tomar novos rumos ao se pensar numa *sociologia ambiental brasileira*.

Por esta proposta tem-se entendido que a questão ambiental, analisada do ponto de vista sociológico, deve ser trabalhada não como o resultado de um relacionamento entre os homens e a natureza, mas como uma faceta das relações entre os homens, isto é, como um objeto político, econômico, cultural. A perspectiva específica dessa visão é tomar essa relação não como interface de dois domínios (fenômenos sociais, de um lado, fenômenos naturais, de outro), mas observar como a sociedade se articula (em sua lógica e dinâmica próprias) para se apropriar da e submeter a natureza. A discussão começa e acaba no âmbito dos processos sociais, respeitadas as fronteiras de competência da explicação da realidade humana.

Proponho, então, construir uma discussão da temática ambiental *por dentro* das Ciências Sociais, ou seja, abordar a relação sociedade/natureza da ótica dos fenômenos sociais; neste sentido, o exercício da “vigilância epistemologia” (BOURDIEU et alii,1999;

¹ Neste sentido, a coletânea e artigos “Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável” (1992), organizado por Daniel Hogan e Paulo Vieira, é um divisor de águas na área. É interessante perceber a narrativa deste processo de “conversão” sociológica dos estudos sobre ambiente e sociedade por meio do “depoimento” de Ferreira (2006,especialmente cap.03) que estabelece uma caminhar da produção, do ecologismo a aproximações ao núcleo teórico da sociologia, da política a ciência.

BOURDIEU,1983) é um instrumento que possibilita ao pesquisador maior controle sobre os fundamentos, a metodologia, os conceitos e os resultados de seu trabalho. No trato da questão ambiental, então, as tarefas epistemológicas possuem importância ímpar. O que quero reter desta discussão é a centralidade que esse exercício de “vigilância” assume no trabalho científico, papel às vezes esquecido nesta área temática localizada nas fronteiras espinhosas entre as ciências humanas e as ciências naturais.

Como atenta Moraes (1994), o avanço em qualquer área do conhecimento demanda um acompanhamento crítico constante, pois é esta atenção crítica que permite agregar, de forma inteligível e perspicaz, os novos conhecimentos que o desenvolvimento da pesquisa vai trazendo, isto é, é o constante trabalho de vigilância epistemológica e semântica (com base na história e no “raciocínio” [PASSERON,1995] da disciplina) que opera o balanço crítico das novas técnicas, das novas teorias, dos caminhos possíveis a serem trilhados dentro dos marcos do conhecimento disciplinar.

Um primeiro resultado deste exercício já o podemos destacar: a recuperação da temática na história da disciplina. Existem passos da reflexão sociológica cujos descumprimentos podem comprometer o encaminhamento futuro da discussão ambiental na disciplina. Gerar análises sociológicas da questão ambiental demanda toda uma labuta de cunho acentuadamente teórico-metodológico, por isso um trabalho inicial de levantamento do tema nos autores clássicos, de esclarecimento de suas possibilidades de formulação nas perspectivas atuais, de construção de um quadro conceitual para abordá-lo, enfim, de torná-lo um ponto de preocupações desta disciplina (integrando-o ao seu universo de reflexão) é o horizonte imediato de ação.

Esse trabalho se insere nesse esforço de produção de um discurso próprio à sociologia acerca dos temas ambientais. Trazer à luz o modo como as relações natureza e sociedade foram tratadas no pensamento social brasileiro é, gostaríamos de propor, um exercício crucial nas tentativas de compreensão dos “dilemas ambientais” que são parte dos dilemas sociais e históricos que vem sendo tratados por gerações de intelectuais brasileiros. Recuperar as análises acerca das interações ambiente e sociedade na história das ciências sociais, em especial da sociologia, é parte de um esforço de demonstrar que o saber sociológico é capaz (tem sido capaz ao longo da história da disciplina) de tratar do tema a

partir de suas particularidades, resguardadas as fronteiras, as possibilidades e os limites da abordagem sociológica no trato da questão ambiental.

A obra da década de 1930 de Freyre apresenta uma “primeira porta” neste caminho- o tema ecologia é parte crucial do debate intelectual e político encaminhado pelo regionalismo tradicionalista para pensar os “modos de ser” do Nordeste num período de intensa transformação social e econômica. Este esforço de pensar um outro Nordeste coaduna-se com um esforço mais amplo de pensar o país a partir de suas peculiaridades, de sua distância – social, cultural, econômica, ecológica- da Europa, do ocidente.

As primeiras décadas do século XX são tomadas por uma avalanche de transformações econômicas, sociais e culturais (a urbanização e industrialização crescentes, maior interligação entre as regiões do país pelos meios de transporte e de comunicação, a migração massiva de europeus e tantas outras) que sinaliza a entrada do Brasil no mundo moderno e marca, assim, a necessidade imperiosa de uma revisão da tradicional relação do Brasil com os centros metropolitanos de produção cultural. Artistas e pensadores propunham-se a revisitar o Brasil com outros olhos, buscando não apenas aquilo que se considerava a nossa carência, mas apontando a especificidade e riqueza do país.

A região Nordeste, signo do “atraso” do país e de um mundo que estava fadado a desaparecer, é lócus de um desses movimentos de revivamento cultural, o movimento regionalista tradicionalista. O regionalismo nordestino toma forma por volta de 1926 (ano do primeiro Congresso Regionalista) e incumbe-se da missão de mostrar ao país um Nordeste que o Brasil não conhecia. Não o Nordeste do atraso cultural, mas das raízes da brasilidade; não o Nordeste da seca, mas da fertilidade dos canaviais da Zona da Mata; o Nordeste que teimava na autenticidade a despeito dos esforços de homogeneização da urbanização e da industrialização.

Gilberto Freyre foi o grande artífice desse movimento e suas propostas políticas, sociológicas e culturais podem ser identificadas em sua obra, em especial naquela produzida na década de 1930. “Trópico” e o método ecológico-regional são componentes centrais de sua interpretação do passado e do futuro do Nordeste e da nação.

A proposta de uma sociologia *sui generis* (tropical e brasileira à moda de Freyre) acompanha uma leitura interpretativa da formação social do Brasil em que o não-europeísmo, o trópico e o exótico são elementos chaves. O conceito “trópico” abre caminho às proposições de uma sociologia alternativa para dar conta da especificidade do país frente à Europa. Neste sentido, propomos que as idéias de natureza de Freyre, em especial nas obras da década de 1930 (“Nordeste” [1937] é o foco do trabalho) e seu correlato método ecológico de análise sociológica, dificilmente podem ser compreendidos apartados da idéia de região, que toma fortes contornos políticos no âmbito dos debates em torno do regionalismo tradicionalista nordestino. É a manutenção da tradição frente à velocidade do novo o ponto central dos “projetos regionalistas” para o Brasil moderno.

O interessante a notar é a força que o conceito trópico assume no pensamento de Freyre; no “mundo que o português criou” (ou no mundo que Freyre inventou!), “trópico” assume um caráter totalizante por meio do qual natureza e sociedade são elementos interconectados e coordenados na formação das raízes da cultura brasileira. Região, tradição e trópico são temas inextricáveis na compreensão da sociedade e da cultura brasileiras elaborada por Freyre.

Este trabalho tem dois grandes objetivos: apresentar uma leitura peculiar da obra de Freyre a partir dos temas natureza e ecologia e, para tanto, analisamos com vagar a obra “Nordeste” (1937), para então (nosso segundo objetivo) somar aos esforços de resgate do que se pensou, na história da sociologia brasileira, sobre as relações entre natureza e sociedade.

O trabalho é dividido em duas grandes partes: na primeira, “antecedentes”, intento montar o contexto das idéias, apontar os possíveis diálogos de Freyre, em sua obra da década de 1930, com a literatura que o formou apontando para o caldo de cultura no qual suas idéias sobre ecologia e natureza foram concebidas.

Ao longo do estudo dos pensadores e propostas do período de formação e de produção de “Nordeste”, identifiquei duas idéias principais acerca do tema natureza: “meio” e “paisagem”². A análise da “geração de 1870” bem como da literatura regionalista tiveram como guia essas duas idéias, respectivamente. Fecha a primeira parte do trabalho, uma contraposição entre duas propostas ecológicas: a de Freyre e a Ecologia Humana da Escola

² Agradeço ao Prof. Renato Ortiz por essa sugestão tão esclarecedora feita em meu exame de qualificação.

de Chicago. Acreditamos que a contraposição seja frutífera para entender a proposta ecológica de nosso autor.

Na segunda parte do trabalho, detenho-me na análise da obra “Nordeste”. No capítulo 4, tomei como objetivo esclarecer a natureza de Freyre; “meio” e “paisagem” são os dois sentidos que a idéia de natureza assume no pensamento freyreano e, nesse capítulo, tratamos de entender a idéia de “meio”- “paisagem” será tratada de forma pormenorizada nas seções seguintes que tratam especificamente de “Nordeste”: no capítulo 5, localizamos “Nordeste” em meio ao debate regionalista da década de 1930 e propomos tomá-lo como mais um manifesto regionalista- nesse manifesto, a idéia de natureza como “paisagem” toma forma; no capítulo 6, tratamos da análise do pensamento freyreano (especialmente, os temas “natureza” e “ecologia”) por meio das ilustrações de Cícero Dias e Manoel Bandeira³. Em seguida, concluo o trabalho tratando especificamente da crítica ecológica do autor expressa na obra.

Antes, uma brevíssima discussão acerca da metodologia empregada na análise.

³ Agradeço ao Prof. Fernando Lourenço a perspicaz sugestão, feita por ocasião de meu exame de qualificação, da análise iconográfica das ilustrações que compõem as obras.

Capítulo 1

Uma breve discussão acerca da metodologia de análise.

Para encaminhar as reflexões propostas, tomamos como aportes teórico-metodológicos as discussões em torno de uma “sociologia das idéias” (MEUCCI,2006); o ponto de partida na elaboração de uma “sociologia das idéias” é a de que nem contexto ou texto, nos termos de Skinner (1988), por si só são capazes de prover uma compreensão ao menos aproximada das intenções do autor e do significado da obra no momento histórico de sua produção. Assim, tratar das contribuições de Freyre às reflexões acerca do tema “natureza e sociedade” requer a adoção de três níveis de análise: a análise do texto (identificação e tratamento de conceitos e proposições teórico-metodológicas), a análise do autor (delinear sua biografia e a configuração teórica e metodológica na qual o autor estava imerso, identificando as possibilidades semânticas, históricas e sociais no momento da produção de suas idéias) e a análise contextual (confronto entre a produção do autor e contexto histórico-social de que ele é produto).

De forma sucinta e atenta à problemática delineada há pouco, o nó da abordagem puramente textual (segundo a qual o ponto capital para a compreensão de uma obra é o que o autor *disse*) é o suposto de que é possível estudar uma obra, um autor ou um grupo de autores sem ter em mente as expectativas do pesquisador a respeito do que o autor(es) deve(m) ter dito; do ponto de vista que guia a análise proposta nesse trabalho, a análise de um certo autor e sua obra será inevitavelmente tratada a partir de problemas e questões gestados no presente que encaminham a análise e oferecem um olhar peculiar da obra a partir de um determinado ponto de vista.

O interesse da sociologia pelos temas ambientais e o surgimento de uma tendência de pesquisa chamada sociologia ambiental deve ser compreendida pelo exame do lugar social em que essas pesquisas começam a ser realizadas. Tomar esta intenção como ponto de partida da análise dos clássicos da sociologia brasileira torna clara a necessidade de uma atenção especial quanto à aplicação de idéias e proposições do presente em relação ao passado; a ausência desta preocupação pode produzir formas de “absurdos históricos” (Skinner,1988) que deturpam e comprometem a análise.

A atribuição a um autor de idéias e significados inexistentes na configuração teórica-metodológica do período de elaboração e produção de determinada obra caracteriza-se num “absurdo histórico” que compromete inteiramente a compreensão da obra e do autor. Grande parte da literatura contemporânea sobre o tema ambiente e sociedade (ALONSO E COSTA,2002; FERREIRA,2001,2006; LEIS,2001) mostra que é possível reconhecer as contribuições das teorias da modernização reflexiva (MOL,1997) e da teoria da sociedade de risco (BECK, 1992) na análise dos efeitos deletérios identificados com o avanço do industrialismo na sociedade contemporânea. Entretanto, retroceder a análise, tentando recuperar as possíveis contribuições das teorias clássicas da sociologia ou do pensamento social brasileiro, não seria forçar em muito o argumento atribuindo a contextos diversos temas que são caros à reflexão contemporânea?

Incorreria-se no anacronismo se não se levasse em conta que, parafraseando Duarte (2005), a História é uma professora refinada, mas apenas se mantivermos em mente como o passado é diferente do presente, ou seja, recuperar os modos pelos quais as relações sociedade e natureza foram tratadas no pensamento implica aceitar que estas interações são diferentes em configurações históricas e sociais distintas e que foram abordadas de formas peculiares a estas configurações.

Um segundo “absurdo histórico” consiste na tradução de uma simples referência a uma temática em determinada obra em uma busca obstinada por um corpo de idéias estranhas às intenções do autor, tal como se aquele corpo de idéias sempre estivesse presente, recôndito, sem ter recebido muita atenção dos historiadores e sociólogos. A análise da forma pela qual a temática natureza e sociedade foi tratada por Freyre tem como intenção maior compreender as especificidades históricas e individuais do tratamento dado à questão em sua obra numa determinada configuração histórica, social e intelectual: longe de absolutizar a abordagem do tema natureza e sociedade na obra deste autor (perseguindo as origens de uma sociologia ambiental no país, por exemplo), intenta-se apontar a riqueza metodológica e teórica das obras ao explorar mais um ponto de vista, mais uma leitura das obras e do autor.

A análise contextual, como segundo momento do percurso analítico, nos oferece meios de escapar a estes “absurdos históricos” ao delinear as características fundamentais da ambiência política, social e intelectual na qual surgiram as idéias. Trata-se de

compreender a constelação de questões que se constituíram como problemas e desafios de uma determinada época (MEUCCI, 2006) e captar as reflexões e as respostas elaboradas pelo autor.

A análise das ilustrações que compõem as obras de Freyre também nos esclarece nesse sentido ao trazer à tona os diálogos de Freyre com o debate regionalista: a ambiência intelectual do período permite-nos associar imagem a idéias e, assim, nos esclarece o sentido que natureza (especialmente a idéia de “paisagem”) e ecologia assumem na obra de Freyre. As ilustrações, abraçadas por uma geração de intelectuais e artistas vinculados ao regionalismo tradicionalista das primeiras décadas do século XX, são “modelos reduzidos” da interpretação freyreana sobre a formação nacional.

A análise do autor é somada aos dois níveis de análise: sua biografia, sua formação como intelectual, os diálogos travados numa determinada constelação de problemas, temas, teorias e metodologias são fontes importantes na identificação e compreensão da forma pela qual um autor pensou os desafios de uma época. Estes diferentes níveis de reflexão devem ser simultâneos no momento da análise, de modo que um seja capaz de contrabalançar e corrigir os exageros de outro.

PARTE I
ANTECEDENTES

Capítulo 2

A sociologia de Freyre na década de 1930: abrindo caminho para pensar sua ecologia.

A sociologia brasileira “nasce”, sobretudo, do questionamento dos recursos disponíveis para a análise social: o abandono das máximas do evolucionismo e do darwinismo social em favor da construção de instrumentos analíticos novos, nos quais variáveis sociais e culturais são centrais, é parte de um esforço de elaboração de novas interpretações da realidade brasileira, empreendimento a que se lança uma nova geração de intelectuais brasileiros considerada crucial na formação de um pensamento propriamente sociológico no país (MELLO E SOUZA, 1987).

Nas obras que “inventaram o Brasil” (CARDOSO, F.H., 1993), Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr tratam, sobretudo, da questão da formação nacional aliada à modernização, e para tanto, utilizam-se de ricos aparatos teóricos-metodológicos nos quais sociedade e cultura (não mais aspectos geográficos, traços biológicos ou raça) são as variáveis explicativas.

Estes ensaístas, como atenta Bastos (1987), têm como tração geral uma obsessão explicativa do Brasil: guardadas as grandes diferenças de abordagens e de temas, o que os aproxima é a preocupação em produzir novas interpretações da sociedade e da cultura brasileiras muito distantes daquelas produzidas pelo pensamento interior.

Pontes (1989) assinala que, na produção da geração de intelectuais brasileiros do final do século XIX e início do século XX (a chamada geração de 1870), a análise dos temas cultura e sociedade era profundamente marcada pelas máximas do darwinismo e do evolucionismo social então hegemônicas. Auto-representando-se como portadores de uma missão social, estes “homens da ciência” (SCHWARCZ, 1993) empenharam-se em criar um saber próprio sobre o país e, para tanto, realizaram estudos dos mais variados aspectos da realidade brasileira por meio de leituras peculiares do cientificismo então triunfante. No período que se estende de 1870 a 1930, dá-se início a uma “jornada científica” na qual é produzida uma enorme e rica variedade de retratos do país. Este empenho se renovará e se ampliará, sob outros pressupostos, nos trabalhos da geração de intelectuais dos anos 1930.

Estas novas interpretações do Brasil foram gestadas no interior de um campo intelectual específico em momentos de profundas transformações sociais, políticas e econômicas. Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. quando surgem no cenário político-cultural nos anos de 1930 estão engajados na solução do “problema nacional”, qual seja, a modernização do país que num primeiro momento passa pela dissolução da dominação oligárquica e, posteriormente após a Revolução de 30, pelo ordenamento dessa nova realidade.

É nesse período que se inicia a institucionalização da sociologia enquanto disciplina científica por meio da criação dos primeiros cursos de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo e na Escola Livre de Sociologia e Política, em São Paulo; da inclusão da disciplina sociologia em diversos cursos, como na Universidade do Distrito Federal; e da multiplicação de livros de estudos brasileiros, tais como a coleção Brasileira.

Imbuída deste espírito do novo, a geração de 1930 lança as bases da pesquisa sociológica estabelecendo um determinado rol de questões e uma certa forma de tratamento da realidade social que influenciará toda a produção subsequente neste campo intelectual.

Freyre está engajado na feitura da instituição e do saber sociológico brasileiros- capitaneia a publicação da coleção Documentos Brasileiros pela Editora José Olympio; é contratado como professor da Universidade do Brasil, em 1934, para ministrar aulas sob a cátedra de sociologia (MEUCCI, 2006). Sua interpretação do Brasil tem como foco crítico a produção precedente, especialmente no tocante ao tema da mestiçagem: os diagnósticos de advogados, médicos, historiadores empenhados na formulação de uma história e de uma cultura brasileiras eram pouco otimistas quanto ao perfil mestiço da população brasileira; um pessimismo agudo- da impossibilidade de civilização mestiça nos trópicos- ou um otimismo eugênico- as esperanças de branqueamento, estas eram as alternativas para se pensar o futuro da nação.

Freyre, de uma certa forma, rompe com a tradição que o precede – e que o formou- ao aceitar a premissa boasiana da preponderância de caracteres histórico-culturais sobre os caracteres físicos e biológicos na formação do caráter de um povo. Desse modo, reabilita não só o negro - em sua interpretação, o elemento civilizador da nação- mas o trópico tomado como o espaço privilegiado para o desenvolvimento de uma civilização *sui generis*

marcada pelo equilíbrio e harmonia entre forças antagônicas, entre a violência e a harmonia, oriente e ocidente, barbárie e civilização, natureza e cultura.

Como sugere DaMatta (2004), Freyre apresenta uma leitura do Brasil

“fundada no conceito de cultura que, uma vez adotado, modifica tudo, pois sem cultura não há natureza e, portanto, determinações biológicas, climáticas e geográficas (...). Ao mostrar que o Brasil é o que é precisamente por conta dessa confluência de fatores, o trópico, o português, o índio e o negro; que ele não é meso burguês (...) Gilberto Freyre abre espaço para uma visão positiva de nós mesmos” (DAMATTA, R., 2004: p.14-15).

A despeito desse esforço de afastamento crítico da produção precedente, Freyre não leva a ruptura e a crítica às últimas consequências: como gostaria de demonstrar ao longo do trabalho, suas idéias sobre natureza e ecologia aproximam-se muito mais do ensaísmo do final do século XIX e da literatura regionalista das primeiras décadas do século XX que à sociologia, enquanto disciplina científica, da Escola de Chicago.

A análise da concepção freyreana de trópico bem como as investigações acerca de suas propostas ecológicas mostram-nos as aproximações do autor do debate em torno da idéia de “meio”, claramente identificável na produção da “geração de 1870”, e acerca da idéia de “paisagem” trabalhada pela literatura regionalista. Equilibrando-se entre esses dois sentidos de natureza, “com um pé em cada barco”, Freyre conta-nos a história da formação do Brasil como nação.

Na seção seguinte, introduzirei estas duas concepções acerca da natureza, “meio” e “paisagem”, para então confrontar as propostas ecológicas de Freyre com a acepção de ecologia como disciplina sociológica tal como proposta na Ecologia Humana da Escola de Chicago. Tudo isso para nos aproximarmos da natureza e da ecologia de Freyre tal como proposta no chamado manifesto ecológico “Nordeste” (1937), análise que ocupará a segunda parte desse trabalho.

Capítulo 3

Aproximações à Natureza e ecologia de Freyre: garimpando diálogos.

1- Natureza como meio, natureza como paisagem: os significados de “natureza” na obra da década de 1930 de Freyre.

Já apontamos que Freyre surge no cenário intelectual brasileiro empunhando a bandeira da cultura, “do livre-arbítrio” como esclarece numa passagem de “Casa-grande & senzala”, contra uma tradição intelectual que mesclava evolucionismo e darwinismo social nos diagnósticos da nação, estratégia intelectual que terminava por desenhar um quadro de completa determinação da cultura pela natureza: a natureza era a toda poderosa, tal como uma “predestinação” contra a qual a ação humana pouca resistência poderia oferecer. As respostas produzidas pela aceitação das teses deterministas, elaboradas segundo os parâmetros do cientificismo então hegemônico, eram duas possibilidades auto-excludentes (e pouco otimistas quanto a possibilidade de uma civilização mestiça nos trópicos): a resignação frente ao atraso dado o caráter irremediavelmente mestiço da população brasileira ou a aposta no futuro, a espera pelo vaticínio do branqueamento.

É lugar comum notar a grande novidade dos estudos freyreanos na proposta crítica de uma antropologia cultural bem como as críticas a sua “meia-passagem” ao reino dos estudos culturais. Pois bem. As leituras que empreendi das obras de Freyre, produzidas na década de 1930, tomando como guia os temas natureza e ecologia, ajudam a compreender esse bambo equilíbrio do autor entre tradições tão distintas.

Há uma multiplicidade de fios a serem trançados (inúmeras leituras, inúmeros diálogos, tantas outras inspirações) para a compreensão da idéia de natureza e da ecologia de Freyre. Para um autor que sempre prezou pela heterodoxia do método, é tarefa ingrata (para não dizer injusta) tratar de forma unívoca de “influências” de estas escolas e aqueles autores. Na formação de suas propostas encontramos uma tessitura rica de autores, propostas e idéias. Rica e original. Garimpamos alguns desses possíveis diálogos que nos permitam melhor compreender o pensamento ecológico de Freyre na década de 1930.

Como guia nessa tarefa de garimpagem tomei dois sentidos que a idéia de natureza assume no debate do final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX: natureza como meio e natureza como paisagem.

Na leitura que fiz desses autores, ficou claro que a leva de autores “classificados” como “geração de 1870” é possível atribuir a idéia de natureza como meio, como elemento determinante do comportamento humano, e aos autores alinhados à literatura regionalista das primeiras décadas do século XX percebemos a predominância da idéia de natureza como paisagem, a natureza tomada como registro do humano⁴.

Os sentidos da natureza que identifiquei nas leituras que fiz da “geração de 1870” e do regionalismo foram paulatinamente construídos no período de formação do Estado Nacional brasileiro. O ímpeto comum aos pensadores do final do século XIX e início do século XX era pensar o Brasil no mundo, o país como novidade no concerto da civilização ocidental. Entretanto, a retórica da novidade guardava a consciência do desajustamento entre a realidade americana e a realidade européia: natureza e raça são os dois focos de entendimento e justificação das diferenças e distâncias, das promessas e esperanças.

Na obra da década de 1930 de Freyre, é possível perceber esse jogo de significados com a idéia de natureza. Por vezes, a natureza é tratada como destino, como obstáculo à civilização, como signo da barbárie; por vezes como registro da conquista civilizatória, alma de um povo; o que gostaria de propor é que natureza (“trópico” para ser exata) acaba por conformar um ponto de equilíbrio na bamba tensão, presente na obra do autor, entre os conceitos de raça e cultura (ARAÚJO, 1994), entre “determinismo” e “livre-arbítrio”, entre ciência e literatura.

Equilibrando esses dois sentidos de natureza, Freyre alinha-se muito mais ao ensaísmo do final do século XIX e início do século XX que a sociologia entendida como instituição e disciplina científica que começa a ser desenhada nas primeiras décadas do século XX.

A literatura que trata do tema ecologia e natureza na obra de Freyre (CHACON, 2004; VILA NOVA, 1998) toma como ponto de partida um suposto diálogo, quiçá inspiração, entre Freyre e a Ecologia Humana da Escola de Chicago. Nossa proposta caminha em outro

⁴ Não quero com essa “classificação” sugerir que a cada grupo de autores e obras atribui-se um único sentido de natureza, ou seja, por meio desses recortes, intento perceber a *predominância* de um certo sentido num grupo de autores e obras, contudo, como perceberemos na análise da obra de Euclides da Cunha especialmente, os sentidos de natureza convivem em ambas as literaturas.

sentido. Percebemos que a ecologia de Freyre trava um diálogo, em suas obras da década de 1930, muito mais intenso com a geração que o precedeu (Euclides da Cunha e Silvio Romero como duas contraposições úteis) e a literatura regionalista que com seus colegas americanos. Como Antonio Candido (2000), Larreta e Giucci (2007) e Bastos (2003) propõem, a obra de Freyre está muito mais próxima da tradição do ensaísmo (que marcou toda a produção intelectual até meados da década de 1930) do que com o saber sociológico que começa a tomar forma no início do século XX.

Nisso concordo- para entender a natureza e a ecologia de Freyre, temos que nos voltar aos antecessores e contemporâneos de Freyre e tomar a Escola de Chicago como uma contraposição útil, uma inspiração “invertida” do pensamento ecológico de Freyre.

Ao falar de uma ecologia e de uma natureza, Freyre nos fala da saudade, da saudade do tempo do engenho em que a família patriarcal era a figura reguladora da sociedade e da natureza. Nossa proposta de leitura de “Nordeste” (1937) nota o *privilégio* dado ao sentido de natureza como paisagem, natureza tomada como depositária da história de uma sociedade, de uma cultura. Esse é o sentido que a ecologia de Freyre assume- distante da ecologia americana, aproximando-se do debate regionalista.

É importante notar como sua idéia de natureza como paisagem carrega todo seu pensamento- “Nordeste” fecha o ciclo de obras sobre a formação do patriarcado brasileiro⁵ num tom nostálgico e traz em si todas as proposições freyreanas desde “Casa-Grande & Senzala” (1933).

Para darmos conta das “naturezas” de Freyre, iniciemos nossa garimpagem na história do pensamento brasileiro. Os diferentes matizes da idéia de natureza dão conta das diversas nuances dos temas culturais e sociais que os autores, que a seguir trataremos, se ocupam. Iniciemos nossa garimpagem pelo romantismo brasileiro. É no pensamento romântico brasileiro que a natureza tropical assume um caráter ativo e positivo na conformação da nacionalidade. Olharemos rapidamente para esta ambiência de idéias para entendermos melhor toda o caminho que a idéia de natureza percorre, no pensamento social brasileiro, até chegar em Freyre.

⁵ Agradeço a Profa. Élide Rugai Bastos essa sugestão encaminhada nas discussões realizadas por ocasião do Seminário Gilberto Freyre no ano de 2006 na cidade de Campinas.

Em seguida, olharemos para a “ciência” que começa a tomar forma nas últimas décadas do século XIX. Silvio Romero e Euclides da Cunha são os pensadores que nos guiam nessa ambiência de idéias. Na obra desses autores, a idéia de natureza como “meio” é tema importante em seus diagnósticos da nacionalidade e do futuro do país. Partindo do determinismo geográfico desses autores é que intentamos entender a idéia de “meio”.

Em seguida, trataremos da literatura regionalista nordestina a qual Freyre estava intimamente ligado. O ponto que destacamos na leitura que fizemos dessa literatura é a idéia de natureza que percorre obras e autores regionalistas: natureza como “paisagem”.

Na última seção desta parte, trataremos da Escola de Chicago a partir de uma contraposição ao pensamento de Freyre para, então, entendermos a ecologia e a natureza do nosso autor.

2- A História começa no Romantismo

A América colocou em suspensão os grandes esquemas de explicação do mundo natural e cultural quando de sua “descoberta”: o mundo amplia não só suas fronteiras físicas, mas as imaginárias. Aquela imensidão de terra e gente, tão distantes da realidade européia, passam a ser objetos de curiosidade e estudo. A época das grandes viagens inaugura um momento peculiar na história ocidental- a percepção da diferença entre os homens e as sociedades torna-se tema constante de debate e reflexões.

A “disputa” em torno dos significados do Novo Mundo tem uma longa história: a América é um grande ponto de interrogação à razão e à sensibilidade européias e a ânsia de definição do Novo Mundo *em relação* à Europa é renovada na história do pensamento ocidental. O pensamento científico é o instrumento *per se* da análise dessa distância: esclarecer de forma lógica-racional a variedade da Vida na América e medir a capacidade de progresso de seu nativo eram os desafios que mobilizaram gerações de naturalistas, escritores, eruditos europeus.

A natureza é um elemento utilizado na medição da distância (não só geográfica, mas histórica) do Novo Mundo com relação à Europa: como argumenta Gerbi (1996), a natureza não era apenas mais um fator, mas sim um elemento que permitia desenhar uma explicação

unitária - bem ao gosto do racionalismo neoclássico - de uma infinidade de fenômenos geográficos e históricos.

A “disputa” toma vigor com o naturalista francês Buffon (1707-1788) que sentencia a inferioridade e debilidade da natureza americana; o estado bruto da natureza americana era hostil ao desenvolvimento da vida- a natureza, sem a marca do empreendimento humano, tudo enlanguescia, deformava, corrompia. A estabilidade da criação divina⁶, ideal tão caro aos naturalistas do século XVIII, era posto à prova diante da multiplicidade da Vida americana: mudanças de variedade e espécie em plantas e animais eram tomadas como *degeneração*. Com Buffon, o eurocentrismo se afirma na ciência da natureza.

O imaginário europeu acerca da América construiu-se em torno da idéia de “novidade”: novidade que não se resumia à surpresa da “descoberta” de terras tão vastas e à ampliação das fronteiras do mundo conhecido, mas, antes, dizia respeito rusticidade, ao caráter primitivo do continente. A América era sinônimo de barbárie.

“Tudo parece coincidir em provar igualmente que a maior parte dos continentes da América era terra nova. Ainda fora do alcance da mão humana e na qual a natureza não teve tempo de estabelecer todos os seus planos, nem de se desenvolver em toda a sua extensão (...) e que dentro de alguns séculos, quando se tiverem arroteado as terras, abatido as florestas, regularizado os rios e contido as águas, esta mesma terra passará a ser a mais fecunda, a mais sã, a mais rica de todas, como já parece sê-lo em todas as partes onde o homem a trabalhou” (GERBI, A., 1996, p.27).

A natureza intocada pela mão do homem era o emblema da distância entre a Europa e a América, entre a barbárie e civilização⁷. A amplitude e riqueza da natureza americana

⁶ “Quanto mais estável é uma coisa, mais se torna divina e jubilosa por permanecer semelhante a si mesma, quanto mais variável mais distante de Deus e sujeita a corrupção” (GERBI, 1996: p.34). A percepção fixista da natureza (que atribui ao Criador a disposição do espetáculo da natureza) tem origens na concepção antropocêntrica do universo desenvolvida na Antiguidade Clássica: esta visão de mundo estabelecia uma correspondência entre o mundo físico e o mundo espiritual, entre o humano e o divino, entre o homem e o universo. “A beleza da natureza atesta o poder e a bondade do Criador”, como assinala Corbin (1989: p.34). Propõe, também, tal visão uma abordagem científica que objetiva “o inventário da criação”: um vínculo é estabelecido entre “a paciência do colecionador, a curiosidade do sábio e a piedade do cristão” (CORBIN, A, 1989: p.35).

⁷ Devo enfatizar que a narrativa da “disputa” apresentada por Gerbi (1996) bem como a leitura que faço da “novidade” da América dá conta de apenas uma faceta do imaginário europeu acerca da América, o “motivo satânico” (CARVALHO, 1998). O “motivo edênico” (CARVALHO, 1998) mobilizou muitas almas que para a América se aventuraram nos primeiros séculos da nova terra e persistiu como utopia nos séculos de ocupação e exploração das vastas amplitudes americanas. Wegner (2000) nos mostra a persistência desse imaginário quando analisa a obra “Visão do Paraíso” de Sérgio Buarque de Holanda, localizando-a no debate norte-

tinham como contraponto a pequenez do homem, este nada mais que um animal de primeira classe que “existia para a natureza apenas como um ser sem consequência, uma espécie de autômato impotente, incapaz de reformá-la ou auxiliá-la” (GERBI, A., 1996: p.21).

A arte talvez seja de grande utilidade na compreensão do imaginário europeu sobre a natureza americana. O cenário imaginado por Buffon é tal qual aquele narrado numa *Tapeçaria Gobelin*, do século XVIII, intitulada “Le Roi porté” (**Fig. 1**) - o encontro do homem com uma natureza em seu excesso.

O motivo dessa peça é o exótico da natureza e da gente americanas. O ponto de vista a partir do qual o artista elabora sua obra, o do viajante. O ímpeto do artista é descortinar o espetáculo e a surpresa da paisagem,

“ (...) o viajante vive na esperança de ver continuamente novos lugares surgirem a seus olhos. É essa busca perpétua da novidade que mantém a alma em uma espera contínua e agradável” (CORBIN, A., 1989: p.155).

A cultura do turista comanda a triagem dos elementos que comporão a paisagem. Como Corbin (1989) esclarece,

“O recorte do pitoresco no interior do espetáculo natural repousa sobre as noções de composição e efeito; impõe uma mecânica do olhar que o viajante há muito se acostumou a exercitar no interior do jardim (...)” (CORBIN, A., 1989: p.154).

A paisagem agrada na medida em que esta oferece ao observador um quadro esperado: o pitoresco, uma sensibilidade estética que toma forma em meados do século XVIII, que tem em William Gilpin (1724-1804) seu grande deflagrador⁸, diz respeito ao gosto pelo limite, pela permanência⁹.

americano dos anos 1950 sobre a conquista do Oeste americano. Em meu trabalho, privilegio o “motivo satânico” para tentar compreender o modo como natureza e sociedade dão conta da inferioridade do Novo Continente e assim melhor perceber as respostas formuladas pelos intelectuais nativos que tomam natureza e cultura numa chave extremamente positiva, da singularidade da nova sociedade frente a civilização européia.

⁸ Em 1768, Gilpin publica seu popular “Essay on Prints” no qual define “pitoresco” como o tipo de beleza agradável à pintura; nesta obra, Gilpin expõe os “princípios da beleza pitoresca” baseados em seu conhecimento da pintura de paisagens que toma, mais e mais, apreciadores na Inglaterra em meados do século XVIII.

⁹ Como argumenta Gombrich (1990), a idéia da beleza natural como inspiração artística inverte os termos do processo por meio do qual o artista descobre a beleza da natureza. “Quando dizemos que uma determinada cena é pitoresca (...) é porque ela nos lembra pinturas que já conhecemos. Para o pintor, por sua vez, nada pode



Fig.1- Manufatura Gobelin: “**Le roi porté**”.

França, século XVIII

Tapeçaria/ 386x358 cm

Instituto Ricardo Brennand, Recife-PE.

Fonte: Catálogo da exposição “O Instituto Ricardo Brennand e o Resgate do Brasil Holandês” (SESI (São Paulo-SP); INSTITUTO RICARDO BRENNAND (Recife-PE), 2007).

tornar-se um “motivo”, exceto aquilo que ele pode assimilar ao vocabulário que já domina. Como diz Nietzsche, sobre o pintor realista:

“Toda a Natureza, fielmente”- mas por qual artifício

Pode a Natureza sujeitar-se à coerção da arte?

O menor de seus fragmentos é ainda infinito!

E, assim, ele só pinta aquilo de que nela gosta.

De que ele gosta? Daquilo que é capaz de pintar!” ” (p.154).

Conhecer para dominar: o desejo de usufruir da visão de um panorama e de encerrar num quadro a paisagem assim descoberta começa a tomar forma neste período em que o mundo amplia as suas fronteiras. O olhar didático sobre a paisagem (anotada, desenhada, pintada, medida, conhecida) é um dos elementos do olhar do turista:

“A fruição total do panorama implica a partir de agora a multiplicidade dos conhecimentos e das curiosidades. Todas juntas, a geologia, a geografia, a botânica, a história, a economia, a estética e a etnologia dão sua contribuição. Essa prática corresponde às maneiras de viajar ditadas em guias cujo espantoso apetite de saber intriga o turista da época” (CORBIN, A, 1989: p.156).

(...)

Uma vez atingido o ponto de vista, o viajante realizado pode desfrutar aí as emoções da surpresa e do maravilhamento, quando não da descoberta, e satisfazer seu desejo de acumular, entesourar os conhecimentos, e usufruir o prazer proporcionado pela denominação, pela enumeração dos lugares e das coisas” (CORBIN, A, 1989: p.157).

A tapeçaria é um cartão-postal do Novo Mundo, um retrato esperado na medida que corresponde ao imaginário europeu sobre a nova terra e seus habitantes. Imaginário e ciência, fantasia e realidade, conformam os contornos e a disposição dos animais, plantas e das figuras humanas que compõem um retrato da gente e da natureza do Novo Mundo: diversas informações (científicas, econômicas e morais) compõem um complexo conjunto pictórico da paisagem natural e humana da nova terra. Como registro pictórico da “novidade” da América, penso que o mote central da ilustração é a distância, geográfica, natural e humana, da Europa com relação a América.

Toda a extensão da tapeçaria está repleta de animais e plantas que se enroscam, confundem-se- o rei negro é mais um elemento em meio a natureza¹⁰; ele se mistura simbioticamente à trama de animais e plantas- um animal de primeira classe em meio a bicharada, mas ainda um animal, como argumenta Buffon (GERBI, A., 1996: p.21). Excesso de bicho e de planta somada à relação simbiótica dos negros com a natureza são elementos

¹⁰ Há, contudo, elementos no retrato que sugerem a possibilidade da superação do estado bárbaro: uma espécie de crucifixo que se prende ao pescoço do rei, por exemplo; ou as armas que o rei porta em suas mãos sugerindo o domínio do homem sobre a natureza. Entretanto, penso que o tema central da tapeçaria é o estado de harmonia entre homens e animais: ainda que as armas estejam presentes, não há animais em posição de ataque; há, sim, um sentido de convivência entre natureza e homem, ideal bem distante do racionalismo cartesiano do século XVII, que fez dos homens senhores e possuidores da natureza (THOMAS, K., 1988: p. 39-41), e do ímpeto classificatório da História Natural do século XVIII que tomava as plantas e animais a partir dos critérios *humanos* de utilidade, comestibilidade e periculosidade (THOMAS, K., 1988: p. 61-83).

que sugerem uma indefinição entre cultura e natureza; a natureza tropical em seu excesso e o homem em sua pequenez são os elementos que nos contam da distância que separa a América da Europa, o selvagem do civilizado, a *hybris* (ARAÚJO, 1994) da natureza cultivada.

A disputa visivelmente se desloca do mundo físico para o mundo humano quando percebemos os encontros entre imaginário e ciência na elaboração das narrativas sobre o Novo Mundo. O desenvolvimento da “disputa” narrada por Gerbi (1996) radicaliza o determinismo natural: o abade alemão De Pauwn e suas *Recherches Philosophiques sur les Américains* (1768) promovem a associação inquebrantável entre inferioridade natural e inferioridade humana das Américas que serão desenvolvidas por um sem número de pensadores pelos séculos vindouros.

A suposta inferioridade do continente, sua natureza e sua gente, começa a ser contestada por seus filhos em fins do século XVIII e por todo o século XIX: *crioulos* da América Hispânica e os patriotas americanos desenham outro sentido para a “novidade” da América¹¹.

“Para o oeste segue o Império a caminhar;
Dos atos, já se foram os quatro primeiros,
Um quinto, o drama com glória irá encerrar:
Os frutos mais nobres são os derradeiros”

(GERBI, A., 1996: p.121).

A tese sobre o futuro radioso da América começa a se enquadrar nos caminhos desenhados pela fé do progresso, porém por uma via muito peculiar: o orgulho americano nascia como louvor dos méritos físicos do país, e não como ostentação de uma herança

¹¹ Não nos esqueçamos do efeito contestador das propostas de Alexander Von Humboldt (1769-1859) sobre a tese da inferioridade natural da América: “(...) pode-se dizer que com Humboldt o pensamento do Ocidente empreende finalmente a conquista pacífica e anexa idealmente a seu mundo, ao Cosmo único, aquelas regiões que até então tinham sido quase somente objeto de curiosidade, estupor e zombaria” (GERBI, A., 1996: p. 309). Ao reconhecer a unidade na imensa variedade dos fenômenos, descobrir a constância dos fenômenos em meio a suas variações aparentes, Humboldt afirma sua convicção sobre a substancial identidade natural de todos os homens em toda a escala da civilização. A despeito do espírito renovador das propostas humboldtianas, o debate acerca da inferioridade do Novo Mundo está preso às formulações de De Pauwn (GERBI, A., 1996): os *crioulos* e patriotas se conservam na atmosfera intelectual do século XVIII, isto é, eles *aceitam* as teses de Pauwn para então refutá-las.

histórica ou de uma antiguidade mítica; a fecundidade da natureza exuberante era garantia de desenvolvimento material e moral do continente. Na terra de natureza abundante, o sucesso humano era promessa.

“Secretamente ligado com a satisfação pela benignidade da Natureza era o júbilo por sua abundância e vastidão. A área imensa do continente era confrontada com a superfície minúscula da raquítica Europa (...) uma transposição ainda mais ágil (...) tinha como corolário a garantia de um futuro magnífico para terra tão espaçosa, fecunda e imponente. O ambiente era auspício seguro de glória” (GERBI, A., 1996: p. 192).

O ambiente prevalece sobre a herança, a geografia sobre a história. A exaltação da Natureza era parte do ataque às regras, tradições, hierarquias e idolatrias que tomara foro de elemento programático do Romantismo. O nascimento da América, discorre Gerbi (1996), tinha como contraponto histórico uma revolução no conceito de civilização: o *Sturm und Drang* se erigia pautado no desprezo pelas Luzes e na exaltação da natureza como celebração do sentimento imediato, do Absoluto, exaltação que operou a síntese entre história e natureza, homem e mundo, própria do romantismo maduro.

Ao invés de ser um princípio de encadeamento das coisas a ser apreendido pela razão humana, como postulavam os neoclássicos (lembremo-nos da “crença universal” na analogia entre mundo natural e mundo humano nos primeiros tempos modernos), a natureza, no romantismo, é o cosmos que entrelaça o destino humano e o mundo físico, em seu esplendor e mistério, numa mesma torrente de ventura, sensações e sentimentos. Como esclarece Antonio Candido (1975),

“O individualismo, destacando o homem da sociedade ao forçá-lo sobre o próprio destino, rompe de certo modo com a idéia de integração, entrosamento- quer dele próprio com a sociedade em que vive, quer desta com a ordem natural entrevista pelo século XVIII. Daí certo baralhamento de posições, confusão na consciência coletiva e individual, de onde brota o senso de isolamento e uma tendência invencível para os rasgos pessoais, o ímpeto e o próprio desespero” (p.24).

No Romantismo brasileiro, nos romances regionalistas especialmente, encontraremos essa exaltação à natureza como forma de exercício do patriotismo. Contudo, o apego à realidade, a descrição objetiva do cotidiano e da vida social, se apresenta como um *contrapeso* ao individualismo e ao lirismo tão peculiares ao romantismo. Dar a conhecer o

Brasil constituía-se na grande missão do romântico. A natureza, nos romances regionalistas, é um aspecto do mundo exterior, concreto, palpável, objeto de uma detalhada descrição e estudo que parece convidar o leitor a encarar o país de um ponto de vista renovado: de quem conhece, aprecia e, mais do que isso, admira. Contudo, esse caráter descritivo extrapola os limites do mundo físico e dá vida e movimento aos personagens e enredo: a natureza enlaça o humano numa “ambiance” de harmonia e comunhão, como tratarei a seguir. O importante a apreender do sentido que a idéia de natureza toma no regionalismo brasileiro desse período é que, como argumenta Ventura (1991), a natureza deixa de ser espaço de contemplação nativista para se tornar liame que dá coesão e sentido às matrizes étnicas e culturais aqui aportadas pelo caminhar da história.

A exaltação da natureza como forma de exercício do patriotismo é marca da literatura brasileira já em seu preâmbulo. O romantismo brasileiro desenvolve as tendências nativistas já presentes no arcadismo: o corte crucial entre a produção árcade e a romântica a localizamos no plano da realidade, a independência política do país. A um país livre, uma literatura livre- esse era o mote da produção espiritual do oitocentos. Como argumenta Antonio Candido (1975),

“O Romantismo brasileiro foi por isso tributário do nacionalismo; embora nem todas as suas manifestações concretas se enquadrassem nele, ele foi o espírito diretor que animava a atividade geral da literatura. Nem é de espantar que assim fosse, pois sem falar da busca das tradições nacionais e o culto da história, o que se chamou em toda a Europa “despertar das nacionalidades”, em seguida ao empuxe napoleônico, encontrou expressão no Romantismo. Sobretudo nos países novos e nos que adquiriram ou tentaram adquirir independência, o nacionalismo foi manifestação da vida, exaltação afetiva, tomada de consciência, afirmação do próprio contra o imposto. Daí a soberania do tema local e sua decisiva importância em tais países, entre os quais nos enquadrámos. Descrever costumes, paisagens, fatos, sentimentos carregados de sentimento nacional, era libertar-se do jugo da literatura clássica, universal, comum a todos, preestabelecida, demasiado abstrata- afirmando em contraposição o concreto, espontâneo, característico, particular” (p.15).

Desejo de exprimir uma nova ordem de sentimentos, o patriotismo, tomado como o sentimento de apreço pela jovem nação, encaminha a conformação de uma literatura independente, instrumento da atividade intelectual que assume o sentido de uma missão patriótica na construção da jovem nação.

A valorização da natureza local foi um dos elementos mobilizados no clamor pela autodeterminação nacional em oposição às antigas metrópoles: a natureza elevaria os países americanos, postando-os em pé de igualdade com os países do Velho Mundo. A opulência do trópico, sua vitalidade e originalidade, eram estímulos ao pensamento- a natureza tropical em sua peculiaridade haveria de inspirar os poetas e encaminhá-los à criação de uma literatura local e à uma civilização opulenta e cheia de energia criadora.

É no gênero romance, como já explicitado, que encontramos o trabalho do romântico no burilar a paisagem tropical como inspiração. O ímpeto que alinhava as produções de José de Alencar, Afonso Taunay, Franklin Távora e Bernardo Guimarães (todos alinhados ao chamado regionalismo romântico) é dar voz à novidade simbolizada pelo país, é a ânsia por conhecer e fazer conhecer o país: as descrições de lugares, cenas, fatos e costumes do país eram elementos importantes dos romances, estes concebidos como “instrumentos” no despertar no brasileiro o interesse pelas coisas e pela gente de seu país.

O grande mote dessa produção é a feitura de um *retrato* do país. A lógica que comanda a escolha dos objetos que compõem a cena é o “pitoresco”, a “cor local” numa expressão muita cara aos literatos do período. A natureza tropical como objeto; as idéias européias como instrumento: a contradição entre “o amor da pátria e da terra brasileiras e o desejo e projeção da civilização imaginada, a ser construída pelos artifícios da razão, também européia” (NAXARA, M, 2001: 431). A ambivalência do nosso romantismo se mostra clara no tênue equilíbrio entre o dado local (substância da expressão, o índio, o sertanejo e a natureza tropical como exemplos) e os moldes herdados do pensamento europeu (as formas de expressão do lirismo do romancista). Como nos ensina Antonio Candido (1975), nossa literatura consiste numa superação constante dessa ambivalência, dos obstáculos

“entre os quais o sentimento de inferioridade que um país novo, tropical e largamente mestiçado, desenvolve em face de velhos países de composição étnica estabilizada, com uma civilização elaborada em condições geográficas bastante diferentes” (p.102).

Sugestões externas e tendências locais: o nacionalismo literário do século XIX apresentava um componente eurocêntrico, apesar das reivindicações da autonomia e originalidade. A incorporação da ideologia civilizatória, ainda que sob a exaltação da

magnitude da natureza e da coragem e tenacidade do índio¹², dá forma a uma relação eurocêntrica com o meio local e à abordagem etnocêntrica das culturas populares.

A natureza, no desenho desse retrato, é peça chave; como argumenta Ortiz (1988), os românticos brasileiros partem de uma posição diversa daquela ocupada pelos seus colegas europeus- estes se voltam a História e tomam o passado medieval como as raízes seculares das nações; aqueles olham para o futuro. A América nascia como uma anti-história, como devir, promessa de futuro grandioso. Nesse projeto, a natureza, em seu vigor e pureza virginal, acena possibilidades infinitas a um país novo, “sem história”: se não há feitos gloriosos dos quais se orgulhar, resta-nos a natureza, ao menos, como possibilidade de um futuro grandioso. Natureza, como promessa de futuro, é evasão da realidade nacional tão distante do gabarito ocidental.

Essa profunda identificação entre natureza e destino humano provê ao romance regionalista brasileiro uma outra peculiaridade: o mundo físico invade o mundo humano e a natureza assume um caráter mimético, como sugere Volobueuf (1999). Mimese, no sentido construído por Volobueuf (1999), retira a carga determinista da natureza física, o sentido de causalidade entre natureza e sociedade que marca o pensamento ocidental no período neo-clássico, como apontamos acima.

Spitzer (1942) nos oferece uma boa sugestão para entender o sentido que a idéia de natureza assume no romance regionalista; ao promover uma “arqueologia” da idéia ‘milieu’ no pensamento ocidental, Spitzer (1942) contrapõe ao sentido fatalista e determinista dado por Hyppolite Taine (1828-1893) a *milieu*, o conceito de “ambiance”¹³ tal como surge no debate travado entre os irmãos Goncourt¹⁴ e o erudito francês. Ao rebaterem o determinismo que Taine estabelece entre produção artística e “milieu”, os Goncourt acenam com um sentido poético em que a causalidade entre “meio” e sociedade é matizada; assim, o

¹² Como argumenta Antonio Candido (1975), o indianismo dos românticos tem como estímulo *particularizar*, *nacionalizar* os grandes temas do romantismo europeu, “as grandes atitudes de que se nutria a literatura ocidental, inserindo-as na realidade local, tratando-as como próprias de uma tradição brasileira. Assim, o espírito cavaleiresco é enxertado no bugre, a ética e a cortesia do gentil-homem são trazidas para interpretar seu comportamento” (p.21).

¹³ Optei por não traduzir o vocábulo por não ter feito um estudo acurado dos usos e sentidos da palavra equivalente em português, “ambiência” entendida como “meio material ou moral onde se vive”. Embora “ambiência” seja originária do vocábulo francês, não é possível afirmar se a palavra, em português, carrega o sentido primevo do vocábulo, aquele explicitado pelos Goncourt.

¹⁴ Edmond (1822-1896) e Jules (1830-1870) Goncourt notabilizaram-se pela extraordinária e rica parceria literária. Entre 1860 e 1869, os irmãos publicaram seis romances nos quais aliavam cuidadosa pesquisa à imaginação literária na descrição da vida cotidiana.

vocabulo¹⁵ “*ambiance*” recupera o sentido de *harmonia* e *simbiose* entre homem e universo (a natureza como expressão do Absoluto, como há pouco sugeri) ao ser tomado como “aquilo que enlaça, que comunga” numa clara oposição ao sentido trágico e fatalista do “milieu” taineano. Uma metáfora nos esclarece a comunhão harmônica expressa na “*ambiance*” dos Goncourt: o homem liga-se ao meio em que vive não como um prisioneiro à sua jaula, mas como um homem à sua casa (“*l’habitant et la coquille; l’homme et le milieu*”, nas palavras dos irmãos) (SPITZER, 1942: p.186).

É nesse sentido que podemos pensar no caráter mimético da natureza nos romances regionalistas brasileiros: as comparações e metáforas, figuras de linguagens tão caras à estética regionalista desse período, sugerem que natureza e homem, aos olhos do poeta, são feitos da mesma substância e por isso equivalem-se no protagonismo da formação nacional.

O romance regionalista de José de Alencar, nosso “pintor-paisagista” (Bosi *apud* VOLOBEUF, 1999, p.233), é repleto dessas identificações: a história da bela Iracema, por exemplo, é contada por meio de uma sucessão de metáforas ancoradas em objetos típicos das paisagens brasileiras. Nosso céu, nossas águas e nossas florestas comungam com o homem transformando-o em “brasileiro” e inoculando-lhe um temperamento *naturalmente* nosso. A cor local contamina o mundo humano e enlaça num mesmo destino natureza e sociedade. E nossa História começa como projeto, como possibilidade futura¹⁶.

Nesse processo de “autodefinição da consciência local” (MELLO E SOUZA, 1975: p.104), a geração de 1870 dá suas contribuições: levando à frente a crítica nacionalista romântica, Silvio Romero apresenta ao país a renovação intelectual do Naturalismo cuja desembocadura é “Os Sertões” (1902) de Euclides da Cunha. A ciência vem em socorro da literatura nos novos diagnósticos da brasilidade; a natureza, com a entrada de um “bando de idéias novas” no pensamento brasileiro, recebe um sentido renovado: a “*ambiance*” da natureza romântica se enrijece no determinismo da idéia de “meio”.

¹⁵ Spitzer (1942) não atribui aos Goncourt a criação do neologismo; contudo, a difusão de “*ambiance*” no sentido que aqui apresentamos tem como referências esses irmãos, segundo o autor.

¹⁶ Uma referência de J.W. Goethe (1749-1832) é esclarecedora do sentido que natureza assume no romance brasileiro: “A natureza! Ela nos cerca e nos possui por todos os lados, sem que esteja em nosso poder colocar os pés fora de seus limites ou nela penetrar um passo sequer. Sem que tenhamos solicitado e se que nos tenhamos advertido, ela nos recebe em seu turbilhão, nos arrasta em sua dança, até que a lassidão nos tome e deixemos cair os braços. Eternamente, ela engendra formas novas (...)” (Goethe, J.W. *apud* NAXARA, M, 2001: p. 436).

3- Geração de 1870 e “meio”

Nas últimas décadas do século XIX, um “bando de idéias novas” toma parte do debate sobre o futuro do país: o evolucionismo, o positivismo e o darwinismo social são apresentados como alternativas teóricas ao pensamento romântico; as promessas do “país novo” começam a dar lugar à “consciência do atraso” de um país tropical e mestiço.

A década de 1870 representa um sopro de mudança para aqueles que a vivenciam: o deslocamento do centro político- financeiro do Nordeste da cana-de-açúcar para o Sul do café assinala uma reconfiguração no interior da elite do país; a urbanização e a migração crescentes deslocavam o eixo econômico do campo para a cidade; o Segundo Império sofre abalos com a Guerra do Paraguai e a crescente campanha republicana; o sistema escravocrata sofre um duro golpe com a Lei do Ventre Livre (1871) e o problema da mão-de-obra (bem como da imigração de trabalhadores estrangeiros) passa a figurar no debate político. No campo das idéias, essa onda de renovação se espalha: o evolucionismo social, o naturalismo, o positivismo e o darwinismo social começam a se difundir no país por esse período. A ciência será a lente por meio da qual alguns intelectuais brasileiros pretendem construir um pensamento nacional por oposição a herança colonial.

Era como sociedade científica e moderna que o Brasil pretendia se apresentar às demais nações do mundo civilizado: na contramão do nacionalismo romântico que tinha na natureza a fonte de inspiração na conformação da nação, a chamada “geração de 1870” fomentava uma imagem da nação industriosa, urbana, científica, civilizada.

A ciência, nas mãos desses pensadores, toma ares de sacerdócio, uma pregação acerca da evolução da história da nação rumo a civilização, uma acepção que os aproxima da “missão” do intelectual como apregoada pelos românticos- a literatura é o veículo desse “bando de idéias novas” assim como o foi para o grito de independência espiritual da geração que o precedeu. Como propõe Antonio Candido (2000), a literatura tem sido, na história do pensamento brasileiro, “mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida do espírito” (p.119). As ciências naturais e humanas não gozaram do prestígio da literatura como forma de conhecimento da realidade do país¹⁷.

¹⁷ Antonio Candido (2000) enumera os fatores dessa predileção pela literatura como forma de expressão da realidade do país: “uns, derivados da nossa civilização européia e dos nossos contatos permanentes com a

A literatura brasileira apresenta como peculiaridade o sincretismo entre a criação literária, o “ponto de vista” (“este sempre subjetivo”, como nos ensina Freyre (1944)) e a pesquisa científica, a análise lógica-racional; o romance oitocentista é seu primeiro esforço: vimos como lirismo e descrição objetiva da realidade tomam forma no romance regionalista; os ensaios elaborados tendo por base a história, economia, arte, filosofia e as ciências naturais que começam a tomar forma com a chamada “geração de 1870” é o outro rebento desse caráter “sincrético” de nosso pensamento.

A despeito da declaração de superação do lirismo dos românticos, a literatura é a linguagem por meio da qual o evolucionismo, o positivismo, o social-darwinismo, o determinismo racial e geográfico são difundidos no país. O ensaio, forma literária construída na confluência da história com a economia, a literatura, a arte e as ciências naturais é a forma privilegiada de expressão desses cientistas.

Silvio Romero e Euclides da Cunha são dois importantes artífices dessa “nova moda”; ambos assinalam momentos importantes na história das idéias: Silvio Romero é o grande estimulador dos diálogos entre literatura e ciência natural- a Escola do Recife surge como primeira sistematização dessa proposta. Euclides da Cunha representa o ápice do processo de fusão entre a ciência e análise social já no início do século XX.

Dessa profusão de “ismos” que invadem o debate social e político, tomemos o determinismo geográfico para entendermos o conceito “meio”. O interessante a notar é o modo como se opera a releitura dessas propostas por parte de nossos intelectuais: não é difícil imaginar o dilema que a defasagem entre teoria e a realidade colocou a essas mentes; na era da “sciencia”, aceitar as diversas propostas do cientificismo então triunfante era um passo a frente no caminhar evolutivo (do misticismo religioso à clarividência das luzes, diria Silvio Romero), contudo adotar a teoria seria atestar a inferioridade do país- atestada pelas condições do meio ambiente e pela peculiar mistura de povos e raças- na evolução geral dos povos

Se a natureza tropical e a miscigenação são os signos do atraso brasileiro, a missão desses “homens de sciencia” é explicar o atraso e apontar um futuro, o Brasil como nação; “meio” e “raça”, como conceitos operacionais dessas releituras, dão a medida da

Europa, quais sejam o prestígio das humanidades clássicas e a demorada irradiação do espírito científico. Outros, propriamente locais, que prolongaram indefinidamente aquele prestígio e obstaram esta irradiação” (p.120).

peculiaridade da realidade brasileira e apontam o futuro da nação na medida em que apostam na nação como projeto, consecução do longo processo evolutivo cujas conquistas, a natureza domada e industriosa e o branqueamento do povo, são possibilidades, ideais a serem alcançados no futuro.

O progresso, material e moral, era o grande tema do período; guardadas as peculiaridades de cada teoria, o ponto de confluência entre todos os “ismos” que invadem o país no final do século XIX (evolucionismo, positivismo, social-darwinismo, os determinismos racial e geográfico) é o estudo da evolução histórica dos povos: em todas as partes do mundo, a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos, caracterizados por organizações econômicas e sociais específicas. Esses estágios, entendidos como únicos e obrigatórios, seguiam determinada direção que ia sempre do mais simples (os povos primitivos) ao mais complexos (a civilização ocidental); o grande objetivo do estudo da evolução histórica era estabelecer leis e modelos que presidiriam o progresso rumo à civilização.

Olhemos, então, para o determinismo geográfico para entendermos a idéia de “meio”. As propostas de Hippolyte Taine (1828- 1893) foram aquelas que primeiro aportaram em território brasileiro. Antes de tratarmos do conceito de “milieu” de Taine, recuperemos, de forma breve, as origens e a história da idéia de ‘meio’ no pensamento ocidental. Spitzer (1942), na “arqueologia” que empreende dos sentidos do vocábulo ‘milieu’ será nosso guia.

Em seu sentido primevo, ‘milieu’ referia-se á idéia de “metade”, como no latim *medium*, “o lugar do meio” arriscaríamos traduzir. No Renascimento, ‘milieu’, assim como seu equivalente em latim ‘medium’, assumem (em grande parte devido à tradução de *medium* como “aureas mediocritas”) um sentido de ponto intermediário entre dois extremos, uma medida que se refere a uma qualidade moral, numa clara referência a virtude como “justo meio” entre dois extremos de Aristóteles.

Permeando o sentido moral-abstrato de ‘milieu’ e ‘medium’, a conotação essencialmente geométrica e materialista prevalece: ‘milieu’ como o ponto médio determinado por duas extremidades; desse sentido, nos fala Blaise Pascal (1623-1662) quando determina a posição do homem entre os extremos absolutos do “infinitamente pequeno” e o “infinitamente grande”. Uma citação aqui se faz necessária para que percebamos a concretude que idéia de ‘milieu’ toma no pensamento desse francês:

“Voilà notre état véritable: c’est ce qui nous rend incapable de savoir certainement e d’ignorer absolument. *Nous voguons sur um milieu vaste* [grifo meu], toujours incertains e flottants, poussés d’un bout vers l’autre. Quelque terme où nous pensions nous affermir, il branle e nous quitte” (Pascal, Blaise *apud* SPITZER, 1942: p. 170).

O sentido abstrato de ‘milieu’, quando este vocábulo se referia a uma qualidade moral, na leitura de Pascal toma substância, uma localização, “o oceano da vida em que navegamos” (SPITZER, 1942: p. 170-171), um elemento que circunda um dado corpo. A conotação concreta do vocábulo toma forma acabada em seus próximos desenvolvimentos: esse sentido concreto de ‘milieu’ como “elemento que circunda um dado corpo” tem no conceito newtoniano “ambient medium” sua forma acabada e é esta conotação que prevalece no vocabulário dos cientistas naturais franceses no século XVII e XVIII. No século XIX, “milieu” passa a ser parte do vocabulário dos naturalistas e biólogos franceses: Etienne Geoffroy Saint-Hillaire (1772-1844) ao propor a utilização dos conceitos e modelos da física e da química no estudo dos seres vivos coloca “milieu ambient” no centro do debate científico do período.

Da biologia para as ciências morais, foram alguns passos a mais dados por Honoré de Balzac (1799-1850), Auguste Comte (1798-1857) e Hippolyte Taine (1828- 1893). Em meados do século XVIII, as fronteiras epistemológicas entre as ciências naturais e as sociais foram proclamadas como obstáculos ao entendimento da sociedade e da história: Balzac, Comte e Taine vêm na esteira de seu tempo e proclamam a física e a biologia como as bases do estudo completo do homem. Entretanto, a passagem de “milieu” das ciências naturais para as sociais, não é feita sem reparos, sem enriquecimentos do vocábulo. Das ciências naturais, a idéia de “milieu”, tal como exposta por esses franceses, guarda ainda o sentido de elemento que circunda um dado corpo, contudo perde o sentido de inércia que a física newtoniana lhe dá; assim, para além de lugar onde se deposita algo, elemento no qual está imerso um dado corpo, “milieu” é o lugar onde o organismo *vive* e do qual depende para sua sobrevivência.

Nessa passagem da inércia de “ambient medium” ao “milieu” da ciência social francesa, assistimos um revés fatalista. Como argumenta Spitzer (1942),

“But much more than extension of meaning was involved as this word passed through its several stages; once the term is used to refer to the environment of a living being, be he man or beast, there must necessarily be present an emphasis on the determining, conditioning efficacy of the *milieu*, for it is indispensable to the life of the organism” (p.177).

Na filosofia e sociologia comteanas, a relação entre organismo e “meio” são tomadas como simbióticas: de forma freqüente, Comte refere-se à harmonia entre o organismo e seu “meio correspondente” como o estágio perfeito dessa relação. Em seus seguidores, a idéia de harmonia entre organismo e “meio correspondente” perde espaço para o sentido de “meio” como o todo-poderoso e o organismo como seu produto acabado- esse sentido é plenamente encampado por Taine quando analisa, em seu clássico “Histoire de la littérature anglaise” (1863), o homem como produto de três ordens de fatores, a raça, o meio e o momento.

“Lorsqu'on a ainsi constaté la structure interieure d'une race, il faut considerer le milieu dans lequel elle vit. Car l'homme n'est pas seul dans le monde; la nature l'enveloppe et les autres hommes l'entourent; sur le pli primitif and permanent viennent s'etaler les plis accidentels et secondaires, et les circonstances physiques ou sociales dérangent ou complètent le naturel qui leur est livre. Tantôt le climat a fait son effet. - Tantôt les circonstances politiques ont travaill ... -Tantôt enfin les conditions sociales ont imprime leur marque -Que l'on regarde autour de soi les instincts régulateurs et les facultés implantées dans une race . . . on y découvrira le plus souvent l'oeuvre de quelqu'une de ces situations prolongées, de ces circonstances enveloppantes, de ces persistantes et gigantesques pressions exercées sur un amas d'hommes ... lorsque nous avons considered la race, le milieu, le moment, c'est à dire le ressort du dedans, la pression du dehors et l'impulsion déjà acquise, nous avons épuisé ... toutes les causes possibles du mouvement” (Taine, Hippolyte *apud* SPITZER, 1942: p.177-178).

Nessa acepção, o vocábulo assume um sentido trágico, de destino inescapável do homem o qual nada pode contra a mecânica rija do “meio” - o homem é como uma vítima do meio que o determina, um prisioneiro numa jaula. Podemos imaginar qual não foi o dilema dos sábios brasileiros de finais do século XX diante do diagnóstico taineano: mestiçagem, trópico e barbárie são realidades muito distantes do ideal civilizatório que permeava a ciência social de Taine. A despeito do sentido fatalista, as propostas de Taine tiveram solo fértil em nosso país: a geração de Romero teve no positivismo desse francês um guia seguro na análise rigorosa da realidade brasileira. A “História da Literatura Brasileira” (1888) de Silvio Romero deve muito ao positivismo que teve na obra de Taine seu meio principal de

difusão no país; na análise que empreende da formação histórica da nação, três são os elementos que Romero leva em conta: o elemento humano em suas formações étnicas (o branco, o negro e o indígena), o meio tropical e a imitação estrangeira. “Race”, “Milieu” e “Moment”. Contudo, as leituras que os eruditos brasileiros empreendem da ciência européia não se resumem a uma “mera cópia”; como argumentam inúmeros estudiosos do pensamento social brasileiro (Ortiz, 1982; Schwarcz, 1993), a leitura da produção européia se fez de modo muito original e atento às peculiaridades (naturais e raciais) do país, como argumentarei logo mais quando tratar, especificamente, do pensamento de Romero.

Mas a história do “meio” continua ... Duas outras formulações importantes que trazem a luz um sentido renovado a “meio” devem ser lembradas: a Antrogeografia de Friedrich Ratzel (1844-1904) e a teoria da história de Thomas Buckle (1821-1862), dois rebentos da fé no progresso tão cara ao pensamento ocidental de meados do século XIX. Ambas as formulações tem como ambiência política o processo de expansão territorial da Alemanha (o expansionismo bismarckiano no final do século)¹⁸ e da Inglaterra (a “Era Vitoriana” marca o apogeu do imperialismo britânico que se expande na África e na Ásia.): sem querer sugerir uma relação reducionista entre idéias e política, essa fé no progresso como destino humano dá molde a uma concepção da relação entre natureza e sociedade, “meio”, que trabalha como instrumento legitimador do imperialismo alemão e inglês que tomam força no período.

“Meio”, nas formulações desses pensadores, toma um sentido menos fatalista que aquele proposto por Taine. Como nota Gerbi (1996), em meados do século XIX, a idéia da natureza sofre uma reviravolta: em pleno processo de constituição das nações européias, a velha questão do desequilíbrio entre geografia (vasto e inexplorado continente) e história (a ausência de produtos do engenho humano) inverte-se: uma nova geografia implica um recomeço, uma nova História, dito de outra forma, a natureza forma novos homens e novas sociedades. A tônica do argumento se desloca do determinismo de uma natureza malsã (tal como se colocam os termos da “disputa em torno do Novo Mundo” em seus preâmbulos (GERBI, 1996)) para o engenho humano, a capacidade de conquista e domínio da natureza.

¹⁸ Não podemos deixar de lembrar outra obra que se insere nessa ambiência de idéias: “A História Natural do Povo Alemão” (1851-53) de W.H. Riehl cujas proposições deram força ao sentimento de “germanidade” que conhece seu ápice no período bismarckiano (SCHAMA, S., 1996: p.126).

A relação entre natureza e sociedade é o tema central da grande obra de Ratzel intitulada “Antropogeografia- Fundamentos da aplicação da Geografia à História” (1882), considerada fundadora da Geografia Humana. O progresso civilizatório é o ponto de partida de suas reflexões; a medida do progresso é dada pela presença da mão do homem na natureza. Ratzel, numa leitura crítica do rígido determinismo da natureza sobre o homem (as formulações de De Pauw são um exemplo; o *milieu taineano* outro), admite as influências das condições naturais sobre as sociedades (pois “cada povo traz em si as feições da região que habita”, como nos lembra Freyre (1989)), contudo faz um importante reparo: as relações entre natureza e sociedade são mediatizadas pelas condições econômicas e sociais. A marca do progresso é o domínio da natureza, domínio do “espaço vital”, um recorte territorial que representa

“uma proporção de equilíbrio, entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo assim suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais” (MORAES, A., 1999: p.56).

Não há, portanto, uma equivalência entre “meio” (“milieu”) e a sociedade (“moment”) na condução dos fatos humanos, como propõe Taine: o homem, portanto, não é um produto do meio. Ratzel tomava a influência do “meio” como mais uma mediação (ao lado daquelas de ordem econômica e social) a ser tomada em conta no estudo das sociedades. O foco da proposta ratzeliana é, portanto, a astúcia humana, o domínio sobre natureza como marca da civilização. Nesse sentido, a conquista do “espaço vital” extrapola o mundo natural e acaba por justificar não só o domínio da terra, mas a difusão do ideal civilizatório.

É interessante notar o debate entre a proposta do alemão e as formulações do francês Vidal de la Blache: na leitura crítica que Vidal faz da antropogeografia ratzeliana, a idéia de natureza como paisagem é o grande corte entre o “determinismo” do alemão e o “possibilismo” do francês. As ressalvas de Vidal com relação às propostas de Ratzel podem ser resumidas em três princípios: a excessiva politização do discurso do alemão contraposta ao princípio liberal, abraçado por Vidal, da necessária neutralidade da ciência; o caráter naturalista da teoria ratzeliana que minimiza o elemento humano contraposta a defesa da criatividade e liberdade da ação humana que não se reduz às respostas às imposições do meio; e finalmente, como corolário do segundo princípio, o ataque à concepção fatalista e

mecanicista da relação entre “meio” e sociedade a qual Vidal contrapõe uma postura relativista segundo a qual o mundo humano é o reino da contingência. Vidal de la Blache define o objeto de sua geografia como a relação homem-natureza tomando como perspectiva a paisagem. Vidal

“colocou o homem como um ser ativo, que sofre a influência do meio, porém que atua sobre este, transformando-o. Observou que as necessidades humanas são condicionadas pela natureza, e que o homem busca soluções para satisfazê-las nos materiais e nas condições oferecidas pelo meio. Neste processo, de trocas mútuas com a natureza, o homem transforma a matéria natural, cria formas sobre a superfície terrestre: para Vidal, é aí que começa a “obra geográfica do homem”. Assim, na perspectiva vidalina, a natureza passou a ser vista como possibilidades para a ação humana; daí o nome de Possibilismo dado a esta corrente por Lucien Febvre” (MORAES, R., 1999: p. 68).

Da idéia de natureza como paisagem, trataremos na próxima seção (e o faremos num caminho distinto daquele proposto pela geografia: olharemos para a arte). Essa breve digressão é útil para termos marcados, de forma bem clara, os sentidos que a idéia de natureza assume em fins do século XIX, “meio” e “paisagem”. Voltemos ao “meio”.

Thomas Buckle, por sua vez, volta-se à História; sua grande obra “History of Civilization in England” (1857-61) tomava como grande objetivo determinar os princípios gerais que governam o curso do progresso humano. Atento ao naturalismo então triunfante, Buckle estabelece uma relação causal entre meio físico e sociedade: o clima, o solo, a alimentação e tantos outros aspectos do meio natural são fatores determinantes do progresso material e moral. Indireta (ao determinar a acumulação e distribuição de riqueza) ou diretamente (a paisagem como inspiração “sublime” ou estreitamento da imaginação), a natureza é o divisor de águas entre a civilização européia (a mão do homem molda a natureza em campos cultivados) e a barbárie não-ocidental (na qual o homem não é nada mais que um animal de primeira grandeza, tal como representado na *Tapeçaria Gobelin* (**Fig.1**)). O avanço da civilização é caracterizado pela diminuta influência do meio físico sobre os corpos e mentes e o crescente domínio do entorno pela “astúcia” do homem.

Tanto Silvio Romero quanto Euclides da Cunha, cômicos dos “grandes avanços da ciência de seu tempo”, reconhecem a ação da natureza nos corpos e nas almas, mas não acreditam no destino da obediência ao Deus-Meio. No quadro de um determinismo geográfico que se aproxima das propostas de Ratzel e Thomas Buckle, ambos aceitam a

influência da natureza sobre as sociedades humanas. Entretanto, tomando de empréstimo uma idéia de Sevcenko (1999), nas obras desses pensadores a natureza não se ergue como templo, mas como uma oficina na qual o homem é um operário (p.78). A natureza é obstáculo a ser dobrado (prova do caminhar inexorável do processo civilizatório) e para tanto o acento das preocupações de toda a geração de Romero é sobre o caráter do homem que se forma no embate natureza/ sociedade. Qual o homem dos trópicos? É a pergunta-síntese da geração¹⁹.

Já na introdução à grande obra de Silvio Romero, “História da Literatura Brasileira” (1888), a história do Brasil é tomada como a história da formação de um tipo novo de homem, o mestiço. Os elementos determinantes deste *melting pot* são três: o humano (o português, o negro, o índio), o meio físico e a imitação estrangeira (ROMERO, 1980: 54). Qual o lugar do meio físico, o trópico, nesse mecanismo criativo?

Diz-nos Romero que a pretensão de explicar pela física do globo as civilizações primitivas e atuais, tal como proposta por Thomas Buckle, é incompleta. O que explica, pergunta Romero, que a ação do meio sobre as raças para aqui imigradas as levariam a tomarem esta ou aquela direção e não outra qualquer? Nada, pois não há apenas uma resposta, mas uma variedade imensa de “soluções culturais”, como arremataria Freyre, forjadas no encontro de culturas e etnias tão díspares quanto aquelas que conformaram a alma do mestiço brasileiro. Uma teoria da evolução histórica do Brasil, portanto, deve ter por base uma “análise rigorosa” dos elementos constitutivos dessa história (o trópico, o fator humano, a imitação estrangeira). A “análise rigorosa” preconizada pelo autor toma um novo significado: ao esforço lírico do nacionalismo romântico, soma-se o instrumental do naturalismo, do evolucionismo e tantas outras vertentes do cientificismo do final do século XIX.

Buckle, argumenta Romero, nos oferece um diagnóstico incompleto da história das nações quando nos quer fazer acreditar que o elemento “clima” seja central na explicação dos caminhos e descaminhos das histórias dos povos. A civilização não está só na Europa:

¹⁹ Quero dizer: a pergunta-síntese dessa geração de intelectuais no que toca ao desenvolvimento desse trabalho. Contudo, penso que outra pergunta-síntese pode ser formulada: qual é o homem mestiço? “Raça” foi um conceito importante no debate acerca da identidade nacional no longo período que se estende de 1870 a 1930, década em que Freyre nos apresenta seu ensaio histórico-sociológico “Casa-Grande & Senzala” (1933) cuja tração principal é a crítica ao conceito de raça e a adoção da “cultura” como o ponto de vista da análise social.

“A proposição de Buckle só é verdadeira quando limitada a um período recente; mas ainda assim ela foge e escorrega por outro lado, porquanto a civilização saída da Europa implanta-se na América, na Austrália, começa a transformar a Índia, maravilha o Japão, todos os países onde, segundo o pretendido axioma, a natureza é mais poderosa que o homem (...) É verdade que os diversos climas, até os mais agros, são adequados às diferentes raças que produziram (...). Mas *tendo em vista a civilização moderna que é como ele o reconhece toda de implantação* [grifo meu] não se deve desconhecer a justeza da lei que tacha de presumida. O fato da emigração de povos originários de países diversos para climas totalmente estranhos garante-me nesta afirmação (...) Poder-se-á dizer que as colônias européias estabelecidas há quatro séculos na Ásia, África, América e Oceania encontraram por toda a parte um clima que fosse igualmente favorável ao seu florescimento? Será certo que a natureza de algumas regiões não lhes tem constituído bastantes embaraços, e nalgumas paragens quase insuperáveis” (ROMERO, S., 1980: 79).

A despeito da crítica ao determinismo climático de Buckle, Romero não retira a natureza do palco do drama da nacionalidade. Como argumenta Ortiz (1982), as críticas que o intelectual brasileiro faz à teoria da história de Buckle limitam-se a rechaçar o exagero do argumento do inglês (que Romero reputa ao pouco conhecimento do autor da realidade do país), contudo elas não tocam a substância das propostas de Buckle. Tanto o brasileiro quanto o inglês partem do mesmo suposto: o progresso civilizatório da humanidade.

Romero, pela mobilização original de idéias e conceitos caros ao naturalismo do final do século, escapa ao vaticínio climático por sua fé no progresso civilizatório, isto é, seu acento não é sobre a toda-poderosa natureza tropical, mas na capacidade de evolução material e moral do homem mesmo que sob a luz e calor dos trópicos.

Se a civilização é sinônimo de superação da natureza por meio da técnica e da ciência, e, portanto, a civilização é “toda de implantação”, ela cabe nos trópicos- a “consciência do atraso” de um país tropical e mestiço cede frente a fé no progresso evolutivo cujos pilares são a ciência e a técnica, a possibilidade de controle absoluto e abafamento dos excessos dos trópicos e dos inconvenientes da mistura de raças.

À pergunta formulada acima (qual o homem dos trópicos?), temos a resposta: o mestiço, produto da aclimação da civilização européia nos trópicos. “Meio” trabalha como elemento de equilíbrio entre a teoria (o ideal civilizatório) e a realidade do país (tropical e mestiça) na medida em que indica a distância, explica a diferença e promete ao futuro o ideal da civilização. Como argumenta Ortiz (1982),

“A temática da mestiçagem é neste sentido real e simbólica; concretamente se refere às condições sociais e históricas do amálgama étnico que transcorre no Brasil, simbolicamente conota as aspirações nacionalistas que se ligam a construção de uma nação brasileira.

(...)

Vimos que a crença no determinismo provocado pelo meio ambiente desemboca numa perspectiva pessimista em relação às possibilidades brasileiras (...) A mestiçagem simbólica traduz assim a realidade inferiorizada do elemento mestiço concreto. Dentro dessa perspectiva, a miscigenação moral, intelectual e racial do povo brasileiro só pode existir enquanto possibilidade. O ideal nacional é na verdade uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira. É na cadeia da evolução social que poderão ser eliminados estigmas das “raças inferiores”, o que politicamente coloca a construção de um Estado Nacional como meta e não como realidade presente” (p.151).

A natureza como “meio” é tomada como explicação do atraso. No romantismo, conhecemos uma relação muito distinta entre natureza e sociedade: a natureza é uma linguagem que estabelece uma relação lírica entre natureza e sociedade; a natureza, pelo olhar dos românticos, é evasão da realidade e *compensação* ao atraso material e moral do país.

Embora seja possível pontuar formas tão distintas de tratamento das relações entre natureza e sociedade, não queremos sugerir um corte radical entre a produção romântica e àquela da geração de 1870: a obra de Euclides da Cunha é um bom exemplo do diálogo entre as duas tradições, a literatura e a ciência. Se a ciência é a luz que guia a análise desses intelectuais, a literatura é sua linguagem.

Obra publicada em 1902, fruto da cobertura jornalística de Cunha dos acontecimentos de Canudos, “Os Sertões” foi um sucesso de público. O Brasil letrado era ansioso por conhecer espaços e gentes do imenso território tão pouco conhecido e explorado: o Brasil apalpava-se numa ânsia de conhecer-se, de integrar-se numa nação. Euclides da Cunha vincula-se ao esforço explicativo que começa a tomar forma nos idos de 1870 com a Escola de Recife: a ciência pretendia-se como o ponto de vista privilegiado da análise da realidade e da prescrição dos caminhos futuros²⁰.

²⁰ Interessante o comentário que faz Monteiro Lobato (1991) do impacto da obra de Cunha nas primeiras décadas do século XX: em meio caos “impressionista” que reinava soberano na cultura científica brasileira no final do século XIX e início do século XX, surge Euclides da Cunha, “o primeiro desasnador do Brasil” (LOBATO, 1991: p.VIII).

A evolução histórica da nação é a grande preocupação de Cunha tanto quanto de seus contemporâneos, como já explicitado: a solução do atraso não é muito distinta daquela preconizada por Romero. Numa postura crítica ao pensamento racista do final do século XIX, Cunha não pensa a civilização em termos de homogeneidade natural ou racial- “sertão” e “litoral” são conceitos que dão conta do caráter heterogêneo do país. O meio natural- o sertão e o litoral- é a medida da distância, real e simbólica, entre dois processos distintos de mestiçagem, entre dois tipos de homens (o sertanejo e o mulato), entre a realidade do país e o ideal civilizatório. É no caminhar da evolução rumo ao progresso que as marcas do atraso (o trópico e a mestiçagem) serão controladas e debeladas.

Sua narrativa da Guerra de Canudos trata de um tempo e de uma cultura fadada ao desaparecimento pelo caminhar inexorável do progresso: ao sertanejo, preso às agruras e inconstâncias da natureza árida da caatinga, pouca capacidade de reação ao ambiente lhe cabe. Se o meio não forma as raças, como o autor argumenta (CUNHA, 2000: 76), pode-se afirmar que há diferentes respostas adaptativas às condições naturais, respostas essas condicionadas pelo estágio da cultura no processo civilizatório: as respostas da civilização (a ciência e a técnica) e as respostas da barbárie (o molde). A resposta do sertanejo é o molde, a forma mais pura de adaptação ao meio ambiente.

A despeito de todo o determinismo implicado na descrição do sertanejo (o homem como resultado do meio físico), a narrativa da Guerra é conduzida por um “fatalismo trágico” (VENTURA, 2000, p.531) por meio do qual homem e natureza são personagens de um drama.

Na história contada em “Os Sertões”, a natureza é tomada como um personagem e não como cenário da história; personagem somado ao do homem que se confunde com ele, que por vezes atua como antagonista e por vezes como coadjuvante no drama da sobrevivência. Dentre os elementos naturais, a terra concentrava toda a capacidade de determinação do ambiente e do humano.

São os caracteres geológicos e topográficos, a despeito dos demais agentes físicos, as influências determinantes na formação dos caracteres naturais e humanos de uma localidade. A terra é o elemento determinante do clima (este tradução fisiológica de uma condição geográfica), da vegetação, da fauna e do tipo humano.²¹

²¹ Para tanto, ver páginas 49-50, 65 e 184 de Cunha (2000).

No sertão, a natureza não é passível de domínio- a natureza atua como molde do homem, e portanto coadjuvante do drama humano. A descrição do cenário da guerra, na primeira parte da obra intitulada “A Terra”, confunde-se com a caracterização do Homem; a aparente monotonia da natureza sertaneja, a secura e monocromia da paisagem, esconde por trás de si uma vida pulsante a ser despertada no tempo das águas. Ao homem sertanejo, a apatia dá lugar à coragem e à bravura do homem na defesa de seu pedaço de terra.

As secas devastadoras e as cheias súbitas dos rios; a vegetação seca e quebradiça, no período de secas, e frescor e verdor das plantas, no período da chuva; a mudança abrupta entre calor/dia e frio/noite são características que extrapolam o caráter natural do meio e moldam os homens. Dois estados da natureza (seca/chuva), dois humores do homem (calma/terror); o silêncio e a quietude do sertanejo contrastam com os atos bravios e corajosos (ou mesmo, de terror e crueldade) narrados por ocasião de Canudos.

Este “jogo de antíteses” (CUNHA, 2000:48)- seca/chuva; marrom/verde;morte/vida- que caracteriza a caatinga é traduzida no tipo humano sertanejo, um filho do meio agreste e seco, herdeiro da inconstância e da imprevisibilidade do sertão. O sertanejo tem uma alma inconstante tal como a natureza que o criou- uma alma inconstante e eivada de mistérios (dotada de lógica própria) distinta da constância e da ordem da civilização.

Essa alma agreste é, aliás, o segredo da persistência e da coragem do sertanejo que desafiou a República recém inaugurada. Um tipo humano privilegiado pelo isolamento do elemento estrangeiro e formatado no molde da natureza e em função desta. Esse, aliás, é fato que distingue a mestiçagem dos sertões daquela do litoral.

Cunha, como muitos de sua geração, atribuía à mestiçagem o descompasso do país na evolução histórica do ocidente. A mestiçagem étnica era traduzida pela indecisão e inconstância dos traços étnicos.

“A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial (...) a mestiçagem extremada é um retrocesso (...) o mestiço (...) é quase sempre um desequilibrado” (CUNHA, 2000:96).

A essa consciência do atraso, Cunha soma um elogio ao sertanejo ao comparar os dois processos de mestiçagem, a do sertão e do litoral. A primeira distingue-se da segunda pelas

condições do meio em que foram formatadas: o isolamento geográfico dado por condições naturais tão rijas determinou a uniformidade dos traços do sertanejo.

“O abandono a que foram legados teve função benéfica, pois se todo elemento étnico forte tende a subordinar ao seu destino o elemento mais fraco ante o qual se acha, ao sertanejo não coube esta peleja: a civilização estava longe! A distância e o isolamento a que estavam submetidos “libertou-se da adaptação penosíssima a um estágio social superior, e simultaneamente, evitou que descambassem para as aberrações e vícios dos meios adiantados”

(...)

“Ele é um retrógrado e não um degenerado (...) A sua evolução psíquica, por mais demorada que esteja destinada a ser, tem agora, a garantia de um tipo fisicamente constituído e forte. Aquela raça cruzada surge autônoma e, de algum modo, original, transfigurando, pela própria combinação, todos os atributos herdados; de sorte que, despeada afinal da existência selvagem, pode alcançar a vida civilizada por isto mesmo que não atingiu de repente” (CUNHA, 2000:96).

A resistência do jagunço frente às investidas do exército brasileiro por ocasião do confronto em Canudos é prova dessa adaptabilidade máxima do homem à natureza- a natureza atua como coadjuvante ao lado do sertanejo no drama da guerra. A série de derrotas sofridas pelo exército brasileiro comprova, por seu turno, essa discrepância entre a “gente do litoral” e a caatinga, entre a imaginação européia e a realidade americana- a natureza como antagonista ao soldado do sul.

Como nos mostra Ortiz (1982):

“O nordestino só é forte na medida em que se insere num meio inóspito ao florescimento da civilização européia. Suas deficiências provêm certamente deste descompasso em relação ao mundo ocidental, sua força reside na aventura de domesticação da caatinga. Procura-se desta forma descobrir os defeitos e as vicissitudes do homem brasileiro (ou da sub-raça nordestina) vinculando-os necessariamente as dificuldades ou facilidades que teria encontrado junto ao meio ambiente que o circunda” (p.147).

O “meio” é a consciência do atraso (ao marcar a distância entre a realidade do país e a européia) mas é também a peculiaridade da nação- ao mesmo tempo em que a condenação é asseverada, a salvação se desenha num futuro ideal, a nação.

A ruptura de Freyre com as formulações da geração de 1870 não é completa: nosso autor, contudo, não é o único. Identificamos ecos do determinismo geográfico na obra de outros grandes estudiosos da história e sociedade brasileiras: se Taine já é passado na mente dos sábios brasileiros da primeira metade do século XX, Ratzel, Vidal de la Blache e tantos outros pensadores que tem a relação entre “meio” e a sociedade como temas importantes de suas reflexões são figurinhas carimbadas no pensamento de Oliveira Vianna, Alcântara Machado, Azevedo Amaral, Cassiano Ricardo e tantos outros (DINIZ FILHO, 2002; MACHADO, 1995). Um exemplo curioso: Sérgio Milliet (1937), na resenha que faz da obra “Nordeste”, critica na obra de Freyre a impossibilidade de generalização da análise ao Centro-Sul do país. Milliet faz coro com Alcântara Machado quando este afirma que

“o clima ainda contribuía para diferenciar as regiões, o calor do norte amolecendo a índole dos conquistadores, na fartura e no luxo, e o frio do sul instigando o habitante para a aventura e o nomadismo. Em summa os malefícios da monocultura da canna podem ser em grande parte imputados ao clima. Ambos conjugavam, como já observou o Sr. Alcântara Machado, ao afirmar que aos povoadores de Piratininga “o clima recusa o assucar naquela fartura que enriquece os cultivadores do Nordeste” (p.42).

O interessante a notar é que a crítica de Milliet incide sobre o caráter pouco científico das observações de Freyre: o tom poético na descrição da natureza e da gente do Nordeste da cana, diz Milliet, pouco contribui ao entendimento da formação social do país em sua heterogeneidade natural e social. “Para um trabalho que pretende ao título de análise ecológica nada menos adequado do que o adjetivo [impressionista]” (MILLIET, 1937: p.40). Talvez por ecologia, Milliet entendesse modelos, conceitos, a objetividade da ciência que a idéia de “meio” traz em seu nascedouro ao qual contrapõe-se a natureza como “paisagem”, como o reino da contingência, o espaço da imaginação, do “impressionismo”, da sensação²².

Voltemos ao nosso autor. Freyre compõe a última leva de pensadores que se equilibram entre a literatura e a ciência. O vínculo com a produção do final XIX e início do século XX, no tocante ao tema ecologia, é reconhecido na leitura que Freyre (1944) faz da obra de

²² Não nos esqueçamos que é por esse período (final da década de 1930) que Donald Pierson chega a São Paulo convidado para lecionar na Escola Livre de Sociologia e Política. Pierson, como mostrarei duas seções à frente, foi grande deflagrador das propostas da Ecologia Humana da Escola de Chicago no Brasil nos primeiros anos de vida da sociologia brasileira. Embora Milliet refira-se a um representante do ensaio histórico-sociológico que tão bem caracteriza a produção intelectual brasileira, não podemos deixar de notar o impacto da presença e das propostas de Pierson na conformação de um gabarito da produção científica no país.

Euclides da Cunha. Freyre o toma como o pioneiro nos estudos brasileiros de ecologia humana: o determinismo de Cunha é amenizado pelo ponto de vista empático com que o autor se vê na terra e no homem sertanejos.

“Seria um erro ver na paisagem do grande livro de Euclides um simples capítulo de geografia física e humana do Brasil que outro poderia ter escrito com maior precisão mais minúcias técnicas e maior clareza pedagógica de exposição. A paisagem que transborda d’*Os Sertões* é outra: é aquela que a personalidade angustiada de Euclides da Cunha precisou exagerar para completar-se e exprimir-se nela; para afirmar-se- junto com ela- num todo dramaticamente brasileiro em que os mandacarus e os chiques-chiques entram para fazer companhia ao escritor solitário, parente deles no apego quixotesco à terra e na coragem de resistir e de clamar por ela” (FREYRE, G., 1944: p.21).

Essa empatia com a terra e a gente do sertão dá um sentido lírico, poético à obra, lirismo que a “salva” dos excessos de oratória, do dilentantismo acadêmico, objeto de crítica não só de Freyre (1944) mas da geração dos modernos que começa a tomar forma na década de 1920. A “consciência do atraso”, a que nos aludimos no início dessa seção, dá espaço a um “sentimento de triunfo” no Modernismo de 1920: nossas deficiências (que os antigos resolviam pela idealização) são reinterpretadas como superioridades (MELLO E SOUZA, 2000: p. 110). O academicismo, a fascinação pelo classicismo greco-latino e tantas outras características que atestam a artificialidade das soluções de nossos intelectuais dão lugar ao desejo dos modernos de descobrir o país pelos próprios olhos; como atenta Antonio Candido (2000), para amar o exótico com veemência era preciso libertar-se das injunções acadêmicas.

Como ressalta Freyre (1944), ao “helenismo de seu tempo, Euclides não escaparia de todo” (p.24), a despeito do pendor bacharelesco e retórico que pesa como tradição nos ombros de Euclides da Cunha, é a diluição “franciscana” do autor na paisagem que permite o olhar aprofundado e compreensivo da realidade do sertão. O “franciscanismo” como postura do estudioso implica uma proximidade, uma intimidade com seu objeto de análise baseada quase inteiramente nos sentidos, nas impressões. É, portanto, o poeta e não o cientista, que vê o humano na aridez da paisagem sertaneja. A natureza sertaneja, assim, “conduz a mente para além do que os olhos vêem” (SCHAMA, S., 1996: p.472). É como se a imaginação do artista se interpusesse entre a observação da retina e a impressão enviada

para o cérebro: a natureza é cultura materializada, “paisagem” como desenvolveremos na seção seguinte.

Essa empatia que particulariza a obra de Cunha e o aproxima de uma ecologia humana falta aos americanos da Escola de Chicago, argumenta Freyre. É esta empatia, o diálogo entre literatura e ciência, que distancia a obra de Freyre de seus colegas americanos e a aproxima de seus mestres formadores bem como do debate regionalista que a seguir trataremos.

4- A literatura regionalista e “paisagem”

Uma literatura regionalista tem sido fomentada na história das letras brasileiras desde o Romantismo como tratamos na seção 2 deste longo capítulo. Do romance regionalista do século XIX, nossa literatura conheceu dois outros desenvolvimentos: o regionalismo da década de 1910 cujo nome de maior monta foi Monteiro Lobato²³ e o romance regionalista nordestino que começa a tomar forma na década de 1930 por impulso do Movimento Regionalista que tem como centro Pernambuco e como “pai intelectual” Gilberto Freyre.

A esse trabalho nos interessa os debates travados em torno dessa última versão do regionalismo da qual Freyre tem papel de destaque. O regionalismo nordestino é parte de um grande movimento de idéias que começa a tomar forma nas décadas de 1920 e 1930 na Europa e na América. A cidade e a indústria, signos da modernidade, atropelam o tempo e o ritmo da velha ordem; os cantões são atingidos pela avalanche da novidade e o debute nos novos tempos tem um gosto amargo: as desigualdades entre as regiões tornam-se acachapantes; a Granada de Ganivet²⁴, o portentoso sul dos EUA, a acolhedora Provence de Maritain, a ruralidade romântica de Thomas Hardy e o Nordeste luxuoso de Freyre perdem o brilho de outrora e a pobreza material e a decadência moral tornam-se as marcas distintivas de regiões que antes eram o centro da nacionalidade.

²³ Para tanto, Antonio Candido (2000) nos oferece preciosas reflexões.

²⁴ O trabalho de Elide Rugai Bastos, “Gilberto Freyre e o pensamento hispânico” (2003), explora os diálogos de Freyre com a produção dos intelectuais hispânicos das gerações de 1898 e 1914 que têm o tema “nação e nacionalidade” como centrais. O regionalismo de Freyre, como propõe a autora, tem estreitas afinidades com o iberismo de Ángel Ganivet (ver especialmente o capítulo 2). Não explorarei, nesse trabalho, os diálogos de Freyre com a literatura regionalista em suas vertentes européias e americanas. Penso que para o desenvolvimento da análise de “Nordeste”, o regionalismo tradicionalista, ao qual Freyre esteve diretamente ligado, oferece boas pistas.

A despeito da enorme riqueza e originalidade das diversas vertentes da literatura regionalista, podemos apontar um ponto de encontro que interessa à confecção desse trabalho: o sentido que a idéia de natureza; natureza, em todas as variações do regionalismo, tem seu caráter determinista (fomentado em finais do século XIX) amenizado pelo lirismo da saudade; a natureza é paisagem na medida em que é tomada como relíquia, memória viva de um tempo perdido.

Antes de nos aprofundar no sentido que natureza assume no debate regionalista, trataremos propriamente do movimento de idéias, o regionalismo nordestino da década de 1920-30.

O regionalismo nordestino é um rebento do movimento modernista de 1920. Os modernismos paulista e carioca, no que Azevedo (1984) chama de primeira fase do movimento, orientaram-se por uma crítica às chamadas “velhas formas” de se pensar o Brasil: nada de conceitos, idéias, projetos, valores importados; era chegada a hora de se pensar (e fazer o Brasil) a partir do próprio Brasil. O “tom de constrangimento” de nossos intelectuais preocupados em explicar o atraso (o “meio”, como vimos na seção anterior, como um dos elementos desse atraso) é superado pelos modernistas que traduzem nossas deficiências em superioridades.

“Não se precisaria mais dizer e escrever, como no tempo de Bilac ou do conde Afonso Celso, que tudo aqui é belo e risonho: acentuam-se a rudeza, os perigos, os obstáculos da natureza tropical. O mulato e o negro são definitivamente incorporados como temas e estudo, inspiração, exemplo. O primitivismo é agora fonte de beleza e não mais empecilho à elaboração da cultura” (MELLO E SOUZA, 2000: p.110).

A ação e o pensamento têm como alvo o passado agrário e o provincianismo da submissão do pensamento aos padrões europeus de arte, literatura e ciência. O modernismo, como movimento de idéias, representa um esforço de ajustamento da cultura às novas condições sociais, econômicas e políticas que vinham tomando forma desde o final do século XIX.

Nas décadas de 1920 e 1930, a cidade e a indústria começam a alterar a paisagem outrora rural do país. A industrialização e a urbanização tomavam vulto impulsionadas pelo sucesso da lavoura de café no Centro-Sul do país. Neste contexto, Pernambuco, antes o

“Leão do Norte”, força tradicional da política e da economia nordestinas, sofria uma profunda falta de perspectiva em decorrência do naufrágio da economia açucareira.

A busca por uma identidade nacional presente na literatura e na arte modernistas das décadas de 1920 e 1930, em São Paulo e no Rio de Janeiro, tem como resposta no Nordeste um outro modernismo: em contraposição à destruição do passado, à concepção da “tradição como um tristonho peso morto”, como sentenciava Mário de Andrade, o regionalismo de Freyre tinha como grande bandeira a defesa da tradição como artífice da construção de um sentido original de nação. A busca pela “brasilidade” começa pelas raízes e nossas raízes, argumenta Freyre, estavam no passado, na história íntima de cada um, “uma tradição que se vive” (FREYRE, G., 2006: p.45).

A tradição como fonte de brasilidade tem uma espacialidade, a “região”. Tomada como depositária de valores e ações dos homens com relação à natureza e dos homens entre si, a defesa da região apresenta-se essencialmente como a defesa da tradição, “tradição balizada em valores seculares e permanentes, assentados na moral da família patriarcal” (D’ANDREA, M., 1992: p.54).

A missão do intelectual, do “regionalista, modernista a seu modo”, é realizar um esforço de indagação e de interpretação do país a partir de elementos que se tomavam como “autenticamente nossos”, que do ponto de vista regionalista tradicionalista, eram as visões de mundo seculares enraizados em nosso passado agrário, o sistema casa-grande & senzala, valores que deveriam ser salvaguardados e recriados como contraponto à adoção de valores falsos e estranhos à nossa cultura e à nossa natureza. É essa tradição que deve ser preservada no trato da gente e da natureza.

“A única maneira de evitar “a morte” do mundo patriarcal é redescobri-lo e desdobrá-lo em narrativas reiterantes” (D’ANDREA, M., 1992: p.75), narrativas que se materializam no romance de Mário Sette e José Lins do Rego, na pintura de Cícero Dias e Manoel Bandeira, na culinária pernambucana, no folclore rural, na arquitetura colonial que tem a casa-grande como símbolo maior, na paisagem pernambucana. Os rios pequenos e constantes, o massapé, o cavalo e o boi, a palmeira, a bananeira não são apenas cenários do drama, são partícipes da história humana na medida em que *testemunham* os feitos da civilização da cana. A natureza entra para a história como paisagem na medida em que se

torna personagem do drama narrado por Freyre: tanto quanto os negros, as mulheres, as crianças, a natureza é objeto de domínio, prova de astúcia e de poder do *pater famílias*.

A paisagem entendida como natureza socialmente construída é depositária de valores, de uma tradição, é, portanto, uma “janela” (GUTLICH,2005) na compreensão da cultura que a domesticou e humanizou: a paisagem é a cultura materializada. Como argumenta Schama (1996),

“Conquanto estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas” (p.17).

É o olhar humano que estabelece a diferença entre matéria bruta e paisagem. A arte paisagística que toma forma no século XVII nos Países Baixos traz essa distinção entre a matéria (a natureza física) e a paisagem (natureza materializada pela arte). A pintura de paisagens desenvolvida pelos artistas setentrionais, no início do século XVII, era tomada como uma verdadeira descoberta: a distinção entre paisagens em segundo plano e as Paisagens como mote da obra representa um corte revolucionário com a arte renascentista. A paisagem, antes pano de fundo (“natureza morta”)²⁵, dá lugar à pintura paisagística como gênero, como “arte absoluta e integral”. Como argumenta Gombrich (1990),

“a paisagem adquire o status de instituição quando deixa de ser vista apenas como decoração e passa a ser apreciada como uma Arte a ser admirada por seu efeito psicológico.
(...)

A pintura não é mais uma ilustração ou decoração. Em seus efeitos sobre a mente humana ela está ligada à música, e, em suas categorias, à poesia” (p.146-47).

A arte paisagística setentrional propõe uma transição entre o modelo clássico de apreciação da paisagem e o gosto pela imensidão que terá uma longa história na sensibilidade europeia: a estética pitoresca, a qual aludimos quando tratamos da *Tapeçaria Gobelín* (**Fig.1**), dá seus primeiros passos. Do holandês *landcschap* (SCHAMA, 1996:

²⁵ “Como a natureza, mais especificamente, a paisagem não reivindica para si o papel de protagonista em nenhuma narrativa humanista e se conforma com o plano de mero cenário. Por ser secundária, pode ser apenas sugerida. Na pintura italiana a paisagem, quando muito, surge como um pano de fundo estilizado ou idealizado” (Gutlich,2005: p.35).

p.20), a paisagem é compreendida como “qualquer coisa que pudesse ser o aprazível objeto de uma pintura”. Esse desejo pelo panorama encerrado nos limites de um quadro, uma “revolução pitoresca” no sentido estrito do termo, fomenta uma nova mecânica do olhar.

“Abarcar o panorama com um movimento circular, avaliar a variedade, reconhecer a mão de Deus na diversidade espacial, fazer o olhar deslizar do horizonte longínquo para o primeiro plano, por uma espécie de *travelling*, intensificar a profundidade de campo da visão, constituem então prazeres novos para os amadores” (CORBIN, 1989: p. 150).

É a sensibilidade do artista que comanda a seleção dos elementos que comporão a paisagem retratada: o olhar pitoresco impõe uma forma específica de contemplação do lugar, qual seja, o ponto de vista que permita circunscrever o “espetáculo da natureza”²⁶ nos limites de um quadro. Schama (1996) nos oferece um exemplo bem útil dessa pedagogia do olhar ao tecer comentários acerca de um conhecido manual de pintura da época.

“Com a moda das paisagens holandesas estabelecida na Inglaterra, o artista erudito Henry Peacham inclui em seu manual de desenho, *Graphice*, o primeiro conselho prático dirigido a seus compatriotas sobre a maneira de elaborar uma *landskip*. No entanto, para que *ninguém pensasse que bastaria transpor para uma forma bidimensional os objetos de sua contemplação*, Peacham tratou de desfazer possíveis equívocos [publicando outra obra, *Minerva Britannia*]” (p.21).

A paisagem retratada deve assumir um efeito narrativo por oposição ao efeito descritivo da arte renascentista: a paisagem deve conduzir “a mente para além do que olhos vêem” (SCHAMA, 1996: p.472), como sugerimos acerca da lírica de Euclides da Cunha. Esse efeito narrativo da obra de arte tão caro à estética do período, Frans Post (1612-1680) a desenvolve em suas pinturas sobre a paisagem brasileira.

A obra de Frans Post tem, nesse trabalho, dois importantes papéis: nos fala de seu tempo ao trazer o tema da paisagem na arte em seus primeiros desenvolvimentos e, assim, auxiliar

²⁶ A apreciação pitoresca do “espetáculo da natureza” marca um ponto de inflexão, no tocante ao tema natureza, com relação à sensibilidade renascentista para a qual o meio externo não se constituía num problema: “constituído por uma rede de analogias, o mundo exterior ainda não era visto, antes de tudo como um enigma a se resolver pela observação, nem como um conjunto de forças a ser dominado pelo saber científico”; o conhecimento do mundo era elaborado a partir de uma série de analogias entre o mundo físico e o espiritual, o macrocosmo e o microcosmo. A física-teologia do século XVII rompe com as analogias e toma o mundo exterior como espetáculo, objeto de contemplação e análise (CORBIN, 1989).

na compreensão da idéia “paisagem”; e nos fala do tempo de Freyre; a obra de Post recebe grande atenção na década de 1930 por ocasião de toda o debate do movimento regionalista. Suas paisagens pernambucanas tomam o sentido de registro do fausto e da harmonia da civilização do açúcar em seus tempos áureos: a paisagem postiana é registro da memória pernambucana.

O pintor holandês Frans Post integrou a comitiva de intelectuais e técnicos que acompanharam João Maurício de Nassau-Siegen (1604-1679) ao Brasil quando de sua nomeação para o cargo de Governador-Geral do Brasil Holandês. A história do interesse da Holanda pelo Brasil (ou melhor, pelo açúcar brasileiro) remete-se às primeiras décadas do século XVII: em 1624, a Companhia das Índias Ocidentais tentara ocupar a Bahia, tentativa que fracassa um ano mais tarde. Em 1630, a Companhia volta seus olhos para Pernambuco, ano que dá início ao domínio holandês de uma vasta extensão do território brasileiro (da foz do Rio São Francisco ao Maranhão). Maurício de Nassau e sua comitiva de sábios chega ao Brasil em 1637 dando início ao período áureo do domínio holandês nas terras brasileiras.

A comitiva era composta por pintores, arquiteto, médicos e tantos outros sábios que tomavam como objetivo documentar os aspectos geográficos, a paisagem, a fauna, a flora, os tipos humanos e todas outras informações concernentes ao governo de Nassau. Albert Eckhout (~1610-1666) e Frans Post e dedicaram-se ao registro pictórico da Nova Terra e do empreendimento holandês: o tema do primeiro, preferencialmente, o registro dos tipos humanos, da fauna e da flora brasileiras; do segundo, o testemunho da paisagem americana.

As obras de Eckhout e Post sugerem mais do que a mera descrição da paisagem humana e natural de Pernambuco e arredores- há uma narrativa acerca da Nova Terra e dos feitos de Nassau. Gutlich (2005) distingue de forma clara as duas intenções (a descrição e a narração): a paisagem pintada por Post não era um “espelho”, lente diáfana da realidade; as paisagens brasileiras de Post levam o observador “para além do que os olhos vêem” ao se constituir numa narrativa, um enredo no qual informações científicas, morais, econômicas e políticas imprimem um sentido à imagem. Esse sentido valia-se do elogio aos feitos de Nassau na Nova Terra (arauto da civilização e da paz social) e do desejo de apresentar à

Velha Europa uma natureza e uma gente estranhas, “pitorescas”. A paisagem de Post é uma “janela”, “mecanismo de abrir e revelar” um sentido implícito à imagem²⁷.

Todo o material ilustrativo produzido pela comitiva de sábios que acompanhou Nassau em seus oitos anos de Governo²⁸ fazia referência ao empenho de Nassau em modificar a imagem do Brasil perante a Europa: de “Terra de Canibais”, a terra escolhida por Nassau se constituiria pelo seu empenho e astúcia em “Terra do Engenho”, uma sociedade pacífica e em harmonia com sua paisagem.

É essa harmonia tema importante nas obras de Post: como argumenta Gutlich (2005) a fartura da terra, a docilidade das formas dos relevos e a paz social são representadas como dotadas de uma harmonia impassível e eterna. Os recursos técnicos, caros às diretrizes da “paisagem holandesa realista” (BOOGAART, 2005: p.313), dão esse sentido idílico e atemporal à paisagem: o uso das vistas de copo d’água (a faixa de água que demarca os planos do quadro como na obra “Ilha de Itamaracá” (**Fig. 2**) ou em “Forte Frederik Hendrik” (**Fig. 3**)) evidenciam a distância que separa o mundo europeu do brasileiro, ideal de uma sociedade pastoril na qual os embates dos homens pelo poder e a disputa por bens materiais seria finda²⁹.

Outro recurso é digno de nota: o céu que ocupa mais da metade da superfície da tela (**Fig.2**, como exemplo). Post concebe as formações nimbosas de forma dramática; é a disposição das nuvens que dosa a iluminação da paisagem: a ausência de luz estabelece as distâncias entre espectador e paisagem, entre realidade e utopia idílica; a presença da luz anuncia a paz e a harmonia da vida brasileira sob a batuta de Nassau, como na obra

²⁷ “Svetlana Alpers em “A Arte de Descrever” evidencia que a grande diferença entre o modo de representar o mundo visível para holandeses e italianos, durante a Renascença e o Barroco, consistia na representação do mundo em forma narrativa ou descritiva. Orienta, ainda, a interpretação por intermédio de duas associações metafóricas: o espelho como apologia à arte holandesa da descrição e a janela enquanto um mecanismo de abrir e revelar o aspecto narrativo da pintura italiana”(Gutlich,2005: p.28).

²⁸ Há dois principais compêndios desses registros: “*Historia Naturalis Brasiliae*” (1648) de Georg Marcgraf e Willem Piso, e “*História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil ...*” (1647), de Gaspar Barleus.

²⁹ O “motivo satânico” (Carvalho,1998) atribuído ao Novo Continente (do qual nos ocupamos no início da seção sobre o romantismo brasileiro) não reinava sozinho no imaginário europeu, como alertei em nota à seção 2 deste capítulo: o “motivo edênico” (Carvalho,1998) teve grande apelo na imaginação do europeu por ocasião das “grandes viagens” como podemos constatar pelas impressões acerca da Nova Terra dos holandeses que por aqui passaram. Sérgio Buarque de Holanda trata especificamente do motivo edênico no imaginário ibérico em sua bela obra “*Visões do Paraíso*”.

“Engenho de Açúcar” (1660) (**Fig. 4**). Gutlich (2005) sintetiza o efeito narrativo que a disposição da luz dá à paisagem:

“(...)Post dispõe a luz e as sombras de modo a exaltar as obras empreendidas pelo conde e, ao mesmo tempo, distanciar o observador, á sombra, de um local quase sagrado envolvido por uma aura lumínica” (p.151).

A ambiência harmônica também se expressa nas figuras humanas retratadas: na obra “Carro de Boi” (**Fig. 5**), dois escravos negros compõem o primeiro plano; um escravo, sentado sobre um dos baús do carro, toca tranqüilo uma flauta enquanto o outro tange os bois com uma vara: a música embala o trabalho dos negros; um homem portando um chapéu, que dá as costas ao observador, apenas observa. Na “Ilha de Itamaracá” (**Fig. 2**), a ambiência cortês entre escravos e senhores (a despeito da hierarquia retratada: o branco



Fig. 2- Frans Post: **Ilha de Itamaracá** (1637)
Óleo sobre Tela/63,5 x 89,5 cm
Musée Royal, La Haye-Fr.
Fonte: Larsen, Erik (1962)



Fig. 3- Frans Post: **Forte Frederik Hendrik (1640)**

Óleo sobre Tela/ 66 x 88 cm

Instituto Ricardo Brennand, Recife-PE

Fonte: Catálogo da exposição “O Instituto Ricardo Brennand e o Resgate do Brasil Holandês” (SESI (São Paulo-SP); INSTITUTO RICARDO BRENNAND (Recife-PE), 2007)



Fig.4: Frans Post: **Engenho de Açúcar (1660)**

Óleo sobre Tela/ 71,5 x 91,5 cms

Musée Boymans, Rotterdam- .

Fonte: Larsen, Erik (1962)



Fig.5- Frans Post: Carro de boi (1638)

Óleo sobre Tela/ 60 x 88 cms

Musée du Louvre, Paris-Fr.

Fonte: Larsen, Erik (1962)

sobre o cavalo, os negros no chão carregando um balaio e tangendo o cavalo de outro senhor de alta estirpe) é parte da harmonia da paisagem nordestina. Outro exemplo nos dá “Engenho de Açúcar” (**Fig. 4**): a luz focaliza o trabalho de negros que parecem criar um espaço de cooperação harmoniosa.

“A sociedade composta de senhores brancos, negros, mulatos, índios, mestiços parece entrar em perfeita harmonia, como se numa coreografia graciosa em um cenário sinuoso, sob a iluminação de um sol incidindo a pino sobre a floresta tropical” (p.56).

A casa, a capela e o engenho, retratados no “Engenho de Açúcar” (**Fig.4**) são temas recorrentes na obra de Post, primeiro registro da civilização nos trópicos, empreendimento que teve Maurício de Nassau como *condottieri*. O ideal civilizatório apregoado por Nassau e a ambiência harmoniosa da paisagem são lembrados por Joaquim de Souza Leão quando da

publicação da obra “Frans Post: seus quadros brasileiros” em 1937. O interesse pelas obras do holandês toma vulto em finais do século XIX³⁰ quando os pernambucanos Duarte Pereira e Souto Maior empenharam-se em resgatar trabalhos do artista doados por Nassau a Luís XIV; em 1890, uma primeira tela do artista foi adquirida pelo Visconde Cavalcanti e outra foi comprada por Eduardo Prado- os primeiros registros da paisagem humana e natural do Brasil retornam ao berço.

Joaquim de Souza Leão, em 1937, publica trabalho pioneiro sobre a obra de Post sob o incentivo do Governo do Estado de Pernambuco. O resgate da obra de Post é parte de um esforço maior de recuperação das “raízes da pernambucanidade” que se inicia na década de 1920 com o Manifesto Regionalista. Trazer à tona os primeiros esforços civilizatórios ensaiados nessa terra pelos holandeses significa postar Pernambucano no centro da nacionalidade: as paisagens de Post são registros fiéis da harmonia de um tempo perdido, das raízes da “brasilidade”, o tempo dos avós de Souza Leão e de Gilberto Freyre.

Tal como as narrativas pitorescas de viajantes que por aqui passaram nos séculos XVIII e XIX, a obra de Frans Post é testemunho verídico do passado pernambucano, “espelho” de um outro tempo, como assinala Joaquim de Souza Leão.

“Nos seus quadros podemos rever o Pernambuco daquelas eras remotas. Descortinamos, na tonalidade verde-azulada, que lhe é característica, a exuberância da vegetação, a variedade dos frutos e a fauna exótica. Ficou fiado de modo indelével o ambiente da colônia florescente. São índios e negros a equilibrarem fardos ao longo das estradas, semi-nús, dansando (sic) em grupo ou entregues à caça; senhores de engenho, de gibão e largos feltros, a cavalo ou sinhás donas transportadas em rede, sob a guarda de soldados, bacamarte às costas; panoramas extensos em que se discernem mucambos, capelinhas brancas e as voltas preguiçosas dos rios, entre os tufos das capoeiras. É a visão, em summa (sic), da cultura da cana da Zona da Mata, a da sua inconfundível paisagem agrária, quando essa lavoura constituía a base econômica da colônia e Pernambuco era o grande fornecedor de assucar (sic) ao mundo- região da terra macia e farta do massapé, de arvoredo copado e mangues espelhados.

Embora executados, na sua maioria, longe do Brasil, *são contudo imagens fiéis da terra [grifo meu](...)*” (POST, FRANS, 1937: p.17-18).

Freyre em uma passagem de Casa-Grande & Senzala reafirma o caráter testemunhal da obra de Post. Ao detalhar as fontes de que se serve um estudioso da vida íntima do

³⁰ Não nos esqueçamos que em 1876 D Pedro II encomenda cópias dos grandes painéis de Albert Eckhout que o Conde Maurício de Nassau doara ao Rei da Dinamarca despertando em nossa elite o interesse pelos feitos e obras do “Brasil Holandês”.

brasileiro, Freyre enfileira ao lado dos livros de viagens (“para o conhecimento da história social do Brasil não há talvez fonte de informação mais segura” (FREYRE, G.,2006: p.47))

³¹, o folclore rural, os cadernos de modinhas e receitas de bolo, as coleções de jornais, os livros de etiqueta, o romance brasileiro e, finalmente, o registro iconográfico.

“Quanto a iconografia da escravidão e da vida patriarcal está magistralmente feita por artistas da ordem de Frans Post, Zacarias Wagener, Debret, Rugendas; sem falarmos dos artistas menores (...) que desde o século XVI – muitos deles ilustrando livros de viagem-reproduziram e fixaram, com emoção e realismo, cenas de intimidade doméstica, flagrantes de rua e de trabalho rural, casas-grandes de engenhos e de sítios, tipos de senhoras, de escravos, de mestiços” (FREYRE, G.,2006: p.50).

Na primeira edição de “Casa-Grande & Senzala” (1933), Freyre utiliza ilustrações retiradas das obras de Barleus, “História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil ...” (1647), e de Marcgraf, “Historia Naturalis Brasiliae” (1648), como fontes ilustrativas- no sentido literal do termo- dos argumentos que constrói no texto³². Em “Algumas Notas sobre a Pintura no Nordeste do Brasil” (1941)³³, Freyre toma Frans Post como o primeiro intérprete da paisagem humana nordestina- o holandês ao fixar em suas obras os elementos essenciais da paisagem da monocultura da casa (a casa, a capela e o engenho) traduziu em traços, cores e luzes as raízes da “brasilidade” (FREYRE, G.,1941: p.83-84)³⁴.

³¹ O uso das narrativas de viagens como fonte de pesquisa na obra de Freyre foi tratada por Tuna (2003a).

³² Interessante notar as ilustrações da mais recente edição de Casa-Grande & Senzala (São Paulo: Ed. Global, 2006, 51ª edição): as obras de Jean-Baptiste Debret (1768-1848) são maioria e compõem a página introdutória de cada capítulo. Debret integrou a missão francesa que aqui aportou nas primeiras décadas do século XIX acompanhando D João VI; sua ação, assim como de cada elemento da missão francesa, era “iluminar” o Brasil ao prover uma nova imagem do Brasil ao mundo europeu, o Brasil civilizado; nesse sentido, suas imagens pitorescas do cotidiano brasileiro são registros de um tempo passado- como argumenta Lima (2003) “era preciso ilustrar claramente os antigos (mesmo que de um passado recente...) costumes e hábitos brasileiros, a fim de que não houvesse dúvidas a respeito do avanço da civilização, promovido pela Casa de Bragança no Brasil” (p.3). Na recente edição da obra de Freyre (2006), as imagens tomam um sentido oposto: um sentido positivo do exótico, ou seja, o exótico como marca da “brasilidade” forjada no interior do sistema casa-grande e senzala. A paisagem retratada por Debret assume um novo sentido quando observada do ponto de vista do pensamento freyreano: o retrocesso, aos olhos Debret em meados do século XVIII, é invertido e tomado, pela disposição das obras de Debret como ilustrações da análise freyreana, como persistência de valores gestados na ordem patriarcal. Do ponto de vista de Freyre, entende-se a defesa da tradição do familismo e do privatismo em contraposição à europeização da vida e dos costumes brasileiros que toma, com a vinda de D. João VI ao Brasil em 1808, um grande impulso, numa acepção bem diversa daquela impressa pelo artista.

³³ Lembremo-nos que este artigo fora publicado pela primeira vez no “Livro do Nordeste” em 1925 e reeditado em “Região e Tradição” em 1941.

³⁴ Contudo, não podemos deixar de citar um trecho de um artigo de Freyre publicado em 1924 (um ano antes da publicação do artigo que compõe o Livro do Nordeste no qual Freyre presta homenagem ao caráter

São essas fontes originais de pesquisa que dão a Freyre um ponto de vista privilegiado: o da casa-grande. A “brasilidade” não teve sua maior expressão no campo de batalhas ou no palácio do Imperador: “a história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro”- de Freyre, certamente. Ao falar da casa-grande, Freyre fala de si, da visão de mundo de seus antepassados que ainda pesa sobre seus ombros. Essa tênue distinção entre sujeito e objeto da análise conforma-se numa postura “empática” diante do passado: como nos diz Freyre, é como se nos sentíssemos nos outros, nos nossos antepassados, naqueles que outrora eram donos de toda a terra que os olhos pudessem alcançar.

É essa empatia que molda o ponto de vista desses dois pernambucanos. Tanto Joaquim de Souza Leão quanto Freyre tomam o mesmo ponto de vista que Post: aquele do topo da hierarquia social, do senhor das terras e da gente. Afinal de contas, harmonia e docilidade só poderiam ser vislumbradas, numa sociedade escravista, de um único ponto de vista, do senhor.

É do ponto de vista do senhor que a paisagem natural e humana é desenhada na obra de Post- e também na obra de Freyre. As árvores, os rios, os animais, as plantas, o relevo doce, o massapé são tomados como personagens do drama narrado por Freyre na medida em que são submetidos a mesma lógica hierarquizante que separa o senhor do escravo, o branco do negro, o homem da mulher, o adulto da criança; à mesma lógica patriarcal que adoça as relações entre os extremos. Ao materializar a ordem patriarcal, a paisagem aciona a memória de um tempo perdido. A lembrança assume a forma da própria paisagem; “paisagem é cultura antes de ser natureza”, como propõe Schama (1996: p.70).

Ao explorar os diálogos de Freyre com a literatura regionalista, percebemos que ao tratar da ecologia na obra de Freyre retraçamos uma longa tradição do pensamento social

interpretativo, “impressionista” de Post) no qual Freyre sentencia o caráter essencialmente descritivo das obras de Post: “Que falta ao esforço de Post? Falta vibração interior. Pelas mil e uma teclas do verde da nossa paisagem seus dedos hieráticos apenas resvalaram. Pintor mais histórico que estético, mais preocupado em documentar a natureza e a vida dos trópicos que em interpretá-las, mal lhe podemos chamar o esforço, de interpretação. Foi antes de pura fixação. Post fixou o acessível à fotografia” (Freyre, 1979: p. 361). Essa é a única passagem que encontramos uma censura ao teor descritivo da obra de Post. Nos demais trabalhos de Freyre (“Casa-Grande & Senzala”; “Nordeste”; “Região e Tradição” e em alguns artigos de 1925 publicados em “Tempo de Aprendiz”), Freyre tem na obra do holandês um registro sensível do Pernambuco do século XVII.

que mescla a literatura com a análise objetiva da realidade presente. A sociologia compõe “um ponto de vista” como propõe Antonio Candido (2000) dentre tantos outros, como a história, a geografia, a arte. Ao olharmos para a ecologia de Freyre, portanto, estamos nos aproximando do Freyre-escritor e distanciando-se do Freyre-sociólogo, como o autor esclarece na obra de curioso título “Como e por que sou e não sou sociólogo” (1968). Essa aproximação à literatura³⁵, espero esclarecer na contraposição que estabelecemos entre a ecologia humana da Escola de Chicago e a Ecologia de Freyre. Por meio desse embate, esperamos pontuar alguns conceitos operacionais da ecologia de Freyre bem como sua concepção de sociologia.

5- Escola de Chicago: tão distante assim...

Na pouca literatura produzida sobre o tema ecologia no pensamento de Freyre (VILA NOVA, S.,1995; CHACON, V.,2004), em especial sobre a presença desta questão nas obras produzidas na década de 1930, é recorrente apontar a ecologia humana da Escola de Chicago como principal interlocutora de Freyre. O período de estudos e formação de Gilberto nos EUA é tomado como crucial para entender o advento dos temas ecológicos em seu pensamento. Neste sentido, a Escola de Chicago tem um peso importante em sua formação de sociólogo, diz-nos a literatura (VILA NOVA, S.,1995; CHACON, V.,2004).

Tendo realizado seus estudos de graduação e pós-graduação nos EUA na década de 1920, nas Universidades de Baylor e de Columbia respectivamente, Freyre esteve envolto numa ambiência intelectual muito rica principalmente durante sua experiência na Universidade de Columbia, local onde conheceu as idéias do relativismo cultural de Franz Boas e a abordagem histórica do grupo ligado a New History americana (TUNA, 2003a,b).

Um pouco distante da Universidade de Columbia, ainda na década de 1910, a Universidade de Chicago começa a se destacar como centro produtor de conhecimento no

³⁵ Bastos (2003) mostra que essa aproximação da literatura não se faz como nas gerações anteriores: ao tratar dos diálogos de Freyre com Ganivet, Bastos (2003) nos fala de Freyre como “escritor ibérico” (ver especialmente a sub-seção “Granada-Recife”); o orientalismo da sociedade brasileira, fundamento da interpretação freyriana da história brasileira, tem uma forte inspiração no não-europeísmo da sociedade espanhola. Para nós, nesse trabalho, o que pesa no tocante ao tema ecologia, é sua declarada distância da sociologia como ciência *tout a court* (como proposta, por exemplo, pelos americanos, como logo veremos) e sua proposta de uma ciência “impressionista”. Esse posicionamento do autor encaminha suas concepções de natureza bem como suas propostas ecológicas.

campo das ciências humanas. Robert Park e Ernest Burgess e um grande grupo ligado à institucionalização e estruturação do departamento de ciências sociais naquela universidade lançam as bases de uma outra grande vertente teórica nas ciências humanas naquele período: a ecologia humana.

Como salienta Oliveira (1987), a ecologia humana tem tamanha importância na institucionalização das ciências sociais americanas que até hoje se pode perceber que as proposições da ecologia humana persistem como marca distintiva da sociologia americana. Para nós, o que importa é que a ecologia humana é até meados da década de 1940 o gabarito da produção científica naquele país.

A ecologia humana da Universidade de Chicago não passa incólume por Freyre e é presença marcante em seu pensamento como o próprio autor analisa em sua obra “Sociologia” publicada em 1945. Entretanto, essa presença se dá muito mais pela confrontação crítica do que pela aceitação de temas, teorias, conceitos e metodologias.

Destacamos dois pontos que permitem a compreensão das discordâncias quanto à proposta americana. O primeiro ponto dessa confrontação diz respeito à proposta de sociologia que Freyre encampa; para explorar esse tema, trataremos da distinção, estabelecida pelo autor, entre o *método* objetivista, matemático-estatístico, “geométrico” dos americanos e a proposta “herética, franciscana e impressionista” de Freyre. O segundo ponto refere-se aos conceitos operacionais de cada proposta teórica: destacamos a preponderância da idéia de *tempo* na ecologia de Freyre (e dos conceitos de acomodação e harmonia) em contraposição à centralidade da idéia de *espaço* (e do conceito de competição) na Ecologia Humana da Escola de Chicago.

Donald Pierson (1948)³⁶ nos diz que a ecologia humana, em meados da década de 1945, é jovem ainda: o desenvolvimento desse novo campo tem sido essencialmente empírico e ainda marcado por um alto grau de exploração e de tentativas de definição do campo de estudos. Entretanto, já é possível perceber sua vocação: concebida como pressuposto

³⁶ Não nos esqueçamos do papel crucial de Donald Pierson (1900-1995) na institucionalização da sociologia como disciplina científica em nosso país. No final da década de 1930, Pierson é convidado para lecionar na Escola Livre de Sociologia e Política, criada em 1933 na cidade de São Paulo onde permanece até 1959. Sua contribuição à consolidação do campo da disciplina foi enorme e se espalhou por diferentes áreas: estudos das relações raciais, estudos de comunidade e estudos urbanos são as principais áreas em que atuou. A obra a qual nos referimos nesse trabalho “Estudos de Ecologia Humana” (1948) constituiu-se como uma espécie de manual do estudante de sociologia na primeira metade do século XX no Brasil.

metodológico da sociologia (e das outras ciências sociais), a ecologia humana toma como objetivo o *entendimento da base biótica* da vida social.

O ponto de partida da Ecologia Humana é o mesmo que o de suas irmãs, a ecologia vegetal e a ecologia animal: o fato básico para estas ciências é a existência, tanto entre seres humanos como entre plantas e animais, de uma competição constante por um lugar no espaço. Dessa competição se desenvolve, pouco a pouco, certa ordenação da configuração vegetal, animal ou humana, configuração que não pode ser compreendida se plantas, animais e seres humanos forem tomados como meros indivíduos, como mônadas: é preciso olhar para a “teia da vida”.

No decorrer deste processo de assentamento e acomodação no espaço, indivíduos humanos, grupos de indivíduos e instituições sociais tornam-se interdependentes por meio da especialização de cada unidade em uma determinada função na “economia biológica” do sistema. Nasce entre os seres humanos, vegetais e animais, como resultado do processo natural de competição, entendida como disputa por espaço, certa organização, uma *teia de relações sociais*, que é antes biótica que social.

A proposição básica que permeia as reflexões de Roderick Mckenzie, Robert E. Park (1864-1944), Ernest W. Burgess (1886-1966), grandes nomes da Ecologia Humana da Escola de Chicago, é que no nível ecológico da vida humana, atua um *processo, espontâneo, não intencional* e contínuo - a competição - que leva os seres humanos a desenvolverem inconscientemente uma organização biótica interdependente e a se distribuírem ordenadamente no espaço.

Assim, a ecologia humana estuda o processo de competição e as relações que dele provenham tal como essas se revelam por índices físicos, principalmente os de espaço. A ecologia humana, em poucas palavras, se interessa pelas relações pessoais traduzidas em relações espaciais (PIERSON, D., 1948: p12-13).

Entretanto, as inter-relações dos seres humanos e as interações do homem e seu habitat, são comparáveis porém não idênticas às inter-relações de outras formas de vida animada. O homem, como argumenta Robert Park (1948), por meio de invenções e recursos técnicos aumentou enormemente sua capacidade de reagir aos desafios da natureza e refazer o seu habitat. O homem guarda sua peculiaridade com relação às outras formas de vida animada

justamente porque erigiu, sobre a base biótica da comunidade, uma estrutura institucional enraizada no costume e na tradição, a sociedade (PARK,R., 1948: p.33).

Assim, a sociedade humana é organizada em dois níveis, o biótico e o cultural. Há uma sociedade simbiótica baseada na competição e uma sociedade cultural baseada na comunicação e no consenso. As duas sociedades, argumentam tanto Pierson (1948) quanto Park (1948), são simplesmente aspectos diferentes de uma sociedade- a superestrutura cultural repousa sobre a base da subestrutura simbiótica, e as energias que se manifestam no nível biótico em movimentos e ações revelam-se no nível social superior em formas mais sutis e sublimadas.

À ecologia, cabe o estudo e a explicação deste nível da sociedade comum a todas as formas de vida animada, o biótico. À sociologia, cabe o estudo e compreensão, por meio de métodos e teorias moldados ao objeto, da “expectativa normal do gênero humano, dos mores, aquilo que os homens, numa situação definida, vieram a esperar” (PARK,R.,1948: p.35).

Do ponto de vista metodológico, a análise é dividida em dois momentos: num primeiro momento, a Ecologia humana, encarregada do estudo do nível biótico da vida, ou seja, o estudo das condições de existência de uma comunidade, prepara o palco para a Sociologia, que tendo obtido a localização dos pontos de concentração, rarefação ou ausência de um dado fenômeno social por meio da ecologia humana, pode concentrar sua investigação ulterior nesses pontos, empregando métodos e técnicas de outra amplitude (PIERSON,D. 1948: p.17). A Sociologia e as outras ciências sociais tratam, portanto, do estudo da “vida”, esta entendida como manifestação da cultura humana.

A ecologia humana é, portanto, uma rebenta de todo o debate ecológico que se inicia com Ernst Haeckel (1834-1919) em meados do século XIX e que toma grande força no interior das ciências naturais, em especial da biologia nos EUA (MITMAN,G.,1991). A ecologia humana alinha-se, enquanto disciplina nascente, às “ciências duras” e trata as relações simbióticas, travadas no nível analítico da comunidade, como eminentemente naturais, não concernentes, portanto, a qualquer uma das ciências sociais.

As reservas de Freyre quanto a Ecologia Humana da Escola de Chicago dizem respeito, como já adiantamos, primeiro a concepção de sociologia por trás das propostas

americanas: a crítica incide no excessivo objetivismo que as aproximam das ciências naturais.

Em “Sociologia” (1945), Freyre está atento à insistência quanto ao caráter de uma “ciência natural” da sociedade que a ecologia humana acaba por assumir e como consequência a transposição de conceitos e idéias caras à biologia, como “teia da vida”, competição, dominância e sucessão, à análise da sociedade. Segundo Freyre, as premissas dos ecologistas desta escola podem ser resumidas à idéia de que a estabilidade das instituições sociais é precedida pela estabilidade das relações de espaço e que para entender os processos de mudança e estabilidade, o conceito de competição basta. Estas características, argumenta Freyre, dão a Escola de Chicago (“adeptos do darwinismo filosófico”) um aspecto de quase “seita sociológica saída do calvinismo ou do determinismo biológico”, uma ecologia *à moda da biologia*, inteiramente deduzida da ecologia animal e vegetal. Freyre propõe então uma ecologia à moda da sociologia- sua sociologia regional.

Quais seriam os diálogos nessa proposta? É possível identificar, argumenta Freyre, duas veias distintas da produção intelectual sobre as relações natureza/sociedade na sociologia: a primeira, aquela que segue o “critério simbiótico” conservando-se como ciência da região ora inclinando-se mais às análises aproximadas de uma biogeografia, ora mais próximas de uma análise em que a cultura humana assume o papel de protagonista; e a segunda, aquela que se endureceu nas proposições dos ecologistas de Chicago para os quais as relações simbióticas na sociedade humana representam ajustamentos às condições culturais tanto quanto às naturais.

De um lado, diz-nos Freyre, os botânicos escoceses Patrick Geddes (1864-1932) e John William Bews (1884-1938) ³⁷, o sociólogo tcheco Emanuel Chalupny (1879-1958)³⁸, o indiano Radhakamal Mukherjee (1889-1968), os regionalistas franceses que, muitos sem o

³⁷ Geddes foi um botânico escocês que introduz o conceito de região no estudo do planejamento urbano. O conceito de região, na acepção que Geddes dá ao vocábulo, informa uma relação direta entre espaço e processos sociais. Em 1915, publica “Cities in evolution”. Bews foi o botânico introdutor da ecologia, como disciplina acadêmica, na África do Sul nas duas primeiras décadas do século XX. Em 1935, publica a importante obra “Human Ecology” na qual expõe sua proposta de ecologia como disciplina de síntese que unifica todos os esforços das diferentes ciências no estudo do homem (ANKER, 2001; QUINN, 1940).

³⁸ Chalupny foi um intelectual ativo na institucionalização da sociologia como disciplina científica na Tchecoslováquia: discípulo de Tomáš Garrigue Masarick (1850-1937)- primeiro presidente (1920-1935) e introdutor dos estudos sociológicos naquele país...quanta coincidência!- publica uma extensa obra intitulada “Sociologia” (11 volumes, 1916-1948), o primeiro tratado sociológico “genuinamente” tcheco (SKOLA, 1922; KOLAJA, J.; MONTIEL, A., 1963).

saberem, produzem análises ecológicas em que o humano, em todas as suas dimensões, é o objeto de análise; de outro, os americanos de Chicago, que retiram a “vida” da análise sociológica (FREYRE, G., 1967: p.441).

Freyre, na obra “Nordeste”, dedica algum tempo ao sociólogo Radhakamal Mukherjee quando fala de sua ecologia antropocêntrica. Esse intelectual indiano, nas décadas de 1920 e 1930, produziu alguns trabalhos em torno do tema da ecologia regional, num claro diálogo com a ecologia humana de Chicago (MUKHERJEE, 1930;1932; QUINN, 1940)³⁹.

Na leitura que Freyre faz da obra do indiano, é a centralidade do tema da ocupação humana que ganha destaque:

“quando este afirma que concebe a ecologia social como investigação de relações regionais de espaço e de alimentação e de processos de adaptação do homem à natureza, seguida pela mensuração do equilíbrio que se verifique nessas mesmas relações- *equilíbrio favorável ou desfavorável do ponto de vista da ocupação humana* [grifo meu]- o sociólogo indiano, cm seu empenho em aplicar a lógica das ciências físicas e o método das ciências naturais ao estudo das relações sociais no espaço, atraiçoa o fisicismo e o próprio naturalismo pelo antropocentrismo, pelo humanismo, pelo culturalismo

(...)

É o que fazemos mais ou menos todos os que procuramos realizar *estudos concretos de ecologia social e não apenas divagar ou delirar a respeito. O ponto de vista da ocupação humana do espaço não nos permite ser rigorosamente fisicistas ou naturalistas no estudo sociológico de uma região: de suas inter-relações* [grifo meu]. O critério antropocêntrico nos leva a considerar como valores- valores do ponto de vista humano e relativos a condições regionais de vida e economia- rios, composições de solo, animais, vegetais, minerais.”(FREYRE, G., Gilberto, 1989: p.27).

É o molde da região – a natureza domada pelo homem- e não o homem moldado- a natureza como toda-poderosa- o centro das preocupações da sociologia regional que Freyre intenta elaborar. Região como expressão cultural e não imposição da natureza.

A despeito das enormes diferenças entre propostas tão díspares, o que une os autores do primeiro grupo é uma espécie de concordância tácita acerca da multiplicidade da realidade (e a conseqüente proposta de uma análise totalizante do humano) que conforma a proposta de *uma espécie de narrativa do drama humano*, em que biologia, geografia, antropologia,

³⁹ Não só Mukherjee, mas também Geddes e Bews: os escoceses tiveram grande impacto na institucionalização da ecologia (regional e humana) nos EUA de modo que suas reflexões são consideradas como germinais da ecologia americana (ANKER, 2001; QUINN, 1940). A despeito dessa proximidade, há algo que une sociólogo indiano, botânicos escoceses, regionalistas franceses, aos olhos de Freyre (1967), como veremos um pouco a frente no argumento.

história e sociologia são vozes orquestradas. Outra peculiaridade une os autores citados: todos apresentam uma visão alternativa à sociologia americana, dito de outra forma, indiano, escoceses, tcheco e franceses adicionam “cor local” à sociologia produzida nos grandes centros do mundo (EUA ou Europa Ocidental). Nada de cópias em branco-e-preto do núcleo da civilização ocidental: cada um a seu modo, vê a peculiaridade de sua realidade social e, assim, enriquecem o pensamento sociológico. O conceito de região é, podemos pensar, o fruto dessa proposta alternativa de sociologia.

É a idéia de região, entendida como um todo harmônico no qual natureza e homem compõem o drama da vida em sua riqueza de detalhes- o cotidiano- o instrumento central da análise ecológica de Freyre. A sociologia regional ou ecologia social de Freyre seleciona tipos de região que indiquem as relações entre fatos sociais essenciais e as condições físicas fundamentais associadas àqueles. A região, neste sentido, é concebida como um organismo vivo em que operam *harmoniosamente* vários sistemas vivos, o vegetal, o animal e o humano - *cooperação*, e não competição, é a força que está por detrás da ocupação do espaço, do uso da natureza, da sobrevivência e estabilidade da comunidade. Como argumenta Freyre,

“Por essa interdependência (...) se explicaria a balança ou o equilíbrio entre o ser humano ou o grupo social e aquelas formas regionais de vegetação e de vida animal que competem e cooperam com eles no esforço de todos e de cada um (...) por uma posição no espaço, resultando às vezes esse esforço em simbiose” (FREYRE, G. 1967: p. 437).

Neste sentido, sociedade e natureza são tomados em sua plasticidade e fluência, em sua infinita capacidade de adaptação e de perfectibilidade⁴⁰. Argumenta Freyre que são as relações entre homens (captadas sob dois critérios, o de tempo- da história profunda - e de espaço, entendido como o “acúmulo de tempos”⁴¹) e não as relações homem-espaço (espaço tomado como índice suficiente das ações humanas) que determinam a conformação de uma região; trata-se de ecologia à la sociologia justamente porque não se restringe às respostas aos desafios impostos pelo ambiente, mas a análise tenta dar conta das formas de vida

⁴⁰ Como veremos na próxima seção, essas concepções de natureza e sociedade encaminham o autor à adoção do conceito de raça histórica.

⁴¹ Tal como um palimpsesto, como propõe Milton Santos (1997).

regional em seu conjunto, de um mundo cultural erigido em torno de um recorte do espaço físico; cultura e natureza entendidas como partes de uma totalidade.

Chegamos, então, ao segundo ponto de discordância de Freyre com relação à ecologia humana da Escola de Chicago: a preponderância da variável tempo na proposta freyreana em contraposição a centralidade do espaço como índice das relações sociais na ecologia de Chicago.

A centralidade do conceito de região em seu método ecológico tem como suposto a inexistência de uma natureza humana única, comum a todos os homens: os homens são regionalmente condicionados e sob a rubrica “regionalmente” entendamos cultural e naturalmente; portanto, não há um “Homem”, uma idéia demasiadamente abstrata para a sociologia de Freyre, mas uma miríade de homens, tantos quantos as relações entre cultura e natureza puderem criar- existem, desse modo, homens situados regionalmente.

Somente o “homem situado”, em suas múltiplas e ricas relações com a natureza, com a técnica e com outros homens, daria pistas sobre o Homem, ou seja, são os regionalismos que informam o universal. Para Freyre, se existe o geral, o universal, esse é situado como resíduo do regional e do temporal.

A natureza não impõe ao homem formas de habitat tão pouco cria o sentimento de harmonia entre natureza/sociedade- essas formas e esses sentimentos são expressões culturais. As respostas às situações biológica e geográfica que podem condicionar – e não determinar, como enfatiza Freyre- o *status* no espaço e o desenvolvimento no tempo de um tipo social de homem ou de uma instituição social são várias e de uma riqueza que espelha as diversas “soluções culturais” frente aos constrangimentos da natureza⁴². Uma grande faculdade de adaptação da parte do homem lhe permite dar elasticidade a essas limitações, sem, entretanto, aboli-las, reinventando as formas de relação homem/natureza, homem/homem (FREYRE, G., 1967: p.454).

Esta grande faculdade de adaptação, entretanto, não é natural é cultural, ou melhor, é historicamente construída. O presente - as respostas aos desafios de hoje- é condicionado

⁴² A idéia de natureza aqui expressa se aproxima da “circunstância” do espanhol José Ortega y Gasset (1883-1955) que, como a “*ambiance*” que atribuímos aos românticos (na seção 2 do capítulo 3), retira o caráter determinista da idéia de “meio”. Como argumenta Spitzer (1942), “*circunstancia*” representa a aceitação do desenvolvimento histórico como se deu, ou seja, como um “ciclo de vida”, encaminhamento natural da vida como sugere Bastos (2003) quando se refere ao decadentismo dos autores hispânicos. Nesse sentido, a natureza não é jaula, mas testemunho dos ciclos vitais das sociedades.

pelo inventário de respostas que cada cultura traz em si: uma espécie de herança da qual os vivos se servem para pensar seu presente e seu futuro. Esta concepção de tempo- “tempo trípico” (BASTOS, 2003)- enlaça passado, presente e futuro numa mesma torrente de modo que os tempos e experiências convivem e conformam o quadro de referência a partir do qual se concebe o mundo e se elabora as formas de pensar e de agir. Por meio desta concepção de tempo, é possível perceber que as respostas aos constrangimentos da natureza não são apenas bióticas, fruto de processos espontâneos e não-intencionais de reação; tais soluções são parte de um grande inventário cultural, uma tradição por meio da qual o drama da vida é tecido e re-inventado.

É a partir dessa percepção da diferença de “soluções culturais”, de tempos, de ritmos que Freyre pensa sua proposta regionalista e assim formula sua crítica ao “progresso do Sul” que assumia, nas primeiras décadas do século XX, o símbolo da homogeneização, do constrangimento da energia vital que estava na diferença guardada sob a rubrica da heterogeneidade regional. Do ponto de vista de sua sociologia regional, não havia uma única e verdadeira concepção de progresso, ou melhor, um único caminho rumo à modernidade. Esta variedade de caminhos rumo ao progresso (bem como a noção de progresso) seriam gestadas no interior de um quadro de referências histórica, social e culturalmente construído. Não havia um progresso com “P” mas vários progressos, numa analogia a sua proposta de homem situado.

A aceção freyreana de progresso pode ser resumida da seguinte forma: uma sucessão de deslocamentos de centros de gravidade da cultura sem que esses deslocamentos importem em aperfeiçoamento absoluto ou universal de cultura, mas que *sempre tende à harmonia* entre homens e entre homem e natureza, por meio de uma série de compensações, de modo que o aperfeiçoamento num domínio poderia implicar a decadência em outro (FREYRE, G., 1967: p. 448).

A leitura de Freyre não deixa dúvidas quanto a concepção de sociologia que adota: uma sociologia compreensiva moldada por seu *método impressionista* por meio da qual o humano, símbolo da multiplicidade e da criatividade, pode ser compreendido em suas várias facetas (biológica, cultural, social) de forma integrada.

Uma sociologia em que o critério ecológico-regional assume o ponto de vista antropocêntrico e se serve de todas as outras ciências e da arte para a reflexão sociológica.

Poderíamos sugerir que enquanto a ecologia humana à la Escola de Chicago, ao tomar como foco de análise o nível biótico das sociedades humanas num esforço análogo ao da biologia, trata da sobrevivência física, da mera “existência” do humano, Freyre trata da Vida em sua totalidade, natureza e cultura integradas na compreensão da aventura humana. Freyre retoma, portanto, aquela longa tradição do pensamento social brasileiro que tem no ensaio construído na confluência da literatura, com a arte, a história, a geografia e as ciências naturais sua forma privilegiada de expressão e análise da realidade social. A Ecologia Humana da Escola de Chicago está tão distante assim...

Uma comparação que nos parece muito útil para entender sua sociologia impressionista em contraposição às propostas da ecologia humana é aquela que o autor estabelece entre a fotografia e pintura. Ele nos diz:

“Não há nada de estranhamente belo na *fotografia porque a fotografia pega em flagrante as linhas e as sombras mas não apanha o caráter, nem da paisagem nem da pessoa. Caráter ou, si preferem, alma [grifo meu]*. Anseia a arte por exprimir essa alma e para consegui-lo a proporção é apenas um meio. Se o apanhar de imagens, em absoluta normalidade de proporção e abundância de pormenores, fosse o fim da arte, então, maior que o Golgotha, de El greco seria qualquer fotografia, de gabinete de Identificação. À galeria policial de Scotland Yard e não a de Trafalgar Square afluiram os *virtuosi* da arte do retrato.

Vicente do Rego Monteiro sabe isto por intuição. E quando ele faz o retrato duma pessoa, o resultado é *um trabalho sem exatidão e a normalidade da fotografia [grifo meu]*-qualidades tão caras ao burguês. Porém é um *retrato que possui alma, caráter, um não sei que de muito íntimo [grifo meu]*. E destacada, exagerada, a nota da beleza- esse sopro da divindade na criatura” (LARRETA e GIUCCI, 2007: 169).

No prefácio a tradução espanhola da obra, Freyre volta a distinção entre fotografia e pintura impressionista enfatizando a captação do movimento na última como ponto de interesse de sua ecologia:

“a maneira dos impressionistas mais empenhados em descobrir a verdade dos conjuntos quase sempre perdida pelos fotógrafos” (a história do cotidiano, a fenomenologia): procurando *surpreender* a região monocultora, latifundiária, e por longo tempo, escravocrática, *no conjunto de inter-relações dos seus vários fatores*, os físicos com os de cultura, os naturais com os históricos, os eugênicos com os eutênicos, os digênicos com os cacogênicos com o objetivo de procurar extrair da totalidade de inter-relações e processos naturais e de cultura que se encontrem simbioticamente confundidos e harmonizados, ou em conflito, na vida e na paisagem de determinada região, os seus traços

mais característicos, os seus tipos mais representativos, os seus métodos mais constantes de exploração da terra ou de exploração de animais pelos homens e dos homens uns pelos outros [*grifos meus*]" (FREYRE, G., 1989: p.24).

Não interessava a Freyre o retrato estático e exato do humano: Freyre ansiava por conhecer a alma e para tanto linhas, sombras e números eram insuficientes; a ciência perdia campo para a arte. O “ponto de vista”, a impressão, a alma do escritor tomava o lugar do conceito, dos modelos das teorias científicas. Como esclarece no prefácio à “Sobrados e Mucambos”,

“O humano só pode ser compreendido pelo humano- até onde pode ser compreendido; e compreensão importa em maior ou menor sacrifício da objetividade à subjetividade. Pois tratando-se de passado humano, há que deixar-se espaço para a dúvida e até para o mistério: a história de uma instituição, quando feita ou tentada sob critério sociológico que se alongue em psicológico, está sempre nos levando a zonas de mistério onde seria ridículo nos declararmos satisfeitos com interpretações marxistas ou explicações behavioristas ou paretistas, com puras descrições semelhantes às da história natural de comunidades botânicas ou animais”(FREYRE, G., 2004: 40-41).

Não se trata, portanto, de pura ciência, como queiram os cientistas naturais, mas de ciência-arte na qual sujeito e objeto são elementos dos esforços de interpretação e compreensão da sociedade e por meio da qual o autor num esforço de empatia se dilui “franciscanamente” no que estuda.

É essa empatia, a diluição do autor no objeto, que molda o “ponto de vista” de nosso autor: ao falar de um tempo passado, ele nos conta da saudade, ele refaz o caminho da memória e traz à vida uma região que conhecera, no passado, momentos de fausto e que perdera seu brilho com a chegada do Progresso. É esse olhar empático que vê a natureza como paisagem, testemunha de um tempo pleno de harmonia, raiz da “brasilidade”.

PARTE II
ANÁLISE DA OBRA

Capítulo 4

Qual a natureza de Freyre?

Na primeira parte desse trabalho, quando tratamos da idéia de “meio” na literatura que começa a tomar forma nas últimas décadas do século XIX, sugerimos que há uma tensão entre duas idéias de natureza presentes na obra de Freyre: “meio” e “paisagem” convivem em seu pensamento, convivência que sugere uma contradição entre a proclamada ruptura com os determinismos biológicos da geração anterior.

Nessa seção, pretendemos tratar dessa suposta tensão. Gostaríamos de esclarecer o lugar que “a natureza” ocupa na história que Freyre conta do Brasil para então entendermos de que natureza e de qual ecologia nos fala Freyre em “Nordeste”.

Freyre, nas primeiras páginas de *Casa-Grande & Senzala*, informa o leitor que aquele trabalho terá como fundamento a distinção entre raça e cultura. Esse foi, na verdade, o grande impacto da obra de Freyre na década de 1930- Freyre rompe com todo o debate anterior em torno do futuro de um país mestiço ao tomar o mulato e o trópico como “os segredos da brasilidade”. Ao abandonar o discurso raciológico adotando “cultura” como conceito operacional de seu estudo do patriarcado brasileiro, o autor propõe uma forma alternativa de olhar para o Brasil no concerto do mundo civilizado: “miscigenação” e “trópico” são os elementos centrais dessa originalidade.

Contudo, ao percorrermos os caminhos que a idéia de trópico assume ao longo de sua obra da década de 1930, percebemos uma certa tensão entre a proclamada adesão aos argumentos culturalistas aprendidos com o Professor Franz Boas, como Gilberto gosta de salientar, e o sentido que “trópico” assume em sua argumentação- por vezes o caráter determinista da ação dos elementos naturais sobre o comportamento humano é claramente evidenciado no argumento de Freyre.

Gerbi (1996) nos oferece uma longa história das disputas em torno dos significados da natureza e da gente das Américas. O interessante a notar da história narrada pelo autor é o modo como o que se pensa sobre natureza está entrelaçado ao que se pensa sobre sociedade e cultura: se a natureza americana torna-se tão corrompida quanto sua gente aos olhos eurocêntricos de alguns testemunhos (De Pauw e Robertson como exemplos), o sinal é invertido quando os “crioulos” da América Espanhola (Garcilaso; Feijoo; os jesuítas

Clavigero, Molina, Velasco, Gilij; Carli) e os patriotas americanos (Benjamin Franklin; Paine; Hamilton; Thomas Jefferson) traduzem o exótico em alternativa à decadência material e moral da Europa.

Dessa longa história, o que interessa à condução deste trabalho é percebermos que a novidade que a América trazia ao mundo questionava a centralidade dos modelos europeus de natureza (a natureza cultivada dos campos) e de sociedade (a branca e civilizada): há que se achar lugar na história ocidental para o mestiço e para o trópico. Na primeira parte desse trabalho, trouxemos algumas formulações dos românticos brasileiros e “da geração de 1870” quanto aos dilemas de se pensar o Brasil como parte da civilização ocidental.

Freyre nos oferece mais um ponto de vista nessa história- gostaríamos de propor que o pensamento freyreano encontra-se entre esses dois mundos, entre a civilização do Velho Mundo e a esperança no Novo Mundo, entre a requerida distância do desconhecido simbolizado pela natureza tropical e o *pathos* pelo trópico como elemento que sintetiza a originalidade; entre a distância e o enlevo, o olhar de Freyre sobre os trópicos é o olhar estrangeiro fascinado pela diferença, pela distância do trópico com relação aos valores do Progresso. Como esclarece José Lins do Rego em prefácio à obra “Região e Tradição” (1941),

“O longo período de estudos no estrangeiro fê-lo ver sua região e a tradição brasileira não só com a simpatia endogâmica de nativo que regressa, mas com olhos de exógeno: enxergando no familiar certo encanto de exótico e, ao mesmo tempo, vendo-o na sua pureza de linhas e na exatidão de suas proporções” (p.38).

A biografia de Freyre pode nos oferecer pistas para entendermos seu olhar estrangeiro. O reencontro de Freyre com Pernambuco, depois de uma longa estadia nos EUA e Europa, parece aguçar sua percepção da distância cultural entre sua terra e a Europa, entretanto essa distância não é vista sob o olhar pessimista do estrangeiro saudoso do conforto de sua terra, mas do olhar crítico e desgostoso das conquistas materiais e morais da civilização burguesa. Não são as modernidades de Recife (as ruas largas e quase sem árvore alguma para fazer qualquer arremedo de sombra sob o sol escaldante do trópico, os prédios novos que substituem os sobrados antigos, a usina triunfante no horizonte) que atraem o olhar de Freyre, mas são as bananeiras, as gameleiras, as igrejas, os engenhos antigos, as

ruas estreitas e sombreadas- o antigo e a tradição cristalizados na paisagem tropical seduzem o recém-chegado.

Numa carta a Monteiro Lobato, cujo trecho transcrito por Larreta e Giucci (2007) reproduzo, a saudade da terra natal é resolvida quando de seu encontro com os elementos da paisagem tropical como se o encontro com a natureza (com o que restou da natureza regional com o avanço da urbanização e industrialização) fosse o reencontro com seu passado de menino.

“Meu caro Monteiro Lobato: Um abraço. Acabo de chegar a Pernambuco onde há cinco anos não punha o pé. Estou a fartar-me de água de coco e caldo de cana- a satisfazer minha ânsia saudosa da paisagem tropical. Há de vir-me amanhã ou depois do interior um papagaio e com esta nota viva da natureza pernambucana, estará completa a *local colour* em volta de mim. Cercam-me o quarto, além duma pequena árvore gorda e grotesca, canas de açúcar, bananeiras, palmeiras adolescentes, com os leques não de todo escancarados. Isto encanta, meu caro autor de Urupês, após cinco anos de *bungalows*, de *skyscrapers*, de Quinta Avenida e Piccadilly. O que é positivamente um horror é o que há aqui de novo: os novos edifícios, os jardins novos, nus, sem árvores as novas residências, *sem caráter, sem gosto* [grifo meu] e tão escancaradas à vista do público que nem o ar de residências possuem” (p.220).

A paisagem urbanizada e acinzentada perdeu seu caráter, perdera a distintividade que outrora dava vida e movimento à paisagem regional- esse parece ser o ponto central de suas reservas quanto ao caminhar do Progresso. A racionalidade, o cinza e a velocidade, marcas da modernidade, parecem ter sufocado toda manifestação de vida e cor que o fez pernambucano. A riqueza de cores, o calor, a lassidão e o ritmo lento evocados pela natureza tropical, fontes de vida e inspirações criativas na conformação das raízes da brasilidade, foram atropeladas pelo progresso homogeneizador.

O interessante a notar é o mecanismo por meio do qual a natureza dá vida e movimento ao drama humano: o trópico não é apenas cenário instigante (ou depósito de tradições, como vimos em seção anterior), mas apresenta um efeito direto no corpo e na alma dos homens. A natureza é apresentada como condicionante de comportamentos, valores e hábitos humanos. Como perceberemos a seguir, a natureza transborda o reino natural e acaba por dar vida e movimento a sociedade.

O trópico assume centralidade na interpretação freyreana da formação nacional. Foi a natureza tropical uma mediadora nas relações entre culturas tão diferentes que, num passado distante, deram forma à nação brasileira. O trópico foi o “óleo lubrificante” que amaciou relações tão desiguais entre escravos e senhores, aproximando extremos tão distantes.

A ação do clima tropical sobre o regime sexual dos homens, embora suavizada pelo argumento inicial do mesmo parágrafo abaixo transcrito, é direta:

“Nada nos autoriza a concluir ter sido o negro quem trouxe para o Brasil a pegajenta luxúria em que nos sentimos todos prender, mal atingida a adolescência. A precoce voluptuosidade, a fome de mulher que aos treze ou quatorze anos faz de todo brasileiro um don-juan não vem do contágio ou do sangue da “raça inferior” mas do sistema econômico-social da nossa formação; e um pouco talvez do clima; do ar mole, grosso, morno, que cedo nos parece predispor aos chamegos do amor e ao mesmo tempo nos afastar de todo esforço persistente. *Impossível negar-se a ação do clima sobre a moral sexual das sociedades. Sem ser preponderante, dá entretanto para acentuar ou enfraquecer tendências; endurecer ou amolecer traços sociais [grifo meu]* (...) Pode-se concluir, com Kelsey, que certos climas estimulam o homem a maiores esforços e conseqüentemente a maior produtividade; outros, o enlanguescem. Para admiti-lo não necessitamos de ir aos exageros de Huntington e dos outros fanáticos da “influência do clima”(FREYRE, G., 2006: p.403).

Como tratamos no espaço dedicado à “geração de 1870”, a ruptura de Freyre com as formulações da geração de intelectuais que o antecedeu não é completa. Em alguns momentos da argumentação, o determinismo biológico ganha status explicativo da sociedade e da cultura:

“(...) De condições bioquímicas talvez mais do que físicas; as modificações por efeito possivelmente de meio, verificadas em descendentes de imigrantes (...) parecem resultar principalmente do que Wissler chama de influência do *biochemical content*. Na verdade, vai adquirindo cada vez maior importância o estudo, sob critério da bioquímica, das modificações apresentadas pelos descendentes de imigrantes em clima ou meio novo, rápidas alterações parecendo resultar do iodo que contenha o ambiente. O iodo agiria sobre as secreções da glândula tireóide. E o sistema de alimentação teria uma importância considerável na diferenciação dos traços físicos e mentais dos descendentes de imigrantes” (FREYRE, G., 2006: p.35).

Entretanto, ao dar continuidade ao argumento, na mesma obra, o autor retira a força do argumento determinista,

“(...) admitida a tendência do meio físico e principalmente do bioquímico no sentido de recriar à sua imagem os indivíduos que lhe cheguem de várias procedências, não se deve esquecer a ação dos recursos técnicos dos colonizadores em sentido contrário: no de impor ao meio formas e acessórios estranhos de cultura, que lhe permitem conservar-se o mais possível como raça ou cultura exótica” (FREYRE, G., 2006: p.35).

Freyre inverte os termos da argumentação racista ao converter a idéia de raça muito mais em um efeito (do ambiente, da história, da cultura) do que propriamente em uma causa (Araújo, 1994: p.40). Contudo, a concepção de raça que o autor abraça, como perceberemos mais a frente, dá à cultura, por meio de um compromisso essencialmente biológico entre “raça”, “meio” e “cultura”, um efeito de estabilidade e perenidade- a noção de cultura é como que congelada na acepção neolamarckista da perenidade dos traços culturais adquiridos.

O importante a notar é que “trópico” funciona como um elemento de equilíbrio entre os conceitos de “raça” e “cultura”: temperando “predestinação” e “livro-arbítrio”, Freyre constrói conceitos de “raça” e “cultura” muito peculiares ao tomar o meio físico como o fiel da balança. *A natureza é meio e paisagem, é molde do humano e também testemunho da vitória do colonizador em meio tão inóspito.* Os dois sentidos convivem como mais um par dos “equilíbrios de antagonismos” (ARAÚJO,R., 1994) que compõe a estrutura do pensamento freyreano.

Entendamos a primeira parte da proposição: a natureza como molde do humano. Embora os determinismos biológicos sejam equilibrados e amenizados, a idéia de natureza como elemento condicionante do comportamento humano está presente no pensamento de Freyre. Poderíamos sugerir que Freyre tem uma leitura um pouco mais matizada dos temas “meio” e “raça” possível pela adoção de um conceito neolamarckista de raça⁴³ cuja grande

⁴³ George Stocking em “Lamarckism in American Social Science” (1982) trata do impacto da concepção neolamarckista de raça no debate intelectual dos EUA nos últimos anos do século XIX e nos primeiros vinte do século XX: “A concepção segundo a qual os novos hábitos adquiridos pela adaptação ao ambiente geravam mudanças no organismo dos indivíduos e essas, por sua vez, eram herdadas pelos descendentes permitiu que os cientistas sociais, mesmo sem uma diferenciação clara do biológico e do social, formulassem explicações para as diferenças raciais que se aproximam das que foram elaboradas posteriormente para explicar as sociedades a partir do conceito de cultura” (STOCKING, GEORGE *apud* WEGNER, ROBERT, 2000: p. 102). Não quero sugerir uma “influência” deste quadro de idéias na formulação das propostas freyreanas: quero tão somente sublinhar a ambiência de idéias da qual Freyre tomou parte nos anos 20, quando estudante nos EUA, ambiência que, de alguma forma (por meio de outras tantas leituras e diálogos), transparece em suas propostas na década de 1930.

marca distintiva, com relação à concepção linear do evolucionismo, é a proposição de uma ilimitada aptidão dos seres humanos para se adaptar às mais diferentes condições ambientais, aptidão que redundava na conformação de diferentes “soluções culturais” perfeitamente adequadas às condições, naturais e culturais, a partir das quais foram elaboradas. Adaptação, incorporação e transmissão dos caracteres adquiridos na interação direta com o meio físico são os elementos peculiares da noção de “meio” adotada por Freyre.

Partindo dessa formulação acerca da ação do meio sobre o humano, Freyre adota uma noção de raça histórica:

“raças artificiais ou históricas, [cuja formação se dá] de um fundo comum de crenças, sentimentos, idéias e interesses entre uma população heterogênea e trazida pela sorte e pelo acaso a uma mesma zona geográfica” (Thomas, William *apud* ARAÚJO, 1994: p.39).

Partindo do suposto da “raça histórica”, Freyre pensa a relação do homem com a natureza. O homem está ligado à natureza pelo que o autor chama de “soluções culturais” elaboradas a partir de uma dada ecologia, de uma herança cultural construída e fomentada historicamente e de circunstâncias sociais e econômicas. O homem, portanto, se recolhe aos imperativos naturais, mas também é artesão do mundo natural.

É interessante a re-leitura que Freyre faz do conceito clássico de região proposto por Ratzel,

“ (...) de modo que o conceito de Ratzel de que “cada povo traz em si as feições da região que habita” pode ser *completado* [grifo meu] dizendo-se que não há região habitada que não tenha sobre o solo, a vegetação, a vida animal, a marca especial do povo que a habite: não só de sua técnica de produção como do conjunto de sua cultura e de sua personalidade ou *ethos*” (FREYRE, G., 1989: p.27).

Freyre aceita a proposição de Ratzel e a completa - ele não a rebate ou inverte. Em uma leitura muito particular da idéia de “meio”, tão cara ao discurso científico do final do século XIX, ele a aceita e a enriquece. Vejamos como operacionaliza a idéia de “meio” em suas propostas.

A idéia de “meio” como elemento determinante na conformação de culturas e sociedades está presente já no primeiro capítulo da obra “Casa-Grande & Senzala” quando Freyre nos

fala da plasticidade do povo português. A colonização vitoriosa do Brasil pelos portugueses tem como antecedente a condição de povo dividido entre a África e a Europa, “o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas”(FREYRE, G, 2006: p. 66).

O “meio”, como um dos elementos formatadores de uma nova raça, toma a cena:

“A indecisão étnica cultural entre a Europa e a África parece ter sido sempre a mesma em Portugal como em outros trechos da Península. Espécie de bicontinentalidade que correspondesse em população assim vaga e incerta à bissexualidade no indivíduo. E gente mais flutuante que a portuguesa, dificilmente se imagina; o bambo equilíbrio de antagonismos reflete-se em tudo o que é seu, dando-lhe ao comportamento uma fácil e frouxa flexibilidade” (FREYRE, G 2006: p.67).

Porém, as tendências rígidas da influência do clima são contrabalançadas por elementos históricos e culturais.

“[entretanto] corrigindo até certo ponto tão grande influência do clima amolecedor, atuaram sobre o caráter do português, entesando-o, as condições sempre tensas e vibráteis de contato humano entre a Europa e a África; o constante estado de guerra”(FREYRE, G., 2006: p.66).

Cultura + meio ambiente: esses são os elementos de formação de uma nova raça, de uma nova cultura. Longe de ser a toda-poderosa de outros tempos, não podemos incorrer no erro oposto, argumenta Freyre, e desconsiderar a natureza como uma força transformadora. Natureza e cultura estão em pé de igualdade na análise freyreana da alma portuguesa.

Predisposto por sua situação geográfica, *locus* de contato natural entre a Europa e a África, entre a civilização e a barbárie, o português guarda em sua formação étnica e cultural uma grande variedade de elementos contraditórios: a Europa e a África, a civilização e a barbárie, o catolicismo e o islamismo. Contraditórios, mas equilibrados. Harmonizados. A intensa mobilidade que caracteriza um povo de estreito território, que vive à beira do imenso oceano; a imensa predisposição do português a misturar-se a outras raças e culturas suavizando hierarquias; a incrível capacidade de aclimatabilidade de povo que vive entre dois climas (o frio/secura europeus e o calor/umidade africanos), enfim, a plasticidade da alma portuguesa, a capacidade daquele povo em adotar costumes, moral e hábitos tão distintos dos seus como se fossem próprios, é a grande marca distintiva daquele povo ibérico. Distintividade que o predispôs, como nenhum outro povo europeu, à colonização

dos trópicos, essa terra de grandes excessos e de grandes ausências. Excesso de uma natureza hostil, ausência de gente para fazer florescer um empreendimento humano. Tudo conspirava contra o homem na nova terra.

Na colonização da nova terra, o excesso dos trópicos aparece em seu esplendor. Qual a “solução” construída pelos colonizadores? Se Freyre reconhece a força da natureza na conformação de novas almas, então a uma natureza caracterizada pelo excesso corresponde uma sociedade de excessos. Como argumenta Araújo (1994):

“Como se vê tínhamos um clima assolado pela mais absoluta irregularidade, pelo desequilíbrio e, sobretudo, pela idéia de excesso que parece realmente constituir-se no significado mais aproximado daquela noção de trópico. Ora, se trópico implica excesso, creio que nem será necessário que recordemos aquela já discutida inclinação neolamarckiana de Gilberto, transformando de certa forma condições físicas e geográficas em culturais, para que percebamos que essa figura, tradução moderna da *hybris* grega, termina por impregnar o conjunto da vida social da casa-grande, convertendo-se em uma das categorias mais importantes para sua adequada compreensão” (p.59).

A natureza é traduzida em traços culturais; mas não se trata apenas de inspiração criativa, mas de uma ação direta do ambiente sobre cultura e sociedade humana. A *hybris* tropical é traduzida nos vários excessos que caracterizam o sistema casa-grande e senzala: o excesso de natureza sexual, como o principal deles, o maior responsável por aquele clima de confraternização, de proximidade e de intimidade que caracterizava o patriarcalismo da casa-grande⁴⁴. A miscigenação encurtou distâncias sociais numa sociedade caracterizada pelos extremos: de um lado a casa, o senhor; do outro a senzala, a mata, o escravo.

Esse ambiente lúbrico é uma força que equilibra outro excesso: o da monocultura da cana. As grandes extensões de cultivo da cana, planta que reinava soberana na paisagem nordestina, e o trabalho escravo, bases da civilização do açúcar, são perfeitamente compreensíveis e justificáveis do ponto de vista do autor. A monocultura latifundiária foi a resposta a ânsia por lucro de um povo, o português, que desconhecia o amor pela terra típico das sociedades rurais. Povo historicamente dedicado à mercancia, o português “deu um salto

⁴⁴ Não é o trópico o único agente da lubricidade que caracteriza a casa-grande: a escravidão é outro elemento que adiciona lassidão às relações sociais. “Não há escravidão sem depravação sexual” (FREYRE, G., 2006: p.399). Uma multiplicidade de fatores conflui na formação de uma nação: natureza e cultura dispõem de importâncias semelhantes na interpretação freyreana.

para trás” quando aceitou o desafio da nova terra: de mercadores a agricultores, os portugueses construíram o império do açúcar onde antes só havia mato e muita água.

Sob as condições do cultivo lucrativo da cana-de-açúcar (ou seja, latifúndio e monocultura), somente uma mão-de-obra: o negro escravo. Só a escravidão seria capaz de mobilizar tantos braços num empreendimento tão grandioso⁴⁵; somente os negros, com seu *savoir-faire* agrícola, teriam braços e pernas para suportar o amanho de terras tão extensas sob o sol e o calor dos trópicos.

É certo que os excessos do sistema casa-grande e senzala são justificados, entretanto estamos longe de supor que a posição de Freyre possa ser inteiramente resumida a esse elogio do excesso. Há a crítica do próprio autor ao clima de excesso e essa crítica nos interessa para pensar sua ecologia:

“(...) é preciso que não percamos de vista o fato de que este predomínio está distante de envolver, por parte de Gilberto, apenas concordância ou louvor. Na verdade, além do elogio, o que também se pode encontrar é uma avaliação extremamente crítica da grande maioria dos contextos em que a sua desmedida presença se faz notada” (ARAÚJO, R., 1994: p. 62).

Não só ao ambiente lúbrico se refere esse clima de excesso que transborda da natureza: o “trópico” é associado a vermes, doenças⁴⁶, à morte. A morte do sistema casa-grande e senzala. Gilberto irá concentrar a sua crítica a esse clima de excessos, especialmente em “Nordeste”, na terrível ameaça representada pela absorvente monocultura latifundiária, ameaça à natureza e a cultura. A crítica aos excessos também vem à tona quando da avalanche do processo de decadência do patriarcado descrito em “Sobrados e Mucambos” (1936): a morte do sistema vem associada à proliferação de vermes, doenças, aos conflitos entre o velho e o moço, entre o bacharel e o senhor de engenho, entre a cidade e o engenho; uma série de desequilíbrios é acionada quando da dissolução das distâncias entre a casa e a rua (mundo privado/mundo público) e do abandono das tradições de um tempo no qual a harmonia (social e ecológica) era reinante.

⁴⁵ Mais uma vez, a multiplicidade de fatores explica e justifica a escravidão: o contato do português com a escravidão mourisca e a ausência de uma expressiva tradição agrícola no passado português e a predileção pelo comércio são duas explicações de monta.

⁴⁶ A sífilis ocupa bastante a atenção do autor: como um dos efeitos dessa ambiência de torpor sexual, o alastramento da sífilis é marca do desequilíbrio, mas também da civilização. “À vantagem da miscigenação correspondeu no Brasil a desvantagem tremenda da sifilização” (FREYRE, G. 2006: p.110).

É precisamente no contexto da discussão dos excessos da monocultura, que precipitam a decadência do sistema casa-grande, que Freyre nos apresenta sua crítica ecológica. É nesse momento que Freyre fala da saudade de um tempo perdido e a idéia de natureza assume sentido renovado- a natureza é paisagem. Entendamos a “paisagem” de Freyre em seu manifesto ecológico-regionalista “Nordeste”.

Capítulo 5

O Manifesto Regionalista de 1937

“(…) mas o pintor deve persuadir os olhos,
assim como o homem eloqüente deve tocar o coração”
(Roger de Piles *apud* George Gutlich)

“Nordeste” é publicado em 1937, quatro anos depois da grande obra de Freyre, “Casa-Grande e Senzala” (1933); a obra é publicada na coleção “Documentos Brasileiros” da Editora José Olympio, coleção que contou como primeiro diretor Gilberto Freyre que ocupa o cargo por apenas três anos, de 1936 a 1939 (PONTES, H.,1989). Na esteira do ímpeto modernista de 1920, os livros editados nas coleções de assuntos brasileiros⁴⁷ tinham como motivação conhecer a realidade brasileira, “reinterpretar o passado nacional, reinterpretar e diagnosticar o presente” (PONTES, H.,1989: p. 365).

Em seus primeiros anos de vida, a Coleção Documentos Brasileiros assume um viés regional: ligada ao campo intelectual carioca e nordestino, dá a conhecer ao leitor brasileiro uma parte vital do país, o Nordeste⁴⁸. “Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil” é o quarto volume da coleção que intenta “descobrir o Brasil”.

“Nordeste” intenta dar a conhecer uma parte dessa quase desconhecida região, o Nordeste do massapé, aquele no qual se plantaram as primeiras mudas de cana e o primeiro esboço de uma civilização nos trópicos foi desenhado, como argumenta o autor em prefácios à obra. A obra tem um forte diálogo com o debate regionalista que toma forma na década de 1920 em sua defesa da região frente à situação de decadência política e econômica que tem início em finais do século XIX. A defesa da região toma a “cultura” como linguagem: o regionalismo nordestino é tomado como a expressão cultural mais autêntica de brasilidade

⁴⁷ Pontes (1989) enumera as três principais: a *Brasiliانا* (1931) publicada pela Companhia Editora Nacional; a *Biblioteca Histórica Brasileira* (1940), publicada pela Livraria Martins Editora, e a *Documentos Brasileiros* (1936).

⁴⁸ No período em que dirigiu a coleção, Freyre fez publicar cinco títulos concernentes à região Nordeste: Oliveira Lima, “Memórias”; Djacir Menezes, “O Outro Nordeste”; Luís Viana Filho, “A Sabinada: a República baiana de 1837”; Júlio Belo, “Memórias de um senhor de engenho”; Cap. Álvaro Ferraz e Dr. Andrade Lima Júnior, “Morfologia do Homem do Nordeste”; Euclides da Cunha, “Canudos- Diário de uma expedição” (FREYRE, G., 1951).

“Nordeste” se alinha a esse “grito” regionalista: a obra fecha, na década de 1930, um ciclo de trabalhos do autor que tem início com a publicação do “Livro do Nordeste” (1925)⁴⁹, por ocasião da comemoração do centenário do jornal “Diário de Pernambuco”, compêndio que se alinha às manifestações culturais do regionalismo nordestino que teve seu pontapé inicial com o Centro Regionalista organizado em 1924 cujo manifesto fora publicado tardiamente em 1926 (AZEVEDO, N., 1984). O que queria esse Centro?

“Propõe-se o Centro a exercer viva ação intelectual e social, uma vez congregadas em seu seio os elementos mais representativos da cultura do Nordeste. Anima-o largo patriotismo nordestino, que se exprime na defesa das nossas cousas e das nossas tradições, no aproveitamento delas como motivos de arte, no desenvolvimento dos interesses do Nordeste, região cujas raízes naturais e históricas se entrelaçam e cujos destinos se confundem num só” (AZEVEDO, N., 1984: p.143).

O pendor telúrico expresso em 1924 se manifesta nas obras da década de 1920⁵⁰ e 1930 de nosso autor. Penso que o tema comum a esses esforços é o reconhecimento do legado cultural do Nordeste à conformação das raízes brasileiras. O grande atraso econômico do Nordeste frente ao Centro-Sul, nos primeiros decênios do século XX, encontrou como contraponto (ou tábua de salvação) a herança cultural de escritores, pintores, artistas e estudiosos da vida brasileira nascidos no Nordeste, ou melhor, em Pernambuco, na zona do açúcar. Tanto o “Manifesto Regionalista”, o “Livro do Nordeste”, “Região e Tradição” (1941) e “Nordeste” compartilham desse “discurso de ressentimento” (D’ANDREA, M., 1992) expresso na crítica ao progresso homegeneizador do Centro-Sul do país bem como no sentimento de saudade de um tempo de fausto e brilho da região.

No prefácio à 5ª edição de “Nordeste”, o autor nos oferece um bom mote para pensarmos esse afã dos regionalistas. Freyre lembra o leitor que o neologismo “nordestização” tem se referido, nos últimos anos, a situações de decadência: Nordeste é sinônimo de miséria, decadência moral e atraso econômico-social. Freyre sugere re-inverter

⁴⁹ Freyre publica dois artigos nesse livro que serão re-editados, com acréscimos, na obra “Região e Tradição” (1941), este parte integrante da coleção “Documentos Brasileiros”. São eles: “Algumas notas sobre a pintura no Nordeste” e “Aspectos de um século de transição social no Nordeste”.

⁵⁰ As obras da década de 1920, além de sua dissertação de mestrado “Vida social do Brasil em meados do século XIX”, resumem-se, basicamente, a artigos de jornais; alguns deles estão publicados na obra “Tempo de Aprendiz: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor 1918-1926” (1979). Outra fonte importante é a obra “Tempo Morto e outros tempos- trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade (1915-1930)” (1975).

o significado da “nordestização” ao recuperar de um passado distante a riqueza cultural e econômica que outrora caracterizou a região nordestina. Do sinônimo de miséria material propalado em meados dos anos 1980 (o prefácio a que me refiro é de 1985) pelos veículos de comunicação, “nordestização” toma o sentido de

“(…) extensão a outras áreas brasileiras até de estrangeiras, não só de métodos e de condições de economia, de cultura e de vida como de métodos e de formas de criação de arte, de ciência e de estudo, por algum tempo peculiares ao Nordeste brasileiro

(…)

Essa “nordestização” foi, aliás, precedida por outra que ainda na época colonial, fez do Nordeste uma influência transregional na vida brasileira: a que se refere à expansão do complexo “casa-grande & senzala”, ou antes, do triângulo rural(…)” (FREYRE, G., 1989: p.35).

“Nordeste”, gostaríamos de propor, é mais um manifesto regionalista da série que se inicia em meados da década de 1920. Para falar de sua região, Freyre não usa a ciência, mas a arte, a literatura. Conceitos dão lugar a imagens, sensações, impressões. Uma discussão com a crítica do período, presente, especialmente, na introdução à 2ª edição (1949-61) de “Sobrados e Mucambos”, permite-nos entender a particularidade que a obra guarda com relação aos dois outros estudos sobre a vida patriarcal bem como suas ligações com o movimento regionalista.

A acusação que lhe vem do Centro-Sul⁵¹ é quanto a impossibilidade da generalização da interpretação freyreana à formação nacional: Freyre discorre *sobre Pernambucano*, dizem os críticos, e não sobre um processo estrutural que conformou a formação da nacionalidade; o “sistema casa-grande & senzala” não explica o Brasil em sua diversidade regional e histórica (FREYRE, G. 2004: p.67-73). Freyre tece uma série de exemplos e mobiliza tantos outros recursos para defender a “transregionalização” (FREYRE, G. 2004: p.68) de sua análise da cultura brasileira (ou seja, a família patriarcal como elemento sociológico da unidade brasileira) presente tanto em “Casa-Grande & Senzala” como em “Sobrados e Mucambos”.

⁵¹ Freyre identifica dois críticos Fernand Braudel e Donald Pierson, ambos envolvidos na institucionalização da sociologia no país; o primeiro vinculado a Universidade de São Paulo, o segundo à Escola Livre de Sociologia e Política. Pierson, especialmente, simboliza no país o gabarito da ecologia científica à moda dos americanos.

A despeito das críticas que vem do Sul a seu “Nordeste”⁵², nesta obra, confia o autor, essa preocupação perde o sentido; fruto de um contato íntimo com a paisagem pernambucana, “Nordeste” compõe a série de estudos sobre a sociedade patriarcal pois parte de um mesmo núcleo temário (a monocultura da cana, o patriarcado, a miscigenação como marcas da brasilidade), entretanto, a análise toma um ponto de vista bem distinto das obras que a antecedem: um trabalho impressionista fruto de um “contato franciscano” com a paisagem, com a natureza e a gente da região⁵³.

“ “Uma aventura de impressionista” por meio da qual as formas da região emergem de seu passado turvo e da sua confusão atual “mais sentidas, vistas e, até certo ponto, compreendidas e interpretadas pelo autor, do que descritas e medidas por ele, dentro de rigorosa objetividade biométrica ou estatística” (FREYRE, G., 1989: p.24).

A obra tem como objetivo “esboçar a fisionomia do Nordeste agrário” e, para tanto, é seu olhar de nordestino re-patriado que conta. Não é o objetivismo da ciência que dá consistência à obra, mas sua sensibilidade artística, seu enlevo pelas cores e pela luz de Pernambuco. São as impressões, os sentimentos, a intuição e não conceitos, modelos ou teorias que dão forma às reflexões sobre a região. Freyre, nessa obra, contrapõe-se à ecologia humana da Escola de Chicago (como discutimos há duas seções) e se aproxima da antiga tradição ensaística que particulariza o pensamento social desde sua gênese⁵⁴. A literatura é a linguagem privilegiada da análise social.

O tema dessa poesia imagética que Freyre produz é a saudade. A saudade de um tempo perdido, da harmonia outrora reinante entre homens, entre sociedade e natureza. Harmonia e saudade - esses são os temas de sua ecologia. Uma ecologia que não preza pela descrição

⁵² Fiz referência à crítica de Sérgio Milliet (1937) à obra no final da seção 3 do capítulo 3; as críticas dirigidas à “Nordeste” não se distinguem daquelas dirigidas à “Casa-Grande & Senzala” e “Sobrados e Mucambos”: versam sobre o caráter pouco científico e muito lírico do estilo freyreano, a despeito das reservas do autor quanto ao caráter do livro.

⁵³ Embora seja possível contra-argumentar e apontar esse veio “impressionista” nas obras de 1933 e 1936, o interessante a notar é que esse caráter intuitivo é reconhecido e defendido como a particularidade da obra “Nordeste” dentre as obras produzidas no período. Essa confiança, contudo, não significa que Freyre abandone a ciência: como sugerimos na seção anterior, o autor produz uma leitura muito peculiar do tema natureza ao equilibrar o lirismo da literatura e a análise científica da sociedade, a tradição e a ruptura.

⁵⁴ Não são só os antepassados brasileiros que contam na formação do “hibridismo” da sociologia freyreana: Bastos (2003) analisa o pensamento freyreano em seus diálogos com as gerações de intelectuais espanhóis de 1898 e 1914 e pensa Freyre como um “escritor ibérico”. De qualquer forma, o que nos importa na compreensão da(s) natureza(s) e da ecologia de Freyre é sua aproximação da arte e da literatura e seu posicionamento crítico diante da sociologia científica da Escola de Chicago.

exata da realidade (tal como uma fotografia, como o autor sugere), mas uma ecologia impressionista mais ao gosto da pintura de um mural na qual o olhar e a alma do artista estejam impressas no caráter da paisagem e da gente.

“O que este [Freyre] queria da pintura era que fosse como a música, como a poesia, um drama da personalidade e não uma factura de artífice, um puro esforço de academia. O que Gilberto Freyre queria de toda manifestação intelectual era que fosse manifestação de vida, de coisa que viesse das profundidades do mais íntimo da criatura” (REGO, J., 1941: p.12).

Em “Nordeste”, a formação nacional é retratada como um drama composto por cenas episódicas (cada capítulo da obra) livremente ligadas por um narrador que organiza, retrata e reconta os feitos do colonizador na nova terra. A região torna-se espaço imagético- sua natureza e seus homens compõem a paisagem que dá vida ao drama narrado por Freyre. A natureza é paisagem (cultura materializada) na medida em que é valor regional, registro da cultura humana. O aspecto físico é englobado e constituído pela cultura⁵⁵. A natureza- assim como a casa e a culinária e tantos outros valores culturais- são tomados como imagens que recontam o despedaçamento da civilização do açúcar.

Tal qual o narrador de que nos fala Walter Benjamin (1987), Freyre constrói um grande mito da criação do Brasil por meio do qual natureza e cultura são cúmplices no desenrolar da História Humana e testemunhas de um mundo que já foi, está morto, mas que ainda pesa sobre os ombros dos vivos (BENJAMIN, W., 1987: p.208-209). É o narrador o elo de ligação entre o passado e o presente, entre natureza e cultura; tal qual a deusa da memória, o autor coloca cada coisa sagrada em seu lugar, a natureza e a cultura que conjugadas sob a forma de uma região – natural e cultural- dão conta da história, acionam uma memória e testemunham “um tempo perdido”.

Nesse drama, o homem não é um coadjuvante, mais um componente de um largo ecossistema: o homem atua como protagonista na relação estabelecida com a natureza, com a qual é firmada uma relação de domínio, de controle dos excessos da natureza tropical. O homem, enquanto fundador da lavoura da cana e criador de valores à *sombra* do sistema monocultor-escravagista, e sua interrelação com cada elemento da natureza (a água, a terra, os

⁵⁵ Sugestão que nos remete a fio condutor de sua argumentação, ou seja, da distinção entre raça e cultura seguindo os preceitos da antropologia culturalista boasiana. A aposta no elemento cultura como ponto chave de sua compreensão sociológica é retomada tanto na explanação das relações raciais, das relações entre homens e mulheres quanto das relações entre cultura e natureza (DaMatta, 2000:p.56; Dimas, 2000:p.299).

animais, as plantas) é o foco da análise que se delineia ao longo de cada capítulo de “Nordeste”; o ímpeto que alinhava a análise é pensar de que forma o sistema social da monocultura da cana imprimiu suas marcas na paisagem da região: marcas de domínio da natureza, de um sistema social marcado pelo desequilíbrio entre homens e entre homens e natureza, mas também marcas do sucesso civilizatório, da formação de uma nova raça marcada pelo não-eroupeísmo dos trópicos, paisagem que materializa um tempo de criação e de harmonia.

Tal qual um grande mural- mural que sintetiza o drama cuja feitura (ou pintura...) se inicia em “Casa-Grande & Senzala” e passa por “Sobrados e Mucambos”- cultura e natureza são imortalizados e traduzidos em memória material.

O mural que Freyre intenta pintar, o drama que intenta contar tem como objeto o passado imponente de Pernambuco. Freyre intenta realinhar os dois tempos, do engenho e da usina, como forma de re-localizar o Nordeste no centro da vida cultural e política da Nação, compensação ao sentimento de decadência moral que acompanha a percepção da decadência econômica e política da região no concerto nacional, tema caro ao debate regionalista.

“Se os engenhos perdiam terreno para as usinas na transição da economia açucareira, cabia aos seus intelectuais garantir a restauração e a defesa dos antigos valores (...)” (D’ANDREA, M., 1992: p.58).

Assim, podemos identificar em “Nordeste” dois momentos distintos do argumento do autor: as loas ao passado vitorioso de conquista da terra e de produção de riqueza pela monocultura da cana e a percepção da decadência, momento em que a crítica ecológica freyreana começa a ser delineada.

É nesse contexto que Freyre nos fala da saudade da harmonia de um tempo perdido. Contudo, não é o “clima de excessos” da civilização da cana (tal como descrevemos na seção anterior) o mote de sua crítica ecológica: “como as ostras que dão pérolas”, foi a monocultura da cana, em seus excessos e deficiências, que deu forma à brasilidade, que deu vida a uma civilização nos trópicos. Como argumenta Araújo (1994), esse “clima de excessos” está longe de ter um significado apenas negativo, como apontamos na seção anterior - implica também familiaridade, proximidade e abundância. Aquilo que rebaixa o

sistema casa-grande e senzala, a monocultura desbragada e a hierarquia, também a redime na proximidade e na harmonia.

O ponto central de sua ecologia é o elogio da harmonia do tempo da casa-grande- é a quebra do equilíbrio entre os extremos de uma sociedade tão desigual que preocupa Freyre quando pensa na perda das tradições. Esse tenso equilíbrio tinha a “casa” como lócus da mistura e da aproximação entre os pólos da ordem patriarcal, do senhor com relação ao escravo, do adulto com relação à criança, do europeu com relação ao trópico. A harmonia entre extremos, ainda que à custa da dominação, da violência e do silêncio, foi a grande jóia da ordem social patriarcal⁵⁶.

Sua crítica ecológica, portanto, não tem como *único* objetivo o futuro (como nas raízes da crítica ecológica contemporânea) pois intenta trazer à tona um passado pleno de “soluções” aos dilemas modernos, aos desajustes entre homem e natureza. A saudade é, portanto, seu “ponto de vista”. A saudade que poetiza, que adoça a desigualdade e a barbárie.

É esse sentido da ecologia de Freyre que a particulariza - aproximando-a da literatura regionalista- e também é esse sentido que a preenche de um conteúdo político (por vezes matizado pelo argumento sensível da arte), isto é, a defesa de uma ordem marcada pela extrema desigualdade.

É a nostalgia de um tempo perdido que materializa na natureza pernambucana os emblemas do sistema casa-grande: são os olhos do poeta que traduzem a matéria bruta em cultura. São os olhos do poeta que adoçam e equilibram as relações entre os extremos de uma sociedade tão desigual. A paisagem é testemunha dos feitos dos colonizadores e, portanto, elogio ao poder e domínio da casa-grande, garantia da concórdia entre homens e entre homens e natureza.

Equilibrando os dois momentos do argumento, o elogio ao sucesso civilizatório e a crítica nostálgica ao que se perde, Freyre em cada ato desse grande drama apresenta o

⁵⁶ É importante ressaltar que o elogio ao tempo da casa-grande não implica uma visão de retrocesso no pensamento freyreano. Freyre, como nos mostra Bastos (2003), discute a decadência do sistema casa-grande inserida num ciclo de vida- a noção de “processo” é fundamental no pensamento freyreano. Ao recusar “ruptura” como idéia suficiente na compreensão dos novos rumos da sociedade, Freyre entende as transformações sociais como parte de “um processo que se estende ao longo do tempo, que não ocorre de forma linear, mas tem a conformação de um labirinto. Sua obra é a reconstrução desses *vaivéns* sinuosos” (Bastos, 2003: p.83-84). Esse mesmo caminho metodológico leva Freyre a pensar nas persistências, ao longo do tempo, de hábitos, costumes e tradições gestados no tempo da casa-grande que são os gabaritos do caráter brasileiro.

sentido em que se transformou a natureza de sua terra (o excesso do trópico, a harmonia dos campos cultivados, a decadência no tempo da usina) e o modo como se cunhou o homem brasileiro.

A forma acabada dessa paisagem da harmonia está presente em duas ilustrações que compõem, respectivamente, *Casa-Grande & Senzala* (1933) e “Nordeste” (1937): o “triângulo rural casa - capela – engenho” de autoria de Manoel Bandeira datada de 1937 e que consta já na primeira edição de “Nordeste”, e o a “Casa-Grande do Engenho Noruega Antigo Engenho dos Bois” datado de 1933 de autoria de Cícero Dias (a quem Freyre dedica a obra “Nordeste”) que consta como ilustração da obra *Casa-Grande e Senzala*. Essas ilustrações são as imagens materializadas do drama narrado por Freyre: os murais no quais Freyre desejava ver retratado o drama da formação da Nação.

Essas ilustrações são como miniaturas da nação, o Brasil em microcosmos, “modelos reduzidos” (LÉVI-STRAUSS, C., 1997) da história da formação da nação narrada por Freyre. E quais as vantagens metodológicas do modelo reduzido? A primeira vantagem é a visão totalizante que tal ponto de vista oferece:

“quanto menor o objeto, menos temível parece sua totalidade; por ser quantitativamente diminuído, ele nos parece qualitativamente simplificado. Mais exatamente, esta transposição quantitativa aumenta e diversifica nosso poder sobre um homólogo da coisa; através dela, este pode ser tomado, sobepesado na mão, apreendido de uma só mirada” (LÉVI-STRAUSS, C., 1997: p.39).

Ao diminuir, simplifica-se e enxergamos. Dessa proposição, vejamos a segunda vantagem do “modelo reduzido”: ele é sempre uma construção e “mais que isto, feito à mão” (LÉVI-STRAUSS, C., 1997: p.39) tal qual uma obra de arte (um grande e imponente mural...), uma narrativa épica. Uma narrativa que reconta a história do país de um determinado ponto de vista, o da “velha ordem”, o da defesa da tradição.

Natureza e homens - cada um tem seu lugar do drama da nacionalidade que Freyre nos conta. Vejamos como se constrói esse drama retratado nesses dois murais.

Capítulo 6

As paisagens pernambucanas

“Os lugares estão sempre aí em si, para confirmar”

(João Guimarães Rosa)

Antes de olharmos para as ilustrações, conheçamos um pouco os artistas: Manoel Bandeira e Cícero Dias. Manoel Bandeira (com “o” para diferenciá-lo do poeta, como escreveu Freyre) nasceu no Engenho Limoeirinho, no município de Escada, Estado de Pernambuco, no dia 2 de maio de 1900. Ingressa em 1912 no Liceu de Artes e Ofícios do Estado quando começa sua carreira profissional como desenhista e pintor. Nas décadas de 1920 e 1930, colabora em inúmeros periódicos importantes na região, dentre os quais a “Revista do Norte” e “A Província” o que lhe angaria um reconhecimento considerável na elite pernambucana. Colabora em algumas obras de Freyre dentre as quais destacamos os trabalhos que compõem “Sobrados e Mucambos”, “Nordeste”, “Açúcar” e “Olinda- 2º Guia Prático, Histórico e Sentimental de Cidade Brasileira” (3ª edição). O pintor morre em 3 de março de 1964; três anos mais tarde, o Governo do Estado de Pernambuco publica parte de sua extensa obra no intitulado “Desenhos de Manoel Bandeira”⁵⁷.

Cícero Dias nasce no dia 05 de março de 1907 em um engenho: o engenho Jundya também localizado no município de Escada. Em 1920, Cícero muda-se para o Rio de Janeiro; é nessa cidade, em meados da década de 1920, que o autor tem uma convivência intensa com os modernistas cariocas narrada em seu “Cícero Dias: os anos 20” (1993). Em 1932, volta para Recife e se torna muito próximo de Gilberto Freyre- na onda dos regionalistas tradicionalistas, sua permanência em Recife transformou-se em um momento de íntima relação com a sua terra e seu povo. Gilberto Freyre foi seu estímulo nesse esforço de recuperar seu tempo de menino criado em engenho e com ele manteve uma relação profícua de colaboração: seus trabalhos são parte do “Livro do Nordeste” (1925), de “Casa-Grande & Senzala” (1933), “Região e Tradição” (1941); Cícero Dias participa ativamente

⁵⁷ Informações retiradas de www.fundaj.gov.br (data da coleta: 18/08/2008). Talvez por ser um artista pouco conhecido no restante do país, não encontrei muitas informações sobre Bandeira. O contrário ocorreu com Dias que conta com algumas obras publicadas (Dias, 1993, por exemplo).

do 1º Congresso Afro-Brasileiro em 1934 (LARRETA e GIUCCI, 2007: p.505), do qual também tomou parte Manoel Bandeira. Morre em 28 de janeiro de 2003, em Paris.

Ambos os artistas, cada um a seu modo (Bandeira mais próximo dos católicos pernambucanos; Dias envolvido intimamente com o clima de desregramento do modernismo), estavam envolvidos com o movimento regionalista nordestino das décadas de 1920 e 1930- ambos estavam imbuídos do espírito da defesa da região apregoado por Freyre. Na análise que desenvolveremos das ilustrações, o que levaremos em conta é o diálogo da obra de Freyre, da escrita, com as peças dos pintores, as imagens que compõem as obras do autor⁵⁸. Ao tomar as ilustrações como “modelos reduzidos” das propostas freyreanas não queremos sugerir uma relação rígida entre os trabalhos dos artistas e a obra de Freyre: as imagens são “modelos reduzidos” na medida em que nos ajudam a captar, primeiro, a ambiência de idéias no período em que Freyre elabora “Nordeste” (referimo-nos à idéia de natureza como “paisagem” e a especificidade da crítica ecológica de Freyre) e, também, a compreender de que modo natureza e cultura se entrelaçam a temas fundamentais do pensamento do nosso autor.

Olhemos para as ilustrações. Em ambas as obras, a paisagem nem de longe é aquela da exuberância da mata tropical, tal como os primeiros colonos a encontraram quando aportaram na nova terra. Tanto no “Triângulo rural...” (**Fig.6**) de Manoel Bandeira quanto no “Casa-Grande do Engenho Noruega...” (**Fig.7**) de Cícero Dias a paisagem rural e sua natureza domesticada são os motes das ilustrações.

E como eram as condições físicas ao tempo do primeiro contato? “Tudo era aqui desequilíbrio. Grandes excessos e grandes deficiências as da nova terra” (FREYRE, G. 2006: p.77). Embora o clima não seja o “senhor-todo-poderoso de antigamente” (FREYRE, G. 2006: p.76), é impossível desconsiderar o obstáculo que a exuberância da natureza

⁵⁸ Há indicações da orientação (quicá colaboração) de Freyre na confecção das ilustrações que serão objeto de análise nessa seção; na 51ª edição da obra “Casa-Grande & Senzala”, há um esboço de autoria de Gilberto Freyre da casa-grande do “Casa-Grande Noruega Antigo Engenho dos Bois”. Nosso objetivo não é explorar os possíveis diálogos entre Freyre e os pintores ou as artes plásticas regionalistas; como componentes imagéticos da obra de Freyre, acreditamos que a análise iconográfica dessas obras seria esclarecedora especialmente no tocante ao tema “paisagem”: nas peças, fica claro que a natureza em conjugação com o humano narram uma história, acionam uma memória.



Fig. 6- Manoel Bandeira: “Triângulo rural do Nordeste: casa, engenho e capela” (1937)
Nanquim sobre papel
Fundação Gilberto Freyre, Recife- PE
Fonte: Freyre, Gilberto. “Casa-Grande & Senzala”, 51ª edição, 2006.

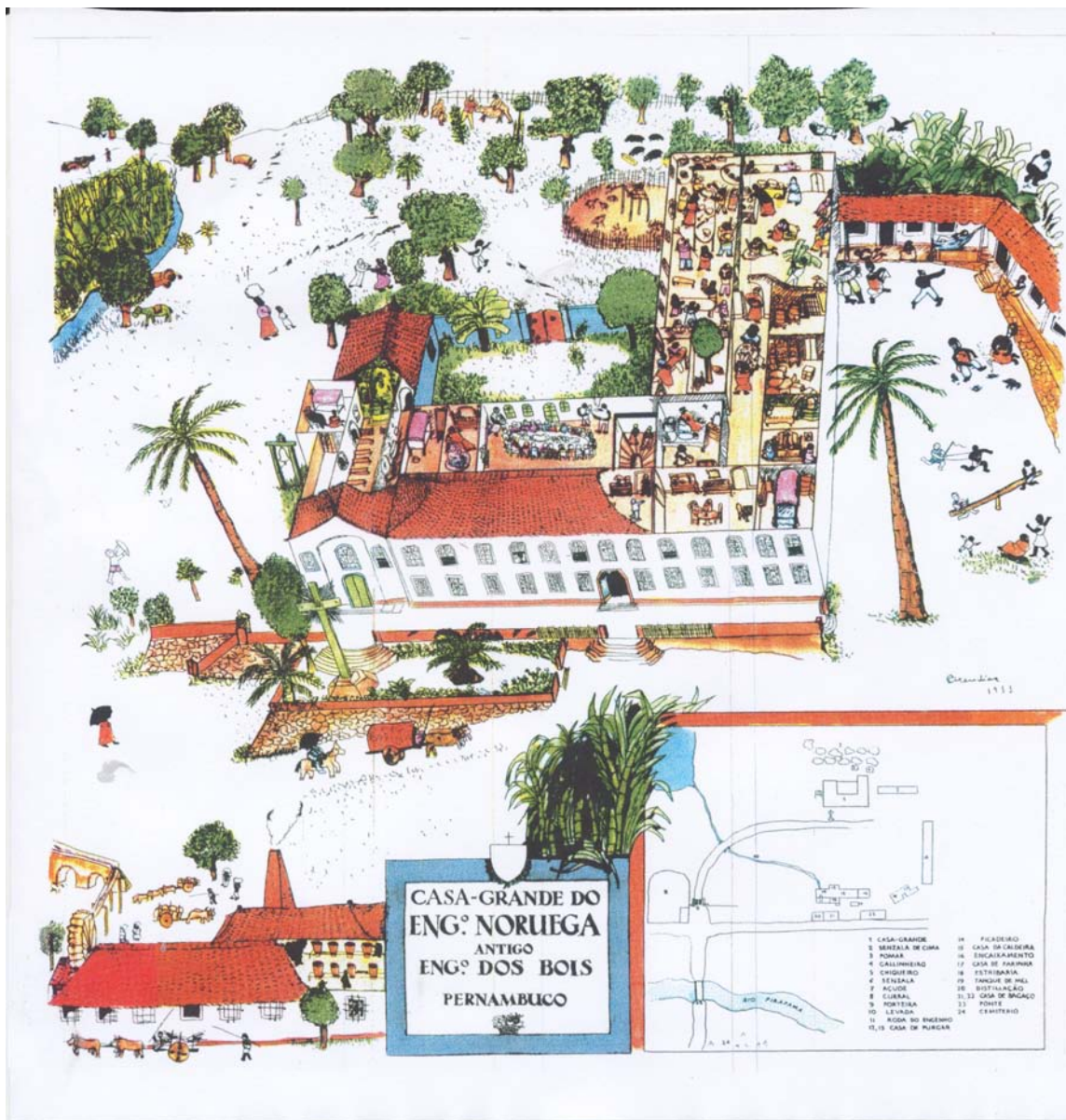


Fig. 7- Cícero Dias: “Casa-Grande do Engenho Noruega, Antigo Engenho dos Bois” (1933)

Aquarela sobre papel

Fundação Gilberto Freyre, Recife- PE

Fonte: Freyre, Gilberto. “Casa-Grande & Senzala”, 51ª edição, 2006.

tropical representou aos primeiros esforços civilizatórios, argumenta o autor. Uma natureza rude, um

“clima irregular, palustre, perturbador do sistema digestivo; clima na sua relação com o solo desfavorável ao homem agrícola e particularmente ao europeu, por não permitir nem a prática de sua lavoura tradicional regulada pelas quatro estações do ano nem cultura vantajosa daquelas plantas alimentares a que ele estava desde há muitos séculos habituado” (FREYRE, G., 2006: p.76).

Da terra do novo continente, nos fala Freyre de sua distância da terra portuguesa,

“o solo excetuadas as manchas de terra preta ou roxa, de excepcional fertilidade, estava longe de ser o bom de se tudo plantar nele tudo o que se quisesse, do entusiasmo do primeiro cronista. Em grande parte, rebelde à disciplina agrícola. Áspero, intratável, impermeável” (p.77).

O português, frente às agruras da nova terra, teve de adotar nova dieta alimentar, conceber outro sistema de lavoura diferente daquele doce trabalho de jardim das terras portuguesas. Os rios, instáveis e caudalosos, se soergueram como obstáculos à regularidade da lavoura. “Enchentes mortíferas e secas esterelizantes”- tal eram as condições do regime de águas à lavoura (FREYRE, G. 2006: p.77). O regime de chuvas, outro empecilho - a grande umidade da nova terra era criadouro de larvas, insetos e vermes nocivos aos homens.

Esses pequenos seres que se multiplicam e tomam conta das sementes que o homem planta, das casas que edifica, dos arquivos e bibliotecas que organiza, são as formas perniciosas da vida animal tropical, inimigas de toda cultura agrícola organizada e de todo trabalho regular e sistemático.

Em condições físicas tão desafiadoras, não se compreendia forma de exploração da nova terra, argumenta Freyre, que não fosse a da pura extração da riqueza. O embate natureza/sociedade toma sentido “militar”: à natureza de excessos, a resposta só pode ser o excesso e Freyre nos fala da indispensabilidade do sistema monocultor escravagista e patriarcal da cana-de-açúcar.

“As condições físicas da parte da América que tocou aos portugueses exigiram dele um tipo de colonização agrária e escravocrata. Sem a experiência moura, o colonizador teria

provavelmente fracassado nessa tarefa formidável. Teria fracassado, impotente para corresponder a condições tão fora da sua experiência propriamente européia” (FREYRE, G., 2006: p. 285).

Ao cenário de desequilíbrio do primeiro contato da gente do reino com o clima e a exuberância das formas vivas americanas sobrepõe-se a paisagem rural pernambucana cuja marca distintiva é a cultura da cana-de-açúcar. A cana modifica a paisagem natural e social do Nordeste: do excesso da natureza selvagem à harmonia dos campos cultivados, essa é o sentido que toma a paisagem do Nordeste açucareiro, sentido narrado na obra “Nordeste”. A monocultura da cana assumiu a forma acabada desse sistema de criação de novos valores- a monocultura da cana é o símbolo do embate natureza/sociedade e da vitória do europeu nos trópicos. No artigo “Algumas notas sobre a pintura do Nordeste do Brasil” publicado em “Região e Tradição” (1941), as ressalvas que Freyre faz à pintura de paisagens de Jeronymo José Telles Júnior (1851-1914) referem-se à predominância da natureza física (as matas, especialmente) em detrimento da paisagem humanizada que tão bem caracteriza a obra de Frans Post.

As pinturas de Telles Junior, nos diz Freyre (1941), parecem mais registros produzidos para um compêndio de geografia física: o verde da Zona da Mata é o que particularmente interessa ao pintor como marca da pernambucanidade. “O elemento humano local, animador dessa paisagem de mata”, o artista deixou de lado em sua pintura excessivamente descritiva. O olhar do holandês, ao contrário, é sensível aos elementos que dão movimento, “alma” à paisagem nordestina- a indústria da cana, em lugar da natureza tropical, é a marca humana da paisagem; o triângulo rural (a casa, a capela e o engenho) é a materialização do sucesso do homem nos trópicos e registro de um tempo de concórdia.

Esse tema é retomado nas duas ilustrações que apresentamos: o triângulo rural é apresentado na obra de Manoel Bandeira de forma mais clara que o “Casa-Grande do Engenho...” de Dias, no qual a casa, em seus pequenos detalhes, é o foco da ilustração. Como resume Freyre,

“Esses triângulos logo se tornaram clássicos: engenho, casa-grande (com senzala) e capela. Eles foram quebrando as linhas virgens da paisagem, tão cheia de curvas às margens dos rios, mesmo quando povoada de tabas de caboclos. E introduzindo, nessa paisagem desordenada, aqueles traços novos de ordem e regularidade. A geometria da colonização agrária” (FREYRE, G., 1989: p. 54).

O mote central de ambas as ilustrações é a vida harmoniosa do cotidiano: paisagem e humano são vozes tão orquestradas na narrativa de modo que se misturam, parecem feitos da mesma substância, dotados do mesmo ritmo, operando segundo a mesma fisiologia. Ritmo lento do calor dos trópicos, do ócio e da lascívia dos senhores numa sociedade escravocrata.

Se a cana é marca da civilização é também marca da desigualdade. O elogio da harmonia por vezes ameniza as relações desiguais, mas não as esconde:

“A cultura da cana aristocratizou o branco em senhor e degradou o índio e principalmente o negro, primeiro em escravo, depois em paria. Aristocratizou a casa de pedra e cal em casa-grande e degradou a choça de palha em mucambo. Valorizou o canavial e tornou desprezível a mata” (FREYRE, G., 1989: p.89).

Cada um tem seu lugar na ilustração: a natureza selvagem contida nas matas, os escravos no eito, os senhores sobre cavalos e as senhoras no interior da casa. As ilustrações obedecem à fisiologia de uma sociedade de lugares bem marcados, senhores de um lado, escravos do outro com um pequeno espaço para confraternização- a capela- esse controlado pelo olhar do *pater familias*. Tudo regido - natureza, casa, capela e engenho - pela mão forte, mas segura, do senhor branco.

A despeito das desigualdades brutais que caracterizam uma sociedade escravocrata, no cotidiano estão todos juntos, senhores e escravos vivem em ritmo harmonioso: os primeiros, no ócio, os segundos no trabalho. Essa situação desigual, embora seja declarada, é amenizada pelo ambiente de confraternização no interior da casa. Na casa, as distâncias são encurtadas, o amargo da escravidão é adoçado pela doçura do açúcar, pela lubricidade das relações entre senhor e escravo, pelo maternalismo da sinhá, pelos cuidados da ama negra, pelo menino branco, elos de ligação entre a “casa” e a “senzala”, o branco e o negro, entre os extremos de uma sociedade tão desigual.

Essa ambiência democrática e harmoniosa é facilmente percebida na ilustração de autoria de Cícero Dias muito mais rica em figuras humanas e, portanto, plena dos contrastes que caracteriza o ambiente de excessos da casa-grande⁵⁹. Excessos, mas equilibrados,

⁵⁹ Ao tecer comentários sobre a obra de Cícero Dias, Freyre o caráter original e sensualista de suas obras, seu “sur-nudisme” uma sensibilidade muito própria ao clima de excessos que outrora caracterizou o sistema casa-grande: “(...) toda essa massa, todo esse mundo pernambucano, toda essa riqueza brasileira, rural, patriarcal de antagonismos que no íntimo se compreendem e fraternizam - casa-grande e senzala, senhor e

harmonizados. O olhar do artista é facilmente identificável na forma como os personagens e cenário são dispostos e no modo como o drama é narrado; cada um tem seu lugar na peça - negras e negros na lida, homens brancos no alto do cavalo ou na cabeceira da comprida mesa de jacarandá, as sinhás recolhidas no interior dos aposentos - e a casa atrai todas as atenções; a casa é o foco de toda a ilustração bem como da interpretação freyreana da formação nacional.

Tomamos, então, a casa e sua relação com os demais elementos do triângulo rural (a natureza, a capela e o engenho) o guia da análise que empreenderemos das ilustrações.

1- A Casa

A casa tem centralidade em ambas as ilustrações- naquela de Cícero Dias o cotidiano da casa é o foco da atenção do artista. O mesmo peso que a casa tem em ambas as ilustrações também desfruta no pensamento freyreno. “Sempre eco, isto é, casa” (FREYRE, G., 2004: p.52) - dessa forma Freyre resume seu método de análise; a casa é o ponto de partida de sua interpretação sobre a formação da família brasileira.

Diz-nos Freyre que a sociologia regional ou ecológica tem uma especialização particular no estudo da casa ou da habitação humana (FREYRE, G., 1967: p.467). E a tem porque a cada tipo de habitação corresponde um tipo de homem e uma conformação natural. A casa, enquanto objeto de estudo da sociologia regional, é “boa para pensar” porque é a síntese de uma formação natural e cultural específicas.

É a casa que estabelece o laço histórico e metodológico entre as obras “Casa-Grande & Senzala” e “Sobrados e Mucambos”; a casa-grande e o sobrado são os campos a partir dos quais o autor percebe as transformações e, especialmente, as permanências de modelos de comportamentos, de hierarquias, de valores e, sobretudo, de relações sociais. A casa é um índice da persistência de uma forma particular de relação entre natureza e cultura e entre

escravo, sala de visita e bagaceira, branco e preto, carnaval e Sexta-Feira da Paixão, azul e encarnado - *tudo isso, esses contrastes, tem de ser experimentados e compreendidos à Inácio de Loyola - isto é, pelos sentidos, para se compreender se sentir toda a pintura extraordinária de lirismo e sensualidade de Cícero Dias [grifo meu].* As coisas, as pessoas, os animais que ele tira do lugar em que Deus os colocou certo para recolocá-los diferente, num errado, às vezes pujante de poesia, não perdem nunca a sua marca de origem pernambucana, o carimbo da agência postal de Escada ainda que com a data difícil de se ver, borrada. Mil novecentos e ... Impossível ver o resto” (FREYRE, G. 1933 b: sem indicação de página).

culturas. A casa, tomada como “estilo social de habitação”, é acima de tudo isto, o símbolo da perenidade dos valores patriarcais e familistas.

A grande novidade da colonização portuguesa, como argumenta Freyre, foi a criação de uma nova forma de relação do europeu com o trópico: da pura extração de riqueza (mineral ou vegetal), do contato fortuito do colono com o meio e com a gente, para a criação *local* de riqueza que tinha na vida rural modelo de permanência e enraizamento da gente na terra.

“A partir de 1532, a colonização portuguesa do Brasil do mesmo modo que a inglesa da América do Norte e ao contrário da espanhola e da francesa das duas Américas, caracteriza-se pelo domínio quase exclusivo da família rural ou semi-rural. Domínio que só o da Igreja faz sombra, através da atividade, às vezes hostil ao familismo, dos padres da Companhia de Jesus.

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador do Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal reina sem reinar” (FREYRE, G., 2006: p. 80-81).

Foi a família, tendo a frente o homem branco, o elemento ativo na criação de novos valores na nova terra; como uma miniatura, a casa é a síntese dos elementos que levaram a vitória do português frente ao desafio do trópico, síntese dos valores perenes da “brasilidade”:

“A casa grande não foi nenhuma reprodução das casas portuguesas, mas uma expressão nova, correspondendo ao nosso ambiente físico e a uma fase surpreendente, inesperada, do imperialismo português: suas atividades agrária e sedentária nos trópicos; seu patriarcalismo rural e escravocrata. Desde esse momento que o português (...) tornou-se luso-brasileiro; fundador de uma nova ordem econômica e social; o criador de um novo tipo de habitação” (FREYRE, G., 2006: p.37).

A casa é símbolo da autonomia política-econômica da família patriarcal frente ao Estado e a Igreja, do poder absoluto do senhor sobre a natureza e homens. A paisagem natural e social do país está marcada pela presença majestosa dessas casas de pedra e cal, símbolo da estabilidade do empreendimento português (de sua “colonização vertical”) em contraposição a mobilidade do bandeirante paulista que em sua “colonização horizontal” alargou as fronteiras rumo ao interior do continente e tão pouco se preocupou com a fixação humana. O bandeirante tem pernas, e o senhor de engenho tem raízes, poderíamos pensar, e são estas

raízes que conformam a alma, aquilo que particulariza, que enriquece a cultura brasileira. É no interior da casa que se conformam os caracteres que particularizam, que *abrasileiram* a formação social e cultural que aqui tomou viço no século XVI pelas mãos dos portugueses.

As ilustrações nos orientam nesse sentido - é a partir da casa que o mundo público é organizado; a casa como um corifeu é o ponto a partir do qual os demais elementos do sistema - a capela, o engenho, a natureza - são organizados. O familismo e o patriarcalismo ultrapassam as cercanias da casa e determinam o arranjo dos demais elementos na figura, no mundo público.

É na casa-grande que os valores mais caros ao caráter brasileiro, o familismo e o privatismo, foram gestados; é no interior da casa que os excessos da monocultura escravocrata da cana forma amolecidos, adoçados, equilibrados. Ao domínio militar da terra, da mata e da gente, contrapôs-se a proximidade e a intimidade, gestadas no interior da casa, entre desiguais.

A casa é o *locus* da miscigenação, do amolecimento das relações tão rígidas que dividem aquele mundo em duas metades antagônicas, o senhor e o escravo; o homem e a mulher; o adulto e a criança; o europeu e a mata. Da ambiência de excessos que caracteriza a casa, o de natureza sexual pode ser tomado como o maior elo de proximidade entre a casa e a senzala, a casa e a mata.

Freyre, numa nota a um capítulo, nos chama a atenção para os significados que o verbo comer assume no Brasil: o convencional, de alimentar-se, e do intercuro sexual (FREYRE, G., 2006: p.357, nota 125). Em outra passagem, o autor reafirma a associação entre sexo e culinária.

“Na culinária brasileira surpreende-se estímulos ao amor e à fecundidade. Mesmo nos nomes de doces e bolos de convento, fabricados por mãos seráficas, de freiras, sente-se às vezes a intenção afrodisíaca, o toque fescenino a confundir-se com o místico (...) Não podendo entregar-se em carne a todos os seus adoradores, muitas freiras davam-se a eles nos bolos e caramelos. Estes adquiriam uma espécie de simbolismo sexual (...) E é curioso o fato de chamar-se de “dinheiro para comprar bolo” o que dão certos brasileiros aos filhos rapazes, em idade, segundo eles, de conhecer mulher” (FREYRE, G., 2006: p. 330).

A culinária toma ares sensualistas tanto quanto a paisagem; o torpor, o ritmo lento, o tempo de apuro do doce, o tempo do açúcar queimando no tacho, o tempo da espera pela

colheita- a pachorra reinante no interior da casa se ajusta ao calor dos trópicos que desperta as sensações mais lúbricas nos homens.

Nesse ambiente de intoxicação sexual, são as mulheres os elementos mediadores entre os extremos. Servindo- se de seus corpos (alimento da luxúria) ou de suas mãos (para satisfazer a gula), o senhor teve na mulher – índia, negra e a branca-sinhá- um efeito compensador à sua rigidez e brutalidade de dono da terra e da gente.

A culinária pernambucana, como metáfora da mistura de raças e culturas, é prova dessa aproximação entre os elementos nativos e os estrangeiros, dessa mistura equilibrada entre as culturas indígenas, as negras e a portuguesa, da aproximação do europeu da terra. As índias e as negras, nesse sentido, tiveram um papel de destaque: trouxeram para dentro da casa, vegetais, frutas, animais, ervas, alimentos desconhecidos da gente portuguesa. Apresentaram outras tantas técnicas de preparo de alimentos estranhos ao europeu e, assim, constituíram-se em elementos indispensáveis ao processo de adaptação do branco ao novo clima.

Na ilustração de Dias, vemos uma cena interessante na cozinha. Das duas ilustrações, é a única cena em que um branco, uma mulher especificamente, trabalha na companhia de negras; a única cena em que não há distância entre os que trabalham e aqueles que desfrutam do ócio. A cozinha é o espaço da proximidade, uma tal aproximação que amaina a divisão nuclear dessa sociedade entre senhor e escravo. A cozinha é lugar onde as culturas são misturadas literalmente e o resultado materialmente apresentado: a cultura brasileira cuja fórmula perfeita é a cultura pernambucana que tempera de forma equânime traços das três matrizes culturais que conformam a alma brasileira, a índia, a negra e a branca.

A mulher negra, especialmente, teve um lugar de destaque no processo de amolecimento da rigidez do sistema casa-grande.

“A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos- amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos mas o de pessoas de casa. Espécie de parentes pobres nas famílias européias. À mesa patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Moleques de estimação” (FREYRE, G., 2006: p.435).

No trabalho doméstico e no cuidado da casa, a protagonista era a mulher negra, a mucama. Na ilustração de Bandeira, das seis mulheres que se encontram no interior do átrio

da casa, quatro são negras; estas trabalham: carregam balaios, cuidam de crianças, lavam roupas. No espaço da senzala, há outras três negras que também trabalham, cada uma dedicada a atividades distintas. No “Casa-Grande do Engenho Noruega”, há uma quantidade muito maior de negras do que brancas no interior da casa e o movimento e o ritmo de festa, retratado na ilustração, é promovido pelas negras que desempenham um sem número de funções.

Dentre essas, o cuidado das crianças; em ambas as ilustrações, as crianças estão posicionadas ao lado das negras. Foram as negras que contrabalançaram o despotismo do pai com relação ao filho dando de mamar; amaciando a comida do menino em suas próprias bocas; ensinando a falar; iniciando o menino nos prazeres do amor. A negra amoleceu (pelo doce de seus quitutes; pelo cuidado amoroso dispensado ao menino branco; pelo intercuro sexual com o senhor) as relações rijas entre a casa e a senzala, o adulto e a criança, o homem e a mulher, a casa e a mata.

As violentas relações entre senhores e escravos não foram tão duras quanto aquelas do restante do país⁶⁰ ou da América Hispânica⁶¹: nos engenhos do Nordeste, foram amolecidas pelo óleo lúbrico da miscigenação; o intercuro sexual entre senhor e mulata aproximou os dois extremos dando vida ao elemento característico da brasilidade, o mulato. A miscigenação, em seus efeitos nefastos (a instabilidade psicológica do indivíduo que “não é nem uma coisa, nem outra”⁶²) e positivos (a adaptabilidade à natureza e a plasticidade do caráter), tem sua materialização no mestiço, o tipo social brasileiro.

⁶⁰ “Estas [as relações entre senhores e escravos] tudo indica que foram mais doces nos engenhos- sobretudo nos grandes, onde os escravos eram numerosos e passavam de pai a filhos- do que nas minas, do que no Pará, do que entre os Paulistas. No Nordeste do açúcar, mais do que nas minas ou em São Paulo, o escravo se especializou na figura do negro fiel, capaz de dar a vida pelo seu branco. Na figura da mãe-preta. Da mucama quase pessoa da casa. Do malungo quase membro da família” (FREYRE, G., 1989: p.121).

⁶¹ “A ideologia libertária da Revolução francesa e da Revolução americana chegou aos dois sistemas escravocratas- o das Antilhas e o do Brasil- pelos meios mais surpreendentes e mais sutis. No Brasil, até por intermédio dos padres. Mas sem encontrar nunca entre nós ambiente tão favorável ao ódio do escravo contra o senhor, do preto contra o branco, como o que encontrou naquela outra parte da América, onde a monocultura do açúcar igualmente separara a população em senhores e escravos: mas escravos e senhores mais distanciados socialmente do que no Nordeste do Brasil.

O motivo para essa diversidade de ambiente, já se disse que foi principalmente a doçura maior do português com relação à gente de cor; o hibridismo em que se abrandou tão cedo a colonização do Brasil (...)” (FREYRE, G., 1989: p.125).

⁶² “Mas aqui insistiremos o que já sugerimos em trabalho anterior sobre certos aspectos da miscigenação que se relacionam mais intimamente com a formação social do Brasil: muito do que se atribui à miscigenação resulta da situação do desajustamento psicológico e social- desajustamento de classe e, até certo ponto, de raça (principalmente pela persistência de evidências de raça ligadas aos traços de classe)- em que se encontra o mestiço. A lealdade, a conformidade e a constância de subordinados não são qualidades que se possa esperar

A casa como *loci* da miscigenação é lugar da mulher por excelência. No átrio da casa é que se dá a reprodução da vida e a mulher está no centro da vida doméstica. Só há mulheres – em sua maioria negras- no átrio da casa; os homens, tanto os negros como os brancos, concentram-se no restante da ilustração, fora da casa, no mundo do trabalho, no mundo público.

No patriarcalismo brasileiro, “o homem foi o elemento móvel, militante, renovador; a mulher, o conservador, o estável, o da ordem” (FREYRE, G., 2004: p.217). Ao homem, o mundo público, o cavalo, as pernas; a mulher, a casa, arredondando-se na cozinha.

Tanto no “Triângulo rural” quanto no “Casa-Grande do Engenho Noruega”, o lugar da mulher branca está claramente marcado: o interior da casa. Na peça de Bandeira, as duas mulheres brancas que aparecem na ilustração estão no interior da casa e são quase imperceptíveis ao observador: uma quase escondida numa janela do lado esquerdo da casa, outra no alpendre observando o trabalho das negras no terreiro. No “Casa-Grande do Engenho Noruega”, as mulheres brancas retratadas localizam-se no interior da casa, mas não na sala: na cozinha, no altar, no quarto. Há apenas uma senhora numa janela, quase imperceptível à primeira vista. As mulheres que compartilham o espaço da sala de jantar com os homens são as negras.

As senhoras viviam em sistema de “semi-reclusão oriental”; a poucas era dado o direito de aprender a ler e a escrever; sua vida estava restrita ao ambiente doméstico. As mulheres envelheciam depressa; cita Freyre um viajante:

“Resultado, decerto, dos muitos filhos que lhes davam os maridos; da vida amorosa; banzeira, moleirona, dentro de casa; do fato de só saírem de rede e debaixo de pesados tapetes de cor.

(..)

Mulheres sem ter, às vezes, o que fazer. A não ser dar ordens estridentes aos escravos; ou brincar com papagaios, sagüis, molequinhos. Outras porém preparavam doces finos para o marido; cuidavam dos filhos. As devotas, cosiam camisinhas para o Menino Jesus ou bordavam panos para o altar de Nossa Senhora” (FREYRE, G., 2006: p.432).

que existam num elemento social e psicologicamente flutuante, indeciso e insatisfeito como é geralmente o mestiço, no mesmo grau em que existe no índio puro e principalmente no negro retinto” (FREYRE, G., 1989: p. 158).

O patriarcalismo que atribui um lugar específico à mulher também o atribui ao menino: quando pequeno sempre ao lado de sua mucama, adorado como “menino-anjo” (FREYRE, G, 2004: p.178), como retratado especialmente na ilustração de Bandeira; quando “menino diabo”, o terreiro, o pomar, a senzala são seus espaços (FREYRE, G., 2004: p.178-180); são esses os locais nos quais o menino ensaia seu furor despótico: matando passarinhos, fustigando o “menino-leva-pancadas”, matando o desejo de mulher com uma vaca, aos fundos do pomar, cenas retratadas na ilustração de Dias.

Essa rija hierarquia no interior da casa convive com o clima de festa descrito, especialmente, na ilustração de Dias. A *hybris* que caracteriza o mundo da casa, como descrita por Araújo (1994), está claramente exposta nessa figura: os excessos se contrabalançam provendo à ilustração um sentido de harmonia, de equilíbrio. O sentido degradante do trabalho escravo é amenizado pelo clima de festa no interior da casa; na sala de jantar, numa ampla mesa de jacarandá (símbolo do caráter receptivo da casa, que nos primeiros tempos do Brasil fazia as vezes de “residência, igreja, colégio, botica, hospital, hotel, banco”), os convidados se regalam com os quitutes preparados na atribulada cozinha enquanto se divertem com a música de negros; na senzala, um outro grupo de negros toca instrumentos e embala o sono de um velho negro numa rede (lembremo-nos do negro e sua flauta da obra “Carro de boi” de Post); ainda na senzala, meninos brancos brincam com alguns negrinhos (na gangorra, no chão) e um outro sinhozinho brinca com seu “menino-leva-pancadas”, algo como um bichinho de estimação no qual o menino exercitava, já em sua infância, seus ímpetos despóticos; próximo à beira do rio, um casal se ama intensamente. Toda essa ambiência de proximidade envolve a todos indistintamente- senhor e escravo, homem e mulher, adulto e criança desfrutam do cotidiano prosaico da vida de engenho.

Não é o ócio molengo dos senhores e das sinhás a fonte do ritmo vivo e pulsante retratado na casa. São os negros e as negras os elementos vivos da ilustração. A música dos negros, a cozinha abarrotada de gente trabalhando para bem servirem aos convidados - é o escravo, em suas mais diferentes atividades, o coração do sistema.

É interessante notar como a condição animalesca dos escravos é diminuída frente à constatação do papel ativo do negro na conformação da civilização do açúcar.

“Foi ainda o negro quem animou a vida doméstica do brasileiro de sua maior alegria. O português, já de si melancólico, deu no Brasil para sorumbático, tristonho; e do caboclo nem se fala: calado, desconfiado, quase um doente na sua tristeza. Seu contato só fez acentuar a melancolia portuguesa. A risada do negro é que quebrou toda essa “apagada e vil tristeza” em que se foi abafando a vida nas casas-grandes.

(...)

Nos engenho, tanto nas plantações como dentro de casa, nos tanques de bater roupa, nas cozinhas, lavando roupa, enxugando prato, fazendo doce, pilando café; nas cidades, carregando sacos de açúcar, pianos, sofás de jacarandá de ioiôs brancos - os negros trabalharam sempre cantando: seus cantos e trabalho, tanto quanto os de xangô, os de festa, os de ninar menino pequeno, encheram de alegria africana a vida brasileira. Às vezes de um pouco de banzo: mas principalmente de alegria” (FREYRE, G., 2006: p.551).

Contudo, a essa ambiência de proximidade e intimidade, somava-se a brutalidade - proximidade ainda que sádica, intimidade cuja marca era o domínio do senhor sobre seu objeto de prazer. “Flagelando-se, mas com açúcar na boca” (FREYRE, G., 2006: p.116) essa parece ser a lógica do equilíbrio entre os extremos de uma sociedade tão desigual.

A ilustração de Dias nos dá conta dessa faceta do sistema casa-grande. O menino-leva-pancadas é um exemplo desse doce equilíbrio: a brincadeira tem o chicote como elemento lúdico. A cena, aos fundos do pomar, de garotos “brincando” com uma vaca nos conta algo nesse sentido; o furor lúbrico do branco, que outrora aproxima a casa da senzala, não conhece limites na escolha de seu objeto de satisfação: a mulher - sinhá ou mucama- os animais ou as plantas (FREYRE, G., 2006: p.455). Numa sociedade de lugares tão marcados, a vaca e a mulher encontram-se no mesmo nível, todos sob o jugo do homem branco, natureza e cultura.

2- A Casa e a paisagem natural.

No “Triângulo rural”, o primeiro ponto a notar é o horizonte curto da ilustração e a sensação de que o observador entra num mundo restrito, um espaço salvaguardado do mundo público. Esse horizonte restrito é flagrante na peça de Dias na qual a casa é foco da atenção do artista; a casa como um mundo de segurança e harmonia.

Na figura de Bandeira, o horizonte limitado ao triângulo expressa o olhar do senhor de engenho que do alto, tendo como ponto de vista a casa, observa cada elemento em seu lugar: a capela sob seu poder; os escravos negros, limitados ao mundo do trabalho (o engenho e as

cercanias da casa) sob seu jugo; as mulheres e as crianças, restritas ao ambiente doméstico, sob seu domínio; as negras, na lida doméstica, para seu usufruto.

No “triângulo...”, o horizonte curto (as nuvens densas fecham mais e mais a linha do horizonte) reforça esse estreitamento da visão de mundo: o mundo da casa invadindo e dando conta do mundo público. As montanhas surgem como muros que cercam o triângulo estreitando a visão do observador de modo que o mundo a ser conhecido está restrito ao limite do triângulo. Não há aves no céu como se a paisagem estivesse contida numa redoma de vidro - não é possível vislumbrar outros, campos, outros céus, outra paisagem, outro modo de vida. Esse estreitamento da visão é total no “Casa-Grande...”; não há horizonte na ilustração e o olhar do observador se encerra no espaço cercado da casa.

A distância entre a mata e a casa, na ilustração de Bandeira, também nos conta algo: não há caminhos que interliguem a mata à casa, ao engenho ou à capela. Os caminhos localizados fora do triângulo casa-capela-engenho levam a nenhum lugar (desaparecem no horizonte) ou se encaminham à Mata (estes, entretanto, não partem do centro do triângulo, eles apenas o tangenciam) o que nos remete àquela sensação de horizonte curto - a visão oferecida ao observador está restrita ao triângulo.

Nas ilustrações, percebe-se a clara divisão entre o mundo da casa e o mundo externo - uma série de elementos marca as fronteiras entre os dois mundos. Há cercas que tangenciam toda a casa nas duas ilustrações; no “Triângulo...”, a cerca marca a fronteira entre a casa e a capela e, também, do mundo público, dos caminhos que cruzam a porteira; no “Casa-Grande...”, a cerca está localizada na linha do horizonte. Em ambas as ilustrações, as casas estão isoladas da natureza e do mundo público de modo a sugerir um espaço cultural específico.

Um outro elemento que marca as distâncias sociais e ecológicas é o rio. Na figura de Dias, o rio não tem quase expressão, constituindo-se num curto caminho d’água bem distante da casa. No “Triângulo...”, o rio tem um simbolismo importante. Localizado no lado esquerdo da ilustração, o rio é o elo de ligação entre os três elementos do triângulo, a casa, o engenho e a capela. Voltemos ao texto de Freyre (1989):

“As sesmarias e as datas concedidas por Duarte Coelho e pelos seus sucessores seguiram em Pernambuco as várzeas e as margens dos rios (...); e foi [a várzea do Capiberibe] (...) onde criou raízes a primeira aristocracia brasileira de senhores de engenho, que também

precisou da várzea de um rio e da fartura de água doce para desenvolver-se dentro da sedentariedade e da endogamia” (56-7).

(...)

“Foi essa várzea, na paisagem social brasileira, a primeira a povoar-se não de casas-grandes esporádicas e sós, mas de um verdadeiro conjunto delas, ligadas pela água do rio e pelo sangue dos colonos, através dos casamentos (...). Para essa endogamia intensa dos brancos e quase-brancos das casas-grandes da mesma várzea, de que resultou um tipo físico tão característico da aristocracia de engenho, resultaram tipos de família, no nordeste, tão definidos nos seus traços, nos seus vícios, no seu modo de falar (...) concorreu poderosamente a água dos rios pequenos, fazendo de várias famílias uma só e de vários engenhos um sistema social e econômico” (p.57).

Na obra “Nordeste”, a água é a nota dominante na paisagem ao dar vida e movimento ao complexo da casa-grande. A natureza começa a tomar forma humana quando Freyre nos fala do caráter dos rios que serviram à civilização do açúcar. Rios pequenos, constantes e equilibrados são as peculiaridades da paisagem nordestina. Caracteres imprescindíveis ao empreendimento português nos trópicos.

“(...) rios constantes e equilibrados. Rios sancho-panças, sem os arrojos quixotescos dos grandes; prestando-se portanto às tarefas da sedentariedade e da fixação; aos deveres pachorrentos, mas de modo nenhum vis, da antiga rotina agrícola” (FREYRE, G., 1989: p.56).

O caráter de fixação atribuído aos rios estende-se à caracterização da terra que tão bem serviu a cana, o massapê. Na descrição que Freyre nos oferece do massapê, a natureza assume caracteres humanos. Gilberto destaca das qualidades do solo aquelas imprescindíveis à fixação da civilização da cana: a riqueza do solo é elemento de destaque;

“a riqueza do solo era profunda: as gerações de senhores de engenho podiam suceder-se no mesmo engenho; fortalecer-se; criar raízes em casas de pedra-e-cal; não era preciso o nomadismo agrário que se praticou noutras terras, onde o solo menos fértil, esgotado logo pela monocultura, fez do agricultor quase um cigano sempre à procura de terra virgem.” (FREYRE, 1989: p.43).

A moleza, o caráter oleoso e plástico do solo são outros elementos da natureza pernambucana que deram forma aos homens que ali se fixaram em casas de pedra e cal: uma “terra doce, sem deixar de ser terra firme” deu forma a uma sociedade rija, mas sem deixar de ser doce, constatação que retoma o tema das influências do “meio” sobre a sociedade.

Há uma passagem de “Nordeste” que sugere um diálogo com a descrição do sertanejo que Euclydes da Cunha brindou o país no começo do século XX: a terra mole e pegajenta da zona da mata e seu tipo humano, o mulato, é contraposta à terra seca, agreste do sertão e ao sertanejo, mestiço filho do sertão. Duas naturezas, duas almas. Natureza e cultura são cúmplices na feitura do drama humano.

“O massapé raramente deu desses homens zangados e agrestes, sem plasticidade e quase sem doçura nenhuma, que foram antes filhos dos sertões ou de engenhos de terras ásperas (...) A terra mais macia do litoral e da “mata” do extremos Nordeste e do Recôncavo da Bahia parece ter influído sobre os seus próprios senhores (...) amaciando os homens do Norte agrário inteiro e não apenas da cidade da Bahia” (FREYRE, G., 1989: p.47).

Embora a passagem citada não estabeleça um nexos causal e/ou determinista entre natureza e sociedade (tal como em outras passagens citadas no capítulo 4), a natureza persiste como fundamento do caráter do tipo humano regional. A comparação com a caracterização que Euclydes da Cunha nos oferece do sertanejo nos é útil na medida em que ilumina o entusiasmo de Freyre pela “quase ecologia humana” de Cunha, isto é, entusiasmo pelo sentido que natureza, por vezes, assume na obra de Cunha. Diz-nos, Freyre (1944), que seria um erro ver na paisagem descrita em “Os Sertões” um capítulo de geografia física do Brasil; a paisagem que transborda da obra é aquela construída pelo olhar do poeta que se dilui na caatinga e no sertanejo para compreendê-los. O que conta, portanto, como veio característico de qualquer reflexão que se pretenda ecológica e humana é a sensibilidade do poeta que vê a matéria bruta como uma “janela” (Gutlich, 2005) da sociedade que a produziu e da qual é produto.

“Meio” ou “paisagem”? Essa aparente tensão que marcam os sentidos da idéia de natureza no pensamento freyreano nos convida a uma reflexão. Se olharmos para a natureza pintada por Freyre não como um “espelho”, mas como uma “janela de abrir e revelar” aquela sociedade e aquele tempo (Gutlich, 2005), talvez possamos começar a resolver o quebra-cabeça.

Talvez a resposta se descortine ao olharmos para o ponto de vista de quem escreve e de quem desenha: Freyre fala do ponto de vista da casa, do senhor de engenho, da família patriarcal; é a defesa do familismo, enquanto princípio da ordem social, que o autor faz

desde Casa-Grande & Senzala. Freyre nos oferece uma pista quando nos fala da distância que separa os brasileiros da terra do açúcar da natureza:

“o brasileiro das terras de açúcar quase não sabe o nome das árvores, das palmeiras, das plantas nativas da região em que vive- fato constatado por tantos estrangeiros. *A cana separou-o da mata até esse extremo de ignorância vergonhosa [grifo meu]*”(FREYRE, G., 1989: p.75)

Certamente Freyre quando nos fala do “brasileiro das terras do açúcar” não se refere ao trabalhador do eito, mas daquele que tem uma distância marcada do eito, do mundo do trabalho, da mata.

Do ponto de vista do senhor, olha-se para a paisagem e se vê harmonia, equilíbrio entre os extremos da natureza tropical e a casa. Do ponto de vista da senzala - do escravo que lida diretamente com os desafios do clima, da mata, do rio, dos bichos - a natureza é símbolo do trabalho, do cotidiano extenuante do canavial, do sol forte, do roçado, da pesca, da derrubada da mata, do enfrentamento dos desafios postos pela exuberância de vida da natureza tropical⁶³.

A cena da derrubada da mata presente no “Triângulo...” ajuda-nos a entender essa proximidade entre o negro e a natureza bem como essa distância marcada entre a “casa” e a “mata”. A cena é quase imperceptível: o observador deve fazer um esforço para distinguir os trabalhadores dos troncos caídos na entrada da mata; tudo parece uma coisa só, a paisagem natural engloba e mimetiza a paisagem humana. Há apenas um ponto que, num relance, podemos identificar facilmente: o homem sobre o cavalo que observa o trabalho de derrubada da mata pelos negros.

Numa sociedade extremamente desigual, cada coisa e cada pessoa tem seu lugar: negros trabalham, os brancos observam do alto da casa ou do alto do cavalo; no desenho de Bandeira, os homens negros trabalham no engenho, na mata, no rio; andam pelos caminhos que promovem a ligação dos elementos do triângulo, mas não estão no cercado da casa-grande. Os homens brancos retratados, sempre acompanhados de algum elemento que indica

⁶³ Williams (1989) ao pensar a gênese do conceito de “paisagem” nos brinda com uma observação certeira: “Raramente uma terra em que se trabalha é uma paisagem. O próprio conceito de paisagem implica separação e observação. É possível e interessante levantar a história da paisagem na pintura, da paisagem na literatura, do paisagismo e da arquitetura paisagística, mas na análise final devemos relacionar estas histórias à história comum de uma terra e da sociedade nela existente (...)” (p. 167).

a posição de domínio sobre coisas e homens (cavalo; chapéu; vestimentas; botas), observam. A distância entre homens e entre homens brancos e natureza está bem marcada na peça, embora a harmonia reinante nas ilustrações (desejada e vislumbrada do ponto de vista do senhor de engenho) nos dê conta do contrário.

3- A Casa, os bichos e as plantas

A disposição dos bichos ao redor da casa, em ambas as ilustrações, é outro indicativo da distância entre a casa e a natureza: bois, vacas e cavalos, animais de eito e de passeio, encontram-se fora do espaço cercado da casa. No interior do espaço doméstico, há apenas bichos que são parte da dieta familiar (composta de animais de origem *européia* como a galinha, a cabra e o porco) ou bichos de estimação, como o gato e o cachorro na ilustração de Dias ⁶⁴.

A cana suplantou as plantas nativas e também afastou os animais da terra do homem: as casas-grandes avançaram mato à dentro levando consigo, “como numa campanha militar” (FREYRE, G., 1989: p.103), os animais de sua terra natal. Os animais do novo continente não entravam nem na cozinha.

“Os bichos que ficassem longe, grande número deles desconhecidos da gente da casa-grande, sem nome, vagos. Simplesmente bichos” (FREYRE, G., 1989: p. 103).

Natureza de um lado; casa de outro. A distância entre a casa e a mata é tamanha que chega ao extremo da ignorância acerca dos nomes dos animais tropicais; essa nomenclatura generalista “bicho”⁶⁵ nos dá conta dessa distância da mata mas também nos fala da distância entre homens. Como argumenta Freyre, o “complexo do bicho” é um dos elementos mais úteis na compreensão da miscigenação; como a “água e o azeite”(ARAÚJO, 1994), as

⁶⁴ É interessante notar como essa hierarquia das coisas e da gente se estende até mesmo aos hábitos alimentares: o consumo de peixe, por exemplo. Freyre, numa nota ao capítulo “A cana e a água” (FREYRE, G., 1989: p.69), estabelece uma diferenciação entre os peixes consumidos pela “casa” e aqueles consumidos pela gente mais pobre.

⁶⁵ “O menino brasileiro do que tem medo não é tanto de nenhum bicho em particular, como do bicho em geral, um bicho que não sabe bem qual seja, espécie de síntese da ignorância do brasileiro tanto da fauna como da flora do seu país” (FREYRE, G., 2006: p. 201).

persistências de valores, hábitos e crenças dão conta do caráter incompleto da mistura de elementos culturais antagônicos.

“Permanecera, entretanto, nos descendentes dos indígenas o resíduo de todo aquele animismo e totemismo. Sob formas católicas, superficialmente adotadas, prolongaram-se até hoje essas tendências totêmicas na cultura brasileira. Por uma espécie de memória social, como que herdada, o brasileiro, sobretudo na infância, *quando mais instintivo e menos intelectualizado pela educação européia* [grifo meu], se sente estranhamente próximo da floresta viva, cheia de animais e monstros, que conhece pelos nomes indígenas e, em grande parte, através das experiências e superstições dos índios” (FREYRE, G., 2006: p. 201).

O medo do bicho, “comum a qualquer menino brasileiro”, atesta a sobrevivência do animismo indígena em elementos ainda não submetidos completamente ao processo civilizatório. O animismo, fruto de uma relação simbiótica do elemento indígena com a mata, convive com a completa ignorância, por vezes horror que redundava numa distância profilática, do europeu com relação à natureza; de um lado índios, negros e a mata; de outro a casa, a civilização- extremos, mas equilibrados. A distância marcada entre homens e destes com relação a natureza é suavizada pelo caráter “democrático” que a mistura de raças e culturas assume no argumento do autor; a persistência do “complexo do bicho” atesta o caráter plástico do processo de miscigenação que se processou sob a “casa”, mistura que tolera diferenças ao equilibrar os extremos da hierarquia social.

A monocultura da cana elegeu seus animais, o cavalo e o boi, e relegou ao esquecimento a rica fauna da terra sob a generalista nomenclatura “bicho”. A tradução da natureza em paisagem está posta na associação que Freyre estabelece entre boi e o escravo, de um lado, e o senhor e o cavalo, de outro. A monocultura da cana que dividiu a sociedade entre os que obedecem e os que silenciam, dividiu também a natureza: de um lado a casa, do outro a mata; de um lado o cavalo, do outro o boi.

O cavalo e o boi são os dois grandes símbolos da fixação do europeu nos trópicos: o primeiro, símbolo do domínio aristocratizante do *pater famílias*; o segundo, símbolo do trabalho, do empenho e tenacidade do trabalhador negro que por suas mãos e seu sangue construiu a nação.

Do cavalo, Freyre nos diz:

“[o cavalo] tornou-se na paisagem do Nordeste uma nota imperial, um elemento vivo de domínio do homem rico sobre a massa, sobre a distância, sobre a natureza e não apenas

uma marca de decoração social em que rivalizassem as casas-grandes, umas com as outras.” (FREYRE, G., 1989: p.91).

E como marca de domínio é que o cavalo aparece na ilustração de Bandeira, especialmente: nessa, nas quatro vezes em que um homem branco é retratado, em três delas ele está sobre um cavalo. Somado a outros símbolos de distintividade (o chapéu, as botas e as vestimentas, como exemplos), o cavalo qualifica o homem, o aristocratiza.

“O senhor de engenho do Nordeste foi quase uma figura de centauro: metade homem, metade cavalo.

(...)

Impossível imaginá-lo – a esse centauro - fora da rede patriarcal, sem ser o homem a cavalo, chapéu grande, botas pretas, esporas de prata, rebenque na mão, a quem a gente dos mucambos tomava a bênção como a um rei. Do alto do cavalo é que esse verdadeiro rei-nosso-senhor via os canaviais que não enxergava do alto da casa-grande: do alto do cavalo é que ele falava gritando, como do alto da casa-grande, aos escravos, aos trabalhadores, aos muleques do eito. O cavalo dava ao aristocrata do açúcar, quando em movimento ou em ação, quase a mesma altura que lhe dava o alto da casa-grande nas horas de descanso” (FREYRE, G., 1989: p.89-90).

O cavalo é um equivalente do senhor porque é a materialização do domínio exercido por esse. No cavalo, o homem branco deixa impressas as marcas da “doce dominação” que caracteriza o sistema casa-grande: aos rigores do amansamento e adestramento do animal são somados luxos e cuidados comparáveis (talvez superiores, como sugere Freyre) àqueles dispensados às mulheres mais encantadoras (FREYRE, G., 1989: p.94). Domínio e proximidade - esse equilíbrio entre disposições tão distintas, que caracteriza a relação do senhor com seu animal de maior estima, está impresso nas relações do pai com o menino, do marido com a esposa, do senhor com o escravo: “um pai severo mas acima de tudo preocupado e justo” (ARAÚJO, 1994: p.55). “Dominação, subordinação e acomodação” (FREYRE, G., 2004: p.65) são os elementos centrais desse tenso equilíbrio, dessa harmonia sutil que caracteriza a ordem patriarcal do tempo dos engenhos. Natureza e cultura são equalizadas porque estão submetidas a mesma lógica de dominação. Fica mais fácil entender, então, as associações que o autor faz entre o cavalo e o índio, de um lado, e o boi e o escravo, de outro.

A grande vantagem do cavalo, assim como do índio, é sua grande mobilidade.

“Índios e mamelucos formaram a muralha movediça, viva, que foi alargando em sentido ocidental as fronteiras coloniais do Brasil ao mesmo tempo que defenderam, na região açucareira, os estabelecimentos agrários dos ataques de piratas estrangeiros” (FREYRE, G.,2006: p.163).

Como imaginar o senhor de engenhos em terras tão vastas e em “sua mística de fidalgo de casas-grandes tão isoladas” sem seu cavalo cujo

“ (...)trote, o ruído imperial de suas patas, se tem feito ouvir através de nossa história social como a majestade do próprio ritmo da ordem, da autoridade, do domínio” (FREYRE, G.,1989: p.89).

O cavalo e o índio apresentam a mesma funcionalidade: são cúmplices do senhor, no processo de exploração, ganho e domínio das novas terras. Se são bons para a aventura, para o espraiamento horizontal do empreendimento português na nova terra, não prestam para a verticalização da colonização, seu enraizamento. Para tanto, o boi e o negro foram imprescindíveis ao estabelecimento da civilização do açúcar.

O negro e o boi são equalizados por suas contribuições ao sucesso do sistema casa-grande e senzala. “Terra, água, matas. Negros e bois” (FREYRE, G.,1989: p. 96): com essa equação, um cronista do século XVII resume os insumos indispensáveis ao sustento do engenho. O boi na ordem patriarcal-escravocrata fora postado ao lado do escravo, como é retratado nas ilustrações de Dias e Bandeira, neste último de forma flagrante; o boi estava submetido ao mesmo cotidiano extenuante e degradante que o escravo de oito. Essa cumplicidade entre o animal e o ser humano tem nas festividades do “bumba-meu-boi” a dramatização da dominação, um canto de resistência à ambiência de terror do sistema escravocrata. O interessante a notar da leitura que Freyre faz dos bois-bumbá nordestinos é a forma como desqualifica a nota de resistência dessa expressão cultural.

“Já houve quem enxergasse no bumba-meu-boi “a sátira dorida do negro e do índio oprimidos contra a prepotência do branco”. Talvez haja aí um pouco de exagero e de retórica. O que principalmente se sente no drama popular do Nordeste (...) é a glorificação da figura do boi; sua exaltação; sua apologia. O cavalo fica um “maricas meu bem”. A glorificação do boi é que quase se torna a nota dominante do drama” (FREYRE, G.,1989: p. 97).

A rígida hierarquia e a violência que marcam as relações entre senhor e escravo esvazia-se aos olhos do nosso autor - o pitoresco do drama do boi-bumbá absorve a atenção do poeta de modo que a suposta tolerância de uma ambiência cultural particular aos negros escravos (como retratada na senzala da peça de Dias) seja capaz de diluir as hierarquias, apaziguar os ódios, equilibrar os extremos. A simbiose entre o boi e o escravo, porquanto ambos estejam submetidos à mesma lógica de “dominação, subordinação e acomodação”, é naturalizada pelo olhar lírico do poeta; bois e negros estão do mesmo lado no sistema casa-grande e senzala, do lado dos que obedecem aos mandos do *pater familias*.

Essa simbiose entre natureza e negro aparece em outro momento na obra “Nordeste”, quando do elogio à policultura praticada no Quilombo dos Palmares e de Catucá. O elogio à policultura surge, no argumento de Freyre, quando da constatação dos efeitos perversos da monocultura da cana sobre a vida e a paisagem da região; longe de atribuir o estado de desequilíbrio social e ecológico do sistema monocultor-escravagista ao negro, Freyre afasta a argumentação racista ao trazer à memória os feitos dos negros evadidos das senzalas.

“A floresta tropical, devastada pelo colonizador português no interesse quase exclusivo da monocultura da cana ou da Metrópole faustosa, era um obstáculo enorme a ser vencido pela colonização agrária do Nordeste. O colonizador português venceu tão poderoso inimigo, destruindo-o. O colonizador negro, não; venceu-o, em parte, adaptando-se à floresta, em parte adaptando a floresta às suas necessidades de evadido da monocultura escravocrata e latifundiária.

(...)

Catucá surge diante de nós como uma afirmação da capacidade do negro para se adaptar rapidamente aos trópicos americanos e às sombras de suas florestas mais profundas, em contraste com a incapacidade dos nórdicos”(FREYRE, G., 1989: p.81).

A escassez de víveres que condenou à fome o nordestino bem como a crescente degradação da natureza pelo método “militar” de cultivo da cana-de-açúcar são contrapostas ao espírito coletivista e simbiótico que particulariza Palmares e Catucá.

De um lado, o domínio “militar” da gente e da natureza; de outro, coletivismo e simbiose com o meio natural. Se Palmares e Catucá apresentam suas vantagens frente à civilização do açúcar (uma vida mais “saúdável” e igualitária, por certo), também apresentam suas desvantagens, sua incapacidade de resistência frente às investidas do poder da família patriarcal.

“Houve Palmares, é certo: mas foi vencido. Vencido pelo sistema patriarcal brasileiro (...). Vencidas foram outras erupções de caráter se não coletivista, antipatriarcalista: a Balaiada, no Maranhão, a revolta praieira, em Pernambuco” (FREYRE, G., 2004: p. 61).

Como se pode imaginar um empreendimento humano de tamanho empenho como uma civilização nos trópicos sem a família patriarcal? Sem o pai, “severo mais justo”? Sem o escravo e o boi? Sem a monocultura da cana? O “elogio à sanidade” dos ideais coletivistas do Quilombo de Palmares e de Catucá toma um caminho inesperado: o “elogio da loucura”, as loas à ambiência de excessos que caracteriza a casa-grande. “Como as ostras que dão pérolas”, os excessos (a monocultura desbragada; a escravidão; o ambiente de intoxicação sexual; a violência) são justificados pois são compreendidos como efeitos nefastos dos esforços que, afinal de contas, deram luz a uma civilização em meio tão hostil.

“Por outro lado, sem o sistema latifundiário e escravocrata, teria sido talvez impossível a fundação de lavoura à européia nos trópicos, tão cheios de matas, e o desenvolvimento, aqui, de uma civilização a que não faltariam as qualidades e as virtudes das civilizações aristocráticas, ao lado das perversões sociais e dos defeitos econômicos e políticos” (FREYRE, G., 1989: p.82).

Paraíso e inferno convivem muito bem no drama narrado por Freyre. Ao final, natureza e homens, todos estão sob o jugo da casa - é esse sentido que o retrato da paisagem humana e natural, exposta nas páginas de “Nordeste”, nos oferece.

A mesma lógica que preside a hierarquização dos animais - de um lado o cavalo, de outro o boi; de um lado os animais da pátria distante, de outro o exótico dos animais nativos - está presente no mundo vegetal.

Nas ilustrações, a disposição das plantas e árvores nos diz algo sobre as relações de dominação que caracterizam o complexo casa-grande. No interior do espaço doméstico, a natureza é completamente domesticada: não há excesso de vegetação, uma natureza que lembra os jardins do reino.

“Vários viajantes estrangeiros que visitaram os engenhos de açúcar do Nordeste - um deles, Tollenare - observaram o fato da maioria das casas ficarem em grandes espaços inteiramente nus; quando muito um jardimzinho ou um laranjal do lado, detrás da casa, algumas touceiras de bananeira onde se defecava de manhã cedo. Mas nenhuma intimidade com as grandes árvores da terra (...)” (FREYRE, G., 1989: p.103).

A casa mantinha uma distância profilática da mata, da terra pegajenta, da água, do sol: a natureza em sua grandeza parecia apequenar o homem, como sugerem os naturalistas do século XVIII. A paisagem ideal era aquela contida na harmonia de um jardim, algo como uma “bagunça muito bem equilibrada”, tal como retratado nas ilustrações de Dias e Bandeira.

Cada coisa tem seu lugar nessas figuras: os bois ao lado dos escravos; o senhor sobre o cavalo; os porcos e galinhas no cercado da casa; as palmeiras ao lado da casa, as bananeiras próximas à senzala.

As palmeiras imperiais, como nos explica Freyre (2004: p.46), tornaram-se marca da aristocracia do açúcar. Árvores que de longe eram vislumbradas; árvores imponentes do alto das quais o senhor seria capaz de ver toda a extensão de seu domínio; árvores com pretensão à imortalidade, característica que bem espelha a perenidade dos valores e das tradições gestadas no interior da casa. Em ambas as ilustrações, as palmeiras demarcam as fronteiras entre o mundo da casa e o mundo público; no “Triângulo...”, algumas palmeiras tangenciam a casa fincando os limites entre essa e a capela e os caminhos que cruzam a porteira. Na ilustração de Cícero Dias, duas grandes palmeiras são postadas ao lado da casa, no primeiro plano da figura.

As palmeiras estão para a casa assim como as bananeiras estão para a senzala; em ambas as ilustrações, pés de banana limitam o território da casa com relação à senzala. A fruta assim como árvore, diz-nos Freyre (2006: p.193), já era conhecida dos nativos da terra. Os africanos, contudo, dão um desenvolvimento ímpar ao que o autor chama de “complexo da bananeira”: a palha utilizada nas habitações; a folha utilizada para conservar alimentos; as inusitadas composições culinárias que tomavam o fruto como base, enfim, nas culturas africanas, a banana tem uma funcionalidade muito próxima àquela da mandioca nas culturas ameríndias. “O máximo de aproveitamento da vida nativa”, assim Freyre resume o caráter simbiótico da relação estabelecida entre o negro e a natureza.

“O escravo africano é que não se deixou reduzir a mãos e pés nem mesmo a sexo. Ao mesmo tempo que ele, vieram para aqui algumas das árvores e plantas da África mais queridas à sua alma e aos seus olhos. E às vezes o negro amou e respeitou nas árvores, nas plantas e nos bichos da terra, para ele estranha, as árvores, as plantas e os animais parecidos aos do seu país de origem (FREYRE, G, 1989: p.79).

(...)

O negro, a princípio tão medroso do tapuia e do mato grosso, se assenhorou depois de algumas das florestas mais profundas do país e submeteu às suas tentativas rudes de colonização policultura, realizadas quase dentro das florestas virgens- que eram uma proteção contra os capitães-de-mato a serviço dos grandes monocultores brancos- mulheres e até populações indígenas. *O máximo de aproveitamento da vida nativa [grifo meu]*”(FREYRE, G., 1989: p 81).

E é assim, como parceira do negro, que a árvore é retratada nas figuras; especialmente na peça de Dias, vemos a profusão de bananeiras que cercam a senzala. A bananeira e outra árvore de pequeno porte são as duas únicas árvores localizadas no cercado da casa retratada por Dias: assim como as negras que subiam da senzala para casa para servirem aos desejos e confortos da casa, a árvore tinha uma função clara que a tornava indispensável ao cotidiano, a de depósito de fezes dos brancos (FREYRE, G.,1989: p.103).

A “bagunça muito bem equilibrada” retratada nas ilustrações suaviza o ambiente de desigualdade e violência reinante na casa, contudo não o anula: cada detalhe ilustrado nas peças nos remete ao tenso equilíbrio entre a casa e a mata, o senhor e o escravo.

4- A Casa e o Engenho

O ponto de maior incidência de luz da ilustração de Bandeira está sobre os homens que trabalham no corte e colheita da cana nos arredores do engenho. Toda a luz emana do lado direito invadindo as outras áreas do quadro, dando vida aos outros elementos da ilustração. É tempo de colheita, tempo em que o engenho e a vida na casa-grande se reaviva. Não só a luz provê esse sentido de renascimento, mas também o rio, como já chamei atenção, que parte do engenho (há uma sensação de declive na ilustração, o engenho na parte mais alta e a casa na parte mais baixa) e percorre os dois outros elementos do triângulo. Não só a natureza provê esse sentido de renascimento e frescor à ilustração. O trabalho tenaz dos negros quebra o ritmo lento do ócio dos senhores. Natureza e negros conjugados dão cor e vida ao cotidiano retratado na ilustração.

O engenho é um ambiente predominantemente masculino e negro; há escravos deitando a cana; outros a transportam sobre os ombros ou em carros de boi; outros carregam algum utensílio do engenho; outros trabalham na moagem (lado esquerdo do engenho) e outro nas

fornalhas (lado direito do engenho). Ao lado do negro, o boi: o negro, o boi e o carro de boi são as notas humanas da paisagem rural nordestina como argumenta Freyre (1941); o boi e o negro são os insumos indispensáveis ao fabrico do açúcar, são os elementos que imprimem movimento, injetam novo sopro de vida a cada colheita da cana, no trato com os animais, na derrubada da mata à existência morosa da família patriarcal.

O elogio à vivacidade e tenacidade do negro na feitura da civilização da cana ameniza a abissal desigualdade entre escravos e senhores flagrante na ilustração: todos os homens brancos retratados apenas observam o trabalho dos negros. Na cena do corte da cana; na derrubada da mata; na pescaria - os homens sobre cavalos, ou portando algum sinal distintivo de classe como botas e chapéu, somente supervisionam o trabalho; ao movimento de uns contrapõe-se a morosidade do outro, dois ritmos que apontam para lugares distintos na hierarquia social. Os negros na lida com o canavial, a mata e os animais. Os brancos do alto de seus cavalos numa distância bem marcada com relação ao negro e a natureza.

Na base da ilustração de Dias, tem-se o engenho que recebe pouca atenção do artista. Quase subsumido pelo brasão, o engenho conta com poucas figuras humanas, estas são os negros. São figuras diminutas, sem grande visibilidade. Os escravos de oito parecem não ser tão importantes na história que o artista quer narrar: as escravas que trabalham no interior da casa parecem ter um papel mais ativo no sistema casa-grande. Essa preponderância de escravas domésticas no “Casa-Grande do Engenho Noruega” nos faz lembrar da distinção que Freyre estabelece, em Casa-Grande & Senzala, entre escravo de oito e escravo doméstico, proposição que nos faz querer voltar ao final do século XIX quando os primeiros argumentos abolicionistas eram formulados.

Por volta de 1870, o negro e o escravo são incorporados ao discurso literário e cultural: as supostas benesses civilizatórias da escravidão começam a sofrer questionamentos. A polêmica tinha como centro de gravitação questões sobre o lugar da cultura africana e do escravo liberto na sociedade brasileira; para Joaquim Nabuco, que empunhou a bandeira do abolicionismo, a escravidão é uma “linha negra” que limita e compromete a civilização brasileira.

Só entendemos toda essa discussão, se esclarecermos as transformações sofridas pela idéia de cativo no final do século XIX:

“o cativo, antes [antes de 1850, ano da abolição do tráfico de escravos] tido como natural, benevolente e civilizador, passou a ser denunciado como cruel, injusto e pouco rentável. A substituição do trabalho escravo pelo assalariado se deu associada à percepção de uma sociedade dividida entre senhores indefesos, de um lado, e escravos violentos, de outro. A escravidão passou a ser vista como problemática e se falava, entre as camadas letradas, de um “perigo negro”, que traria riscos à sobrevivência da civilização no Brasil” (VENTURA,R., 1991: p.46).

(...)

“Os efeitos da escravidão, como a “perversão” dos costumes, foi um dos temas recorrentes no pensamento abolicionista e nos textos literários que discutiram cativo, visto como cancro ou infecção moral” (VENTURA,R., 1991: p.46).

(...)

“no discurso liberal-republicano do século XIX, designava-se, pelas noções de escravidão e cativo, tal restrição do espaço público e a submissão da sociedade civil à coroa, “pelourinho da liberdade” na expressão de José Alencar. Joaquim Nabuco ampliou a extensão do termo escravidão, que tomou como eixo de uma interpretação global da sociedade brasileira, determinação social básica, cuja influência maléfica se estenderia às diversas camadas e esferas sociais, desde cativos, agregados e moradores até a camada dos proprietários, político e burocratas”(VENTURA,R., 1991: p.132).

Freyre soma a essa antiga discussão, a crítica ao conceito de raça e a adoção de “cultura” como conceito operacional da análise social. Freyre recupera Nabuco ao promover a distinção entre a influência “pura do negro” e a “do negro na condição de escravo”. Como esclarece:

“Sempre que consideramos a influência do negro sobre a vida íntima do brasileiro, é a ação do escravo, e não a do negro por si, que apreciamos (...) Parece à vezes influência de raça o que é influência pura e simples do escravo: do sistema social da escravidão. Da capacidade imensa desse sistema para rebaixar moralmente senhores e escravos. O negro nos aparece no Brasil, através de toda nossa vida colonial e da nossa primeira fase da vida independente, deformado pela escravidão. Pela escravidão e pela monocultura de que foi o instrumento, o ponto de apoio firme, ao contrário do índio sempre movediço” (FREYRE, G., 2006: p.397).

Freyre reconhece as influências deletérias da escravidão doméstica sobre a moral e o caráter do brasileiro (uma crítica à ambiência de excessos, especialmente o de natureza sexual, a qual já aludimos em seção anterior), mas, páginas depois, argumenta pelas circunstâncias especialíssimas que atenuaram os males do sistema; nesse ponto, o elogio ao caráter do colonizador (sua plasticidade étnica) é o ponto central de seu argumento.

Esse caráter plástico do português fez subir da senzala para a casa uma série de indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos, mas o de pessoas da casa, prova do caráter democrático da sociedade colonial. Escravos domésticos tornavam-se “pessoas” quando devotados ao valor máximo do sistema casa-grande, o familismo; o cuidado da família patriarcal, portanto, constituiu-se na “missão civilizatória” do negro nos trópicos. Os escravos do eito, por seu turno, valiam tanto quanto o boi: insumos a ser consumido no engenho.

Todo o ambiente de violência reinante no engenho, no mundo “público”, é salvo pela ambiência de intimidade no interior da casa; esta é o centro do mundo, o lugar que realmente importa no pensamento de Freyre, o espaço onde se passa a história que Freyre quer narrar.

Essa divisão entre o ambiente doméstico de criatividade e vida pulsante, e o mundo público do trabalho extenuante e do perigo da mata é bem retratado na ilustração de Dias; o número de figuras humanas no interior da casa é muito superior ao do restante da ilustração. Os escravos domésticos são predominantes nesse retrato. Na ilustração de Bandeira, um contraste é interessante: as funções exercidas pelas negras no átrio da casa são diversas; no eito, entretanto, os movimentos repetitivos e extenuantes parecem atestar a animalidade dos escravos que valiam tanto quanto o boi e, por vezes, menos que o cavalo (FREYRE, G., 1989: p. 92-93).

A harmonia custosa do sistema casa-grande cai por terra quando desvelamos as minúcias da distância abissal entre a casa, de um lado, o engenho e a natureza, de outro. É desse ponto de vista que olho para a relação entre a casa e a capela.

5- A Casa e a Capela

A distância entre a casa e a capela está bem marcada na ilustração de Bandeira: uma cerca, o rio, as árvores, dentre as quais destaca-se a palmeira, fixam as fronteiras entre a casa e a capela. Os cuidados em isolar a capela da casa são maiores que aqueles dispensados quando da separação da casa com relação ao engenho: a disputa bem marcada entre a Igreja e o Dono de Terras, nos primeiros séculos da civilização do açúcar, aparece desenhada na ilustração.

“A casa-grande venceu no Brasil a Igreja, nos impulsos que esta a princípio manifestou para ser a dona da terra. Vencido o jesuíta, o senhor de engenho ficou dominando a colônia quase sozinho. O verdadeiro dono do Brasil. Mais do que os vice-reis e os bispos” (FREYRE, G., 2006: p.38).

Os cuidados na delimitação das fronteiras entre a casa e a capela nos contam não só das disputas, mas do domínio da casa: a fé católica não é pregada do alto de catedrais imponentes, mas de uma pequena capela adventícia á casa. Uma capela que empresta da arquitetura da casa-grande o patriarcal alpendre, materialização do domínio do familismo.

“[a casa-grande] porém, seguindo seu próprio ritmo, seu sentido patriarcal, e experimentando maior necessidade que a puramente eclesiástica de adaptar-se ao meio, individualizou-se e criou tamanha importância que acabou dominando a arquitetura de convento e igreja. Quebrando-lhe o roço jesuítico, a verticalidade espanhola para achatá-la doce, humilde, subserviente em capela de engenho. Dependência da habitação doméstica. Se a casa-grande absorveu das igrejas e conventos valores e recursos de técnica, também as igrejas assimilaram caracteres da casa-grande: o copiar, por exemplo. Nada mais interessante, que certas igrejas do interior do Brasil com alpendre na frente ou dos lados como qualquer casa de residência” (FREYRE, G., 2006: p.37).

Não é o alpendre o único elemento que nos remete ao caráter “familista” da religião católica no tempo da casa-grande- a capela é retratada na ilustração de Bandeira como que diluída em meio a mata que tangencia o rio, o canavial, a reserva de floresta aos fundos da ilustração, uma capela “franciscana” que se mistura á paisagem natural de forma bem distinta do furor “jesuítico” das grandes catedrais de pedras, típicas da América Espanhola, como argumenta Freyre. Contudo, a estreita proximidade (quase um mimetismo) entre capela e a paisagem natural não matiza as marcas do domínio da casa; toda a capela é contida pelo poder do *pater famílias*: as palmeiras e o canavial conformam um cinturão de contenção que cria um espaço restrito ao exercício do poder eclesiástico.

Na ilustração de Dias, não há nem mesmo uma clara divisão entre a capela e a casa - a primeira é parte da casa, divide o mesmo fundamento da habitação. Há duas cenas curiosas que envolvem párocos; a primeira, no interior da capela, uma negra aos pés do padre parece acarinhá-los; no lado externo da casa, próximo ao pomar, um homem vestindo uma batina parece bolinar uma negra; ambas as cenas sugerem algo como uma intimidade pouco condizente com o celibato, um “catolicismo lírico”, uma concepção religiosa marcada pela

vitalidade, pelo sexo, pelo caráter festivo e orgiástico de seus cultos cuja história remete-nos às origens de Portugal como nação moderna.

O catolicismo foi um desses elementos de encurtamento das distâncias sociais, de equilíbrio entre elementos antagônicos numa “sociedade de fronteira” como Portugal: o catolicismo trabalhou no sentido do unionismo da fé contra a heresia muçulmana. Esse “ódio ao herege” nas origens portuguesas, que deu forma a primeira nação moderna,

“(...) se manifestou mais tarde no Brasil nas guerras aos bugres e aos hereges. Principalmente aos hereges - o inimigo contra quem se uniram energias dispersas e até antagônicas. Jesuítas e senhores de engenho. Paulistas e baianos. Sem esse grande espantelho comum talvez nunca se tivesse desenvolvido “consciência de espécie” entre grupos tão sem nexos político entre si, como os primeiros focos de colonização lusitana no Brasil. A unificação moral e política realizou-se em grande parte pela solidariedade dos diferentes grupos contra a heresia, ora encarnada pelo francês, ora pelo inglês ou holandês; às vezes simplesmente pelo bugre” (FREYRE, G., 2006: p.269).

Do reino ao novo continente, o catolicismo fez as vezes de “cimento social”; contudo a autonomia e poder da Igreja encontram nas novas terras um oponente de peso, a família patriarcal. É certo que o catolicismo foi o “cimento de nossa nacionalidade”, mas de uma forma própria, um catolicismo impregnado pela *hybris* da casa, um “catolicismo lírico”.

O catolicismo que aqui reinou soberano não era aquele duro, do império da razão, o “jesuítico” dos espanhóis, mas o mole, o plástico, o “franciscano”, aquele do império das paixões, dos excessos que caracterizam a ambiência da casa-grande, dentro os quais destaco o de natureza sexual. Como atenta Araújo (1994), o catolicismo não teve apenas um papel passivo na conformação dos laços entre os extremos de uma sociedade tão desigual (aceitação e benção dos pecados da carne); teve também papel ativo no jogo de equilíbrio dos excessos ao assumir um caráter mágico em suas práticas.

“(...) a proximidade e o comprometimento daquela acepção doméstica da Igreja católica com esses conflitos [da casa] termina por retirar dos padres qualquer vislumbre de uma compreensão mais ética da religião, com tudo o que isto implica em termos da adoção de uma perspectiva mais sistemática, neutra e impessoal. Ao contrário, o que vamos encontrar em CGS [Casa-Grande & Senzala] é uma prática fundamentalmente mágica do catolicismo, em que todos os anjos, santos e o próprio Cristo eram mobilizados em prol dos mais mundanos e contraditórios interesses dos habitantes da casa-grande. Entendido aqui como uma experiência religiosa de caráter essencialmente utilitário, capaz de convocar fontes sobrenaturais de poder para a consecução de objetivos puramente materiais, não

chega a causar espécie, a esta altura, que o cristianismo tenha sido considerado e empregado, antes de mais nada, em assuntos que diziam respeito ao sexo” (ARAÚJO, R., 1994: p. 84).

Há uma troca real entre o fiel e o santo cuja efetividade depende da proximidade entre ambos, a intimidade acintosa entre devoto e santo a que Freyre alude como peculiaridade do catolicismo brasileiro⁶⁶.

Não é minha intenção, nesse espaço, esgotar o destaque que o catolicismo tem – e o tem de forma declarada - no pensamento freyreano na década de 1930. Com esses breves comentários, queria apenas somar às demais análises da relação da casa com os elementos que compõem o triângulo rural nordestino no sentido de apontar a predominância de um ponto de vista na construção da paisagem: o da casa-grande.

Passemos agora ao último passo da reflexão que desenvolvemos nesse trabalho e olhemos para a “crítica ecológica” freyreana tal como delineada na obra “Nordeste”.

⁶⁶ Proximidade esta que tem como contraponto a “exasperação da diferença”, conformando-se em mais um par de elementos que equilibrados e aproximados, nunca se anulam na argumentação freyreana, como argumenta Araújo (1994): “(...) transformados em intermediários- lembremo-nos de Santo Antônio-, estes santos “padroeiros” irão se converter nos verdadeiros defensores dos seus fiéis, o que pode logicamente resultar em uma sanção divina e, portanto, numa exasperação das diferenças que já os separavam” (ARAÚJO, 1994: p. 85).

Capítulo 7

“Das ostras que dão pérolas...”: a crítica ecológica de Freyre em “Nordeste”.

Nas seções anteriores, descobrimos “Nordeste”. Vimos que a monocultura da cana, em sua relação com a natureza e a gente da região, compõe um drama sócio-cultural singular em que o homem e a natureza são os protagonistas. A dominação social se manifesta - e se realiza - através de uma sutil teia de relações materiais e simbólicas que equalizam cultura e natureza e assim dividem o mundo; de um lado, a casa salvaguardada da natureza tropical, o senhor sobre seu belo cavalo; do outro lado, os escravos, o boi, a mata. O mundo de que fala Freyre, como percebemos pela análise da paisagem natural e cultural exposta nas ilustrações, não é o mundo de relações idílicas entre homens e natureza tão pouco da igualdade entre homens, mas um sistema marcadamente desigual cujas hierarquias equalizam dominados (humano e natureza), todos sob o jugo do familismo e do patriarcalismo.

Contudo, todo esse mundo de hierarquias parece matizado quando do elogio à harmonia social e ecológica. A natureza como “paisagem” nos oferece um bom caminho para desvelar a dominação. Vejamos.

Ao se referir à harmonia da paisagem pernambucana, Freyre contrapõe dois tempos históricos: o tempo da casa-grande (séculos XVII e XVIII) e o tempo da elaboração da obra, a década de 1930. O tempo do engenho é contraposto ao tempo da usina.

No primeiro momento do argumento do autor, o *elogio à harmonia*, a casa em suas relações com os demais elementos (a gente, a mata, a capela e o engenho) é o tema da obra. Nos primeiros tempos do europeu em terras brasileiras, conta-nos o autor da natureza pouco amistosa que se erigiu como obstáculo à fixação do homem na terra. Já tratamos das condições dos primeiros tempos da colonização no capítulo 4 no qual exploramos a idéia de natureza como “meio”.

Em “Nordeste”, contudo, a natureza não parece ser, nos primeiros contatos do europeu com o trópico, a *hybris* descrita em Casa-Grande & Senzala. Em várias passagens da obra, é possível notar a identificação do caráter do homem a características da natureza regional: a moleza do massapé que amacia os homens do Nordeste; rios morosos e perenes tanto quanto a civilização da cana; o boi como parceiro do escravo, o cavalo como insígnia de distintividade

do senhor. O homem dilui-se na paisagem de modo que ambos parecem feitos da mesma substância. Numa aproximação da “*ambiance*” dos românticos, Freyre trata a natureza como aquilo que envolve, que conforta, tal como uma casa que nos conta muito de seus donos, num sentido muito diferente da relação rígida entre “meio” e sociedade a qual fiz alusão no capítulo 4.

Há algumas passagens que gostaria de contrapor a outras já citadas nesse trabalho que esclarecem os dois momentos do argumento do autor, a constatação do excesso e o elogio à harmonia. A primeira é parte do artigo que Freyre publica quando das celebrações da Semana da Árvore promovida em 1924 pelo Centro Regionalista do Nordeste intitulado “O Recife e as árvores”.

Nessa passagem, é interessante notar como o cenário de desequilíbrio, de excesso dos primeiros tempos (“Tudo era aqui desequilíbrio. Grandes excessos e grandes deficiências as da nova terra” (FREYRE, G.,2006: p.77)) é invertido: do medo, da distância profilática do europeu com relação a mata, Freyre nos lembra do encanto, do enlevo do europeu pela natureza tropical em sua exuberância.

“Somos os fidalgos arruinados do pau-brasil. Já entre nós, as matas deixaram de ser aquele arvoredo “tanto e tamanho e tão basto e de tantas prumagens que não podia homem dar conta”- *encanto* dos primeiros cronistas [*grifo meu*]” (FREYRE, G.,1979: p.380).

Freyre mais uma vez re-edita o “motivo edênico” (CARVALHO, 1998) quando se refere, em “Nordeste”, ao “amor a terra” de Duarte Coelho.

“No caso de Duarte e seus colonos, a aliança do homem com a cana foi o que se pode chamar um casamento de amor; e não simplesmente de interesse. Duarte Coelho fez da cana, não um substituto vegetal do ouro ou dos rubis que não se encontraram aqui - para o desapontamento dos colonos mais aventureiros-, mas a base de uma organização agrícola que só o seu amor a terra- amor de velho agricultor- teria conseguido com tanta bravura e com tanta segurança nos trópicos.

(...)

Sua voz já lembramos que foi a primeira grande voz de português que se levantou na América, e talvez nos trópicos, a favor da mata e da árvore. Ele não queria a mata devastada a esmo e brutalmente. Pelo seu gosto o canavial teria avançado com o mínimo de destruição da riqueza nativa” (FREYRE, G.,1989: p.119).

A postura de Duarte Coelho assim como o “encanto dos primeiros cronistas” parece encaminhar uma relação com a natureza tropical bem distinta daquela “militar” dos primeiros tempos: uma relação de proximidade, de fraternidade, íntima, em que o homem se dilui “franciscanamente” na paisagem. Não há, no trecho citado, referência ao clima de “guerra declarada” a *hybris* tropical, mas uma simbiose, um encontro harmonioso entre o homem e a natureza.

A outra passagem que cito retiro do mesmo artigo de 1924.

“Ainda há pouco, tive um contato que me deliciou com o “Brasil de 1500”.
(...)

Foi nuns trechos de matas de Japaranduba do meu amigo Pedro Paranhos. Trecho de matas onde se sente ainda o cheiro forte da mata virgem; e como era em outubro, as sicupiras estavam roxas; as sapucaieiras se avermelhavam, e os flagrantos mais vivos de revirginização eram por toda a parte de encantar. Dentre caniços à beira de riachos, jucanas escancaravam leques luzidios de verde frescor; pelos troncos de “corações negros”, das massarandubas, das jaguramas, das marmajudas, dos visgueiros, se entrelaçavam ibés e cipós. E é com uma volúpia selvagem que se entrelaçam os cipós na mata quando é outubro e o verão está em flor. Com uma volúpia de serpentes com fome ou em cio” (FREYRE, G.,1979: p.387).

A profusão de nomes de plantas nordestinas que o autor liricamente cita contrasta com a ignorância vergonhosa dos “brasileiros da terra de açúcar que quase não sabe os nomes das árvores, das palmeiras, das plantas nativas da região em vive” (FREYRE, G.,1989: p.75) que Freyre descreve no capítulo *A cana e a mata* de “Nordeste”. No texto de 1924, o autor mostra-se profundo conhecedor e admirador da natureza regional⁶⁷.

As passagens citadas nos deixam entrever uma sensibilidade muito distinta daquela “militar”, de distância, de domínio do homem sobre a natureza. Um modo intimista de apreciar a paisagem natural tal qual aquele que descrevemos no início do capítulo 4 quando do re-encontro do autor com Pernambuco; tal qual aquele ponto de vista do qual o autor se serve

⁶⁷ É interessante contrapor essa citação de 1924 a outra passagem de “Nordeste” (1937): “Nunca nos esqueceremos do dia em que entramos por uns restos de matas virgens do Sul de Pernambuco com o seu dono, nosso bom amigo Pedro Paranhos, senhor de Japaranduba. Ele sabia quase tão mal quanto nós, menino de cidade, os nomes das árvores da mata grande do seu engenho. Entretanto eram suas conhecidas velhas desde o tempo de menino. Mas simples conhecidas de vista. Foi preciso que o caboclo nos fosse dizendo: isto é um pé disso; isto é um pé daquilo; isto dá um leite que serve para ferida brava; isto dá um chá que serve para as febres” (FREYRE, 1989: p.76). A mesma experiência (talvez possamos pensar em dois momentos distintos, mas a paisagem é a mesma pelo que depreendemos das informações sobre o local e o proprietário do sítio) suscita em nosso autor impressões tão distintas.

na confecção de seus guias das cidades de Recife e Olinda (FREYRE, G., 1942, 1960)⁶⁸, no elogio aos “rios Sancho-panças”, a moleza do massapé, a luz e às cores de seu Pernambuco (FREYRE, G., 1989). Ou ainda, a proximidade com a natureza que caracteriza aquela simbiose do negro com a natureza que se expressa no Quilombo de Palmares e em Catucá. O autor parece diluir-se na paisagem, uma forma de relação antípoda àquela da distância, do domínio militar da terra e da gente.

Como Freyre, então, concilia o clima de excessos (por vezes, seu elogio) com as loas à harmonia que faz nas reflexões ecológicas presentes em “Nordeste”?

Olhemos para o segundo momento do argumento do autor (o momento de escrita da obra, década de 1930) para tentar esclarecer. Ao contrapor os dois tempos históricos, o da casa e o da usina, Freyre nos fala do que *falta* ao século XX.

“Há nesta nova fase do desajustamento de relações entre a massa humana e o açúcar, entre a cana-de-açúcar e a natureza por ela degradada aos últimos extremos, uma deformação tão grande do homem e da paisagem pela monocultura - acrescida agora do abandono do proletariado da cana à sua própria miséria, da *ausência da antiga assistência patriarcal ao cabra de engenho [grifo meu]*- que não se imagina o prolongamento de condições tão artificiais de vida.

Já não se trata de uma civilização como foi a patriarcal, neste mesmo Nordeste da cana, com seus sinais de + e -, embora o de - preponderando. O açúcar da usina parece que deixou de entrar com qualquer contingente de valorização da vida e da cultura do Nordeste, para ser apenas o sinal de - em tudo: a diminuição da saúde do homem; a diminuição das fontes naturais da vida regional; a diminuição da dignidade e da beleza da paisagem; a diminuição da inteligência, da sensibilidade, ou da emoção da gente do Nordeste, que hoje quando se manifesta é quase sempre em atitudes de crispação, de ressentimento e de revolta” (FREYRE, G., 1989: p.162-163).

E o que falta? Falta a velha tradição, um modo específico de relação entre dominantes e dominados que tornou possível o estabelecimento de uma civilização nos trópicos: o familismo e o privatismo gestados nas primeiras horas do Brasil-rebento que têm na “casa” a síntese dos valores e tradições. São esses valores os elementos de aproximação entre os extremos num quadro marcadamente despótico e violento. Esse é, aliás, o segredo da harmonia: um tenso “equilíbrio entre antagonismos” (ARAÚJO, 1994), concórdia custosa

⁶⁸ Araújo (1994) desenvolve profundamente o tema da sensibilidade fraterna e íntima presente na confecção dos guias das cidades de Recife e Olinda. Especialmente no capítulo 6, “A Arca de Noé”.

entre o senhor e o escravo, a casa e mata, que nunca chega a se romper sob a telha-vã da casa-grande.

Quando Freyre elabora sua crítica ecológica, apresenta-nos uma propositura de “reforma” do tempo presente pelo resgate de valores capazes de renovar o compromisso que unia os extremos de uma sociedade tão desigual. Nesse sentido, os mediadores de outrora (as sinhás, as mucamas, os meninos, os mulatos) são re-inventados na medida em que os valores que simbolizam são retomados numa nova chave. O enlevo dos primeiros colonizadores pela mata frondosa, o amor à terra de Duarte Coelho assim como o exemplo de fraternidade e simbiose simbolizada pelo Quilombo de Palmares e Catucá, ainda que efêmeros na história do país (incapazes de se perpetuarem frente ao clima de excessos do sistema monocultor escravagista), remetem o autor aos valores materializados por aqueles elementos mediadores do sistema: a proximidade, a intimidade, a confraternização. São esses os valores materializados nas árvores, rios, bichos e mata que Freyre reencontra quando de seu retorno à sua terra natal. São esses os valores que Freyre intenta recuperar quando elabora sua crítica ecológica.

Nesse sentido, a harmonia entre homem e natureza vale, na argumentação do autor, tanto quanto a ambiência íntima “democrática” entre senhores e escravos, quer dizer, seu manifesto ecológico, como já propus numa seção anterior, não tem como objeto *apenas* o futuro da região, ou seja, não tem como tração essencial o diagnóstico de degradação da natureza e da gente, mas intenta resgatar do passado “soluções culturais” balizadas por valores que persistem como gabarito da brasilidade. Ao tomar a saudade como ponto de vista, nosso autor traz à luz o equilíbrio (mesmo que tenso) entre natureza e sociedade e entre homens, que num passado não tão remoto, deu vida a uma sociedade rica em valores e tradições, mas, também, doente em vários aspectos. “O que nos faz pensar nas ostras que dão pérolas...” (FREYRE, G., 1989: p.176).

Temperando virtude e excesso, a crítica ecológica freyreana toma o passado como fonte criativa na resolução dos dilemas contemporâneos. O que falta ao século da usina é o equilíbrio entre tendências antagônicas (ARAÚJO, 1994), peculiaridade da alma brasileira. Portanto, não há uma contradição entre o elogio à harmonia, à fraternidade, ao “franciscanismo” e o ponto de vista aristocrático do autor: no pensamento de Freyre, ambos estão equilibrados.

A crítica à degradação ambiental testemunhada por Freyre em 1930 é uma face da defesa da tradição da casa-grande, defesa esta que teve seu pontapé inicial na década de 1920 com o Congresso Regionalista, como tratamos na seção 2 do capítulo 3. Outra face da defesa dos velhos valores é sua censura à situação degradante do trabalhador da usina.

“A verdade é que talvez em nenhuma outra região do Brasil a extinção do regime de trabalho escravo tenha significado tão nitidamente como no Nordeste da cana-de-açúcar a degradação das condições de vida do trabalhador rural e do operário. A degradação do homem.

(...)

A industrialização e principalmente a comercialização da propriedade rural vem criando usinas possuídas de longe, algumas delas por Fulano ou Sicrano & Companhia, firmas para as quais os cabras trabalham sem saber direito para quem, quase sem conhecer senhores, muito menos senhoras. Vários aspectos dessa *despersonalização do senhor de açúcar aos olhos dos trabalhadores [grifo meu]*, que na doença ou na dor não têm uma sinhá-dona a quem pedir um remédio, um sinhô a quem pedir 20\$000 de extraordinário, mas só o barracão, duro e absorvente (...)” (FREYRE, G., 1989: p.162).

Como se pode notar, a percepção da situação degradante e miserável do trabalhador da usina tem como ponto de vista a relação íntima (apesar de desigual) entre senhor e escravo; a grande diferença entre a relação contratual entre patrão e trabalhador e a relação entre senhor e escravo é a despersonalização do proprietário dos meios de produção que ganha, aos olhos de Freyre, um sentido extremamente negativo. Sem a sombra da casa, parece não haver possibilidade alguma de relação entre dominantes e dominados, este último tomado de completa invisibilidade como *pessoa* frente ao usineiro.

Esse parece ser o ponto central do argumento de Freyre: a casa-grande, que fazia subir da senzala escravos para o cuidado da família, “anulava” a completa animalidade do trabalhador de oito transformando negros e negras em mãe-preta, mucama, menino-leva-pancadas, malungo, *personagens centrais* do drama da formação nacional do Brasil. Foram esses “tipos” os elos de ligação entre a casa e o mundo exterior, a casa e a mata.

Essa proximidade entre o senhor e o escravo tornava-se possível pela ambiência de intimidade reinante na casa fomentada, especialmente, pelo excesso de natureza sexual que tão bem caracteriza o sistema casa-grande. A miscigenação encurtou as distâncias, outrora tão profundas, entre dominantes e dominados e, desse modo, concedeu ao pólo dominado um lugar de destaque na conformação da alma brasileira - o negro, a despeito de estar subjugado

ao despotismo e privatismo do sistema casa-grande e senzala, passa a fazer parte da história do país ao “entrar na casa”.

O que ocorre, então, no tempo da usina aos olhos de Freyre? Não há esse espaço de proximidade entre o trabalhador e o usineiro, que toma a gente e a natureza da região como meros insumos a serem consumidos na moagem da cana e fabrico do açúcar. Não há, portanto, no argumento do autor qualquer referência aos valores de igualdade, justiça e dignidade quando da condenação da usina; os valores que guiam a censura ao usineiro são o privatismo e o personalismo tão caros ao mundo da casa.

Neste sentido, a intensificação dos processos predatórios da natureza é relacionada à decadência de uma ordem social caracterizada pelo equilíbrio (ainda que tenso) entre homens e dos homens com relação à natureza. Recuperemos da obra alguns exemplos dessa crítica ecológica.

O primeiro deles: a crítica ao plantio do eucalipto. A implicância com o eucalipto surge, no argumento do autor, no capítulo III de “Nordeste” no qual as relações entre a mata e a monocultura da cana são analisadas. Esse capítulo, especialmente, brinda o leitor com uma análise que, hoje, identificaríamos com uma crítica ecológica: o tema predominante no texto é o estado de degradação da natureza regional cuja história remonta aos primeiros séculos da nação. O plantio extensivo, “militar”, de uma planta exótica ao meio brasileiro, se civilizava a paisagem brasileira, fincando casas de pedra-e-cal, capelas e engenhos, apresentava, também, seus efeitos negativos, dentre eles a destruição da mata densa que reinava imperiosa em todo o território quando da chegada dos primeiros colonos.

“A história natural - como a social- do Nordeste da cana nestes quatro séculos, é uma história de desequilíbrio, em grande parte causado pelo furor da monocultura. Sua fomes, algumas de suas secas e revoluções são aspectos desse drama.

(...)

Desse drama, um dos aspectos mais cruéis foi a destruição da mata, importando na destruição de vida animal e é possível que em alterações de clima, de temperatura e certamente de regime de águas. Alterações desfavoráveis à própria cana e ao próprio senhor de engenho. Desfavoráveis à vida do homem e dos animais da região” (FREYRE, G.,1989: p.74).

O furor devastador da cana tem um efeito nefasto na “economia da natureza”, nos equilíbrios naturais da teia da Vida e na adaptação dos seres vivos às suas “condições de

existência”, eixo teórico da ciência da ecologia alguns anos após seu batismo, feito por Ernst Haeckel em 1866. No tempo da usina, assiste-se à intensificação dos processos predatórios da natureza regional que perde ainda mais de sua cor e vivacidade com o plantio de mais uma planta exótica ao meio tropical, o eucalipto. Os reparos quanto ao plantio do eucalipto se aproximam da crítica ao caráter monocultor da cana.

“Os estetas que, em diferentes épocas, nos têm querido impor aos parques ou às ruas, numa generalização contra toda harmonia da natureza regional, plantas de fora – *o fico benjamin, o cacto mexicano, o eucalipto australiano, a acácia de Honolulu [grifo meu]* - devem lembrar-se de uma coisa: que não se brinca em vão, ou sem correr alguma risco sério, com a vida vegetal de uma região; que esta, afetada na interdependência de relações por planta estranha ou por animal intruso, que se torne predominante, pode desequilibrar-se a ponto de perturbar o próprio homem na sua economia e nas suas fontes mais puras de subsistência. É lição dos ecologistas, e não simples grito de alarme dos sociólogos românticos” (FREYRE, G., 1989: p.77).

Freyre, neste trecho, refere-se a um debate muito caro a sociedade científica de seu tempo. O plantio e uso de eucalipto era preocupação de grandes nomes da ciência brasileira como Alberto Sampaio, Cândido de Mello Leitão e Frederico Carlos Hoehne, bem como de jornalistas, profissionais liberais e tantos outros interessados na conservação da natureza nacional nas primeiras décadas do século XX. Como nos mostra Franco (2002), a realização da “Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza”, em 1934, indica a existência de um grupo relativamente organizado em torno de preocupações com a conservação da natureza. Esse mesmo grupo contribui de forma determinante para criação dos primeiros parques nacionais no território brasileiro: entre 1937 e 1939, Getúlio Vargas homologou a criação dos Parques Itatiaia, da Serra dos Órgãos e Itaipu.

O eucalipto já possuía uma história antiga no país, contudo foi nas primeiras décadas do século XX que o cultivo do eucalipto toma dimensões alargadas. Em 1904, a Companhia Ferroviária Paulista deu um passo gigantesco no cultivo da árvore para extração de madeira ao criar uma reserva da espécie só para tal fim. Em 1911, o Serviço Florestal de São Paulo - “uma sementeira de eucaliptos” (Dean, Warren *apud* DUARTE, R., 2005b: p. 141) , produzia, anualmente, uma média de 250 mil mudas. No mesmo ano, o diretor do Museu Paulista, Hermann von Ihering, publica artigo no qual alerta para a parcimônia necessária no plantio em grandes escalas dessa espécie de árvore: sem desprezar sua utilidade, o cientista

recomendava o controle rígido de seu plantio e atentava para a necessidade da conservação do que hoje chamamos de biodiversidade das matas nativas. Suas palavras não tiveram grande repercussão e, no final da década de 1920, um colega de Ihering do Museu Paulista, Hermann Luederwaldt, constatava consternado “a iminente saarização” de vastas áreas do território brasileiro fruto da devastação indiscriminada (poderia sugerir, atenta ao debate contemporâneo, irracional e insustentável) das florestas nativas e bradava contra a inutilidade das tentativas de substituição da natureza nativa pelo eucalipto, a única árvore que cujo plantio era feito em larga escala (DUARTE, R, 2005b: p. 141).

Fica claro o reflexo desse debate no argumento de Freyre, contudo penso que sua crítica ecológica tem uma motivação muito distinta do conservacionismo desses intelectuais. Voltemos ao trecho citado, pouco acima, no qual Freyre expõe sua indignação frente ao plantio de eucaliptos. Nesse trecho, vemos que a preocupação de Freyre quanto ao plantio em grande escala de plantas exóticas não está restrita ao eucalipto, mas amplia-se ao fico Benjamin, à acácia de Honolulu, ao cacto mexicano. E o que essas plantas têm em comum? São plantas exóticas, importadas. Somadas ao desequilíbrio ecológico que o plantio extensivo dessas plantas acarretam a uma região natural, Freyre atenta para o caráter artificial e deslocado dessas plantas no meio brasileiro. Nesse sentido, na crítica ecológica que Freyre elabora em “Nordeste” a homogeneização dos valores culturais (estes materializados na paisagem natural) tem tanto peso quanto o debate em torno dos desequilíbrios ambientais⁶⁹.

Desequilíbrio e/ou desarmonia parecem ser o objeto central da crítica ecológica de Freyre, contudo, ao desequilíbrio ecológico, o autor soma os desequilíbrios sociais, as desarmonias culturais. Assim, quando trata da “saarização” da paisagem nordestina (FREYRE, G.,1989: p. 79) ou quando nos fala que “o monocultor rico do Nordeste fez da água dos rios um mictório (...) das caldas fedorentas de suas usinas” (FREYRE, G.,1989: p.64) estabelece uma viva relação entre a atividade humana da monocultura da cana e o processo depredatório da natureza: como causa da degradação, o desequilíbrio ecológico e social.

⁶⁹ Não só em “Nordeste” como também nos artigos publicados na década de 1920 no Diário de Pernambuco, cito alguns: “Acerca de Jardins”, de 1925; “Vende-se Lenha”, de 1925; “Ruas de Doces Sombras”, de 1926. Todos publicados em coletânea de 1979 intitulada “Tempo de Aprendiz”.

Como intentamos demonstrar na seção 5 do capítulo 3, a ecologia freyreana se afasta da ciência ecológica nos primeiros decênios do século XX e se aproxima da literatura regionalista, que toma forma no mesmo período, ao tomar a natureza como paisagem, como depósito de valores e tradições de uma sociedade.

Diante do quadro de dissolução de valores, de degradação da natureza outrora sob controle do homem, ou seja, diante da decadência de um modo de vida materializado no sistema casa-grande & senzala, resta a Freyre o resgate da memória de uma certa tradição como fonte criativa na compreensão dos dilemas de seu tempo. Nesse sentido, Freyre não toma o futuro da ciência e da técnica como panacéia ao que seus contemporâneos chamam de “atraso do país”. Não. Freyre não trata do “atraso”, mas da decadência de um modo de vida, proposição que implica a existência - ainda que somente aos olhos do poeta- de um passado de fausto, de harmonia, de prosperidade.

Com essa comparação, não quero sugerir - nem de longe- que os cientistas e intelectuais envolvidos com a causa da conservação da natureza estivessem tão somente preocupados com o uso racional dos recursos naturais e as decorrências desastrosas da degradação da natureza; como nos mostra Franco (2002), havia uma forte associação, nas propostas desses protetores da natureza, entre identidade nacional e preservação da natureza.

“Foi munido dessa perspectiva [a razão científica, afinada com as atualizações do campo da ecologia, somada a uma sensibilidade estética que se aproximava do romantismo] que o grupo elaborou suas estratégias de defesa do uso racional dos recursos naturais e de preservação da diversidade da vida, inserindo-as no interior de um projeto mais amplo, cujo propósito era o de “organizar a nação” e constituir a sua “identidade” ” (FRANCO, 2002: p.270-71).

Poderíamos pensar que a natureza como “paisagem” também estava acalentada no ímpeto conservacionista desses homens - há, contudo, que se reconhecer que de maneira muito distinta daquela preconizada por Freyre. Se os protetores da natureza tomavam para si o papel de “elite *científica* esclarecida” na condução da política (FRANCO, 2002: p.268), Freyre empunha a bandeira de uma outra aristocracia, a do Nordeste do açúcar, que tinha no passado e na tradição, e não no futuro da técnica e da ciência, os encaminhamentos aos dilemas contemporâneos. A tradição deveria ser o gabarito das escolhas técnicas e científicas.

Como argumentei, o ponto de vista da crítica ecológica de Freyre é a saudade; nesse sentido, o resgate de “soluções culturais” do passado glorioso da casa-grande (que ainda pesa sobre ombros dos vivos...) é fator imperioso na condução dos dilemas, no uso da técnica, no emprego da ciência.

Freyre não se preocupa em apontar soluções ao quadro de profunda degradação ambiental - não o faz, na verdade. O objetivo de sua crítica ecológica é apontar a defasagem entre a artificialidade do Progresso (sempre com “p” maiúsculo) diante das variedades regionais de vida, natural e humana. “Ninguém diz que nos devemos fechar às novidades (...)” (FREYRE, G.,1989: p. 76), entretanto há que se pensar como fazê-las.

Sob este ponto de vista, a preservação da natureza é o resgate da tradição, o cuidado na conservação das formas regionais de vida, ou seja, cuidar daquilo que dá vida, cor e “alma” à região:

“E quando árvores velhas formam (...) um grupo característico não só da natureza regional como de uma época importante na formação social e paisagística da cidade, o problema de sua conservação nunca deve ser esquecido pelos administradores das coisas urbanas. A eles não está confiado o simples cuidado das casas e do asfalto das ruas, mas também o das árvores, o do mato, o da vegetação, o da água” (FREYRE,G.,1941: p.225).

A árvore fora tema importante também para o Centro Regionalista do Nordeste que em novembro de 1924 promove a “Semana da Árvore”, como já notei. Azevedo (1984) nos dá notícias sobre o evento.

“(...) Preparando-a, promove concursos da mais bela fotografia de árvore do Nordeste, do melhor desenho de propaganda do culto devido à árvore. Vários sócios do Centro realizam conferências: Odilon Nestor (“As árvores na poesia”); Aníbal Fernandes (“As árvores na pintura”); Moraes Coutinho (“Nossas mestras, as árvores”); Amauri Medeiros (“A filosofia das árvores”); Gilberto Freyre, que vinha escrevendo sobre o assunto, faz um verdadeiro panegírico da árvore regional, faz um retrospecto da administração pública do Recife em relação ao problema, condena o desmatamento do Brasil” (p.146).

A natureza regional, no debate regionalista, tem o mesmo peso que a culinária, as modinhas, as casas, as capelas, os antigos sobrados - são testemunhas do “tempo perdido”, materializações de soluções ecológicas e culturais que deram forma à brasilidade. A natureza quando pintada como paisagem, ou seja, quando recortada pelo olhar do poeta, é traduzida em

patrimônio. É nesse período, também, que as discussões em torno da proteção do patrimônio cultural do país tomam força. Rodrigo de Melo e Franco – a quem Freyre agradece carinhosamente o estímulo na elaboração e publicação de “Casa-Grande e Senzala” (FREYRE, G.,2006: p.54)- toma a frente, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que havia sido recentemente criado por Getúlio Vargas. Não quero aqui fazer uma digressão sobre a implementação e consolidação da política de patrimônio cultural no país; trago à luz essa informação para apontar que ambas as idéias e políticas, de conservação da natureza (via criação de parques nacionais, por exemplo) e de preservação dos bens culturais, “nascem” na mesma ambiência política e cultural⁷⁰. A natureza, tanto quanto a cultura, está intimamente relacionada à identidade nacional do país que toma um rumo renovado na década de 1930. Freyre nos apresenta uma versão para essa identidade nacional, versão que assume tamanha importância que se converte em gabarito da nacionalidade nas décadas subseqüentes.

Suas propostas que começam a ser delineadas nas décadas de 1920 e 1930 assumem sua forma acabada em seu projeto de tropicologia a partir da década de 1950 até quase sua morte em fins de 1980 frente ao Instituto Joaquim Nabuco. O interessante a notar é o modo como a ecologia de Freyre tem sido lida atualmente; Candeas (2003), por exemplo, relaciona a ecologia freyreana às discussões sobre desenvolvimento sustentável. Como o autor argumenta, a ecologia freyreana, de seus primeiros desenvolvimentos à sua forma acabada, a tropicologia, traz à baila o pluralismo da civilização humana e de sua diversidade cultural e ecológica. Candeas (2003) aponta que a perspectiva de Freyre, nos escritos germinais de 1930 e nos Seminários de Tropicologia das décadas de 1960 a 1980, eleva a natureza à posição de paradigma do processo de produção e de ocupação do meio, processo regido segundo uma "soma positiva", por meio da qual homens e natureza, todos ganham.

“Ao fazer da natureza o paradigma do processo de produção, o homem adota como culturais as leis naturais, trazendo a lógica do equilíbrio ecológico para a equação do desenvolvimento sustentável” (CANDEAS,2003, sem indicação de página).

⁷⁰ No artigo “Recife e as árvores” publicado em 1924, Freyre defende a restauração do Horto de Olinda “ já que no Recife parece tão difícil dedicar alguns hectares a um bosque que reunisse valores decorativos da nossa flora e de toda a flora tropical, como essas árvores hindus e africanas parentas das nossas; e servisse de grande pulmão da cidade. Uma cidade tropical sem um grande parque- compreende-se absurdo maior?” (Freyre, 1979: p.388). A sede da Fundação Gilberto Freyre (antiga residência do escritor) conta com um sítio ecológico aberto a visitação pública com mais de 10.000 m² que abriga variadas espécies de plantas e animais - um pequeno bosque na metrópole, reserva da natureza pernambucana.

É certo que a crítica ecológica avançada por Freyre em “Nordeste” encaminha, no debate atual sobre as relações entre ambiente e sociedade, instigantes possibilidades de reflexões. Afinal como, como nos mostra Candeas (2002, 2003) e Duarte (2005b), o autor tem como pontos básicos de sua interpretação a homogeneização cultural pelo Progresso a partir de um ponto de vista muito peculiar, das relações entre natureza e sociedade. Contudo, há que se atentar de que modo, de qual ponto de vista o autor elabora suas reflexões para tentarmos escapar às armadilhas do anacronismo e da ingenuidade política. Como Duarte (2005b) esclarece de forma certa, não se pode ler “Nordeste” como a mera projeção de nossos dilemas e concepções, numa atitude deformadora e injusta com relação ao pensamento do autor. Todo o meu esforço nesse trabalho foi o de recuperar os diálogos que o autor construiu com seu próprio tempo para então perceber que “Nordeste” continua a nos colocar questões extremamente instigantes.

Já em 1937, Sérgio Milliet notava o veio encantador de “Nordeste”:

“Muitas outras reflexões sugere ainda essa obra admirável de expressão, tão colorida e cheia de curiosidades (...). Mesmo porque livros dessa ordem com facilidade se transformam em bíblias para os espíritos menos críticos ou mais entusiastas de ideias gerais acessíveis. Ora em sociologia, mais ainda do que nas ciências naturais, onde o curioso enfrenta dados positivos e indiscutíveis, é necessária aquela dose de scepticismo sem a qual não podem existir verdades mesmo relativas” (p.45).

Deixo o ceticismo e o tom um pouco amargo dos reparos de Milliet um pouco de lado; para ler “Nordeste”, basta recuperarmos o doce e certo lembrete de que “as ideias não brotam feitas cogumelos” e lembrarmos que um mergulho na história do que se pensou sobre natureza e sociedade pode nos alertar quanto aos “pecados” do anacronismo e da ingenuidade.

Onde Chegamos...

A(s) natureza(s) de Freyre, bem como seu critério ecológico, foram nossos pontos de vista na compreensão da interpretação da formação nacional que o autor elabora na década de 1930. Com isso, esperamos ter demonstrado a fecundidade heurística do tema natureza na análise do pensamento social brasileiro, um campo de estudos ainda a ser intensamente explorado.

Mais um reparo, entretanto, há que se fazer. Comecei este trabalho afirmando que as idéias não brotam feito cogumelos. Com isso, gostaria de dizer que as idéias sobre natureza além de um lastro histórico tem também um lastro político. No tocante à crítica ecológica de Freyre, a percepção desse conteúdo político marca um distanciamento profundo com relação à crítica ambiental contemporânea; quero dizer, o fato de Gilberto Freyre trazer à lume as relações entre natureza e sociedade não significa que sua crítica ecológica “salve” seus posicionamentos políticos.

Afinal, como suporte de sua ecologia, há uma idéia de natureza correlata às suas concepções de cultura, história e sociedade que contam uma história do Brasil cujas marcas indeléveis são a hierarquia, o privatismo e a violência. Por trás da ambiência harmônica narrada em “Nordeste” e retratada nas ilustrações que analisamos há pouco, estava o elogio da desigualdade que caracterizava a antiga ordem patriarcal e que persistia, segundo o autor, como peculiaridade da brasilidade. Estamos de pleno acordo com Roberto Moreira (2007) quando escreve que

“a natureza e seus conceitos [são] socialmente determinados; [os considero] como fenômenos culturais. Sob esta perspectiva a construção da realidade cultural, naquilo em que ela é significada como natural, é politicamente conformada, expressa hierarquias dos valores e significados sociais e assimetrias de poderes de diversas ordens” (p.02).

Retomando o argumento desenvolvido na introdução desse trabalho, sugerimos, pela leitura da obra de Gilberto Freyre, que há uma história do que se pensou a respeito das relações entre sociedade e natureza e esta história, por vezes “esquecida” pela produção contemporânea, é parte da sociologia e parte ainda do que se pensa hoje sobre ambiente e sociedade. O objetivo central desse trabalho era desvelar uma história do que se pensou sobre natureza e sociedade no pensamento brasileiro (na obra de Freyre especificamente) e

demonstrar que tais formulações não se encontram apartadas dos grandes temas sociais e políticos do período em que foram elaboradas.

Assim, reler a obra de Freyre sob um ponto de vista peculiar (o ponto de vista dos estudos contemporâneos sobre ambiente e sociedade) é jogar nova luz sobre sua obra e abrir caminho a um longo projeto de reflexão sobre a história do tema na sociologia brasileira.

A natureza (ou a forma que olhamos para a natureza) nos conta algo sobre a forma como olhamos cultura e a sociedade. Este é o nosso ponto de vista, de onde partimos e onde chegamos. Pontos de partida incontáveis nas explorações das relações entre ambiente e sociedade...

Bibliografia

- ACOT, PASCAL. *História da Ecologia*. Rio de Janeiro: Ed. Campus:1990.
- ALONSO,ANGELA.;COSTA,VALERIANO. “Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico”. In: *BIB*, São Paulo, nº 53, jan-jun, 2002.
- ANDRADE, M.C. “Gilberto Freyre e o impacto dos anos 30”. In: *Revista USP*, São Paulo, nº 38, jun-agosto,1998.
- ANKER, PETER. *Imperial Ecology: Environmental Order in the British Empire, 1895-1945* . Cambridge, Mass., Harvard University Press, 2001.
- ARAÚJO, RICARDO.B. *Guerra e Paz. Casa-Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994.
- AZEVEDO, NEROALDO P. *Modernismo e Regionalismo. Os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa, PB: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.
- BASTOS, ELIDE R.“Gilberto Freyre: a sociologia como sistema”. In: *Ciência e Trópico*, Recife, v.15, n.2, jul/dez. 1987.
- _____. “Iberismo na obra de Gilberto Freyre”. In: *Revista USP*, São Paulo, nº 38, jun-agosto, 1998.
- _____. “O pensamento sociológico no Brasil: Consenso ou crítica?”. Tese (Livre Docência), Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,UNICAMP, 1997.
- _____.*Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e Alonso El Bueno*. Bauru, EDUSC, 2003.
- BECK, ULRICH. *Risk society: towards a new society*. London, Sage Publications, 1992.
- BENJAMIM, WALTER. “O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo, Ed. Brasiliense,1987.
- BOAS, FRANZ. *A formação da antropologia americana, 1883-1911: organização e introdução de George W. Stocking Jr*. Rio de Janeiro, Contraponto; Editora UFRJ, 2004.
- BODEI,REMO. *A Filosofia do século XX*. Bauru, SP:EDUSC, 2000.
- BOOGAART, ERNEST. “Realismo pictórico e Nação: as pinturas brasileiras de Frans Post.” In: TOSTES, VERA L.; BENCHETRIT, SARAH F.; MAGALHÃES, ALINE M. A

presença Holandesa no Brasil: memória e imaginário. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2005 (Livro do Seminário Internacional).

BOURDIEU, PIERRE. *A economia das trocas simbólicas*. SP, Ed. Perspectiva, 1980.

_____. *Questões de Sociologia*. RJ, Ed. Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, PIERRE; CHAMBOREDON, JEAN-CLAUDE; PASSERON, JEAN-CLAUDE. *A profissão de sociólogo. Preliminares epistemológicas*. Petrópolis, Editora Vozes, 1999.

BRAUDEL, FERNAND. *Escritos sobre História*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1992.

BUTTEL, FREDERICK. “Has environmental sociology arrived?”. In: *Organization & Environment*, vol.15, n.1, Mar 2002.

_____. “A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana”. In: *Perspectivas*, São Paulo, 15, 1992.

CANDEAS, ALESSANDRO W. *Tropique, culture et developpement au Bresil. La Tropicologie dans l'oeuvre de Gilberto Freyre*. These (Recherche comparative en développement), École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris-Fr, 2002.

_____. “Trópico, Cultura e Desenvolvimento no Brasil: Evolução e atualidade da tropicologia”. Recife, Anais do Seminário de Tropicologia, 2003. Disponível em www.tropicologia.org.br (data da consulta: 04/07/2006).

CARDOSO, FERNANDO.H. “Os livros que inventaram o Brasil”. In: *Revista Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, vol. 37, nº 1, 1993.

CARVALHO, JOSÉ.M. “O motivo edênico no imaginário social brasileiro”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 13, nº 38, out, 1998.

CASTAÑEDA, LUIZA A. “Historia Natural e as idéias de geração e herança no século XVII: Buffon e Bonnet.” *História, Ciência, Saúde- Manguinhos*, II(2), jul-out, 1995.

CATTON, WILLIAM; DUNLAP, R. “Environmental sociology: a new paradigm”. *The American Sociologist*, Washington, vol.13, n.1, 1978.

CAVALCANTI, Z.M. “ Os verdes anos de Gilberto Freyre: germinações”. In: *Ciência e Trópico*, Recife, vol. 18, no. 2, jul/dez 1990.

CHACON,VAMIREH. “Ecologia e meio ambiente nos trópicos“. Anais do Seminário de Tropicologia, Recife (PE), 2004. Disponível em www.tropicologia.org.br. (data da consulta: 04/07/2006)

COMISSÃO GULBENKIAN. *Para abrir as Ciências Sociais*. São Paulo, Ed. Cortez, 1996.

CORBIN, ALAIN. *O território do vazio. A praia e o imaginário ocidental*. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

CUNHA, EUCLYDES. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. 39ª edição. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro) (1ª edição: 1902).

DAMATTA, ROBERTO. “O Brasil como Moradia. Apresentação para ‘Sobrados e Mucambos’”. In: Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*-15-ed.rev.-São Paulo: Ed. Global, 2004.

_____. “Basta Recordar os Pés das Chinesas: Notas sobre Gilberto Freyre e o Carnaval do Brasil”. In: Quintas, Fátima. *Anais do Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*. Recife: Fundação Gilberto Freyre,2000.

D’ANDREA, MOEMA SELMA. *A tradição Re(des)coberta: o pensamento de Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e/ou literárias nordestinas*. Campinas, Editora da UNICAMP,1992.

DIAS, CÍCERO. *Cícero Dias: Anos 20*. Rio de Janeiro, Editora Index, 1993.

DIEGUES, ANTONIO.C. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1998.

DIMAS, ANTONIO. “Uma Senhora Inconveniente”. In: Quintas, Fátima. *Anais do Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*. Recife: Fundação Gilberto Freyre,2000.

DINIS FILHO, LUIS L. “O determinismo ambiental na formação do pensamento político autoritário brasileiro”. In: *Ra’ega. O espaço geográfico em análise*. Curitiba –PR, no. 6, 2002.

DRUMMOND,JOSÉ.A. “A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991.

DUARTE, REGINA. “Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil”. In: *Luso-Brazilian Review*, 41:2, 2005.

_____. ““Com açúcar, com afeto”: impressões do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre”. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 10, nº 19, 2005b.

ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES. “De L’Agriculteur au Paysage”. In: *Études Rurales*, no.121-124, jan-dec 1991.

EUFRÁSIO, MARIO. A. *Estrutura Urbana e Ecologia Humana: A escola sociológica de Chicago (1915-1940)*. Editoria 34. São Paulo, 1999

FERREIRA, GABRIELA. B. “A Formação Nacional em Buarque, Freyre e Vianna”. In: *Revista Lua Nova*, São Paulo, nº 37, 1996.

FERREIRA, LEILA C. *Idéias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil*. São Paulo: Ed Annablume, 2006.

_____. “Sociologia Ambiental, teoria social e produção intelectual na América Latina”. In: *Idéias*, Campinas-SP, 8 (2), 2001.

_____. “Introdução”. In: FERREIRA, L.C. *A Sociologia no horizonte do século XXI*. São Paulo, Ed. Boitempo, 1997.

FERREIRA, LEILA. C et al. “A Questão Ambiental, Interdisciplinaridade, Teoria Social e Produção Intelectual na América Latina”. Trabalho apresentado no III Encontro da ANPPAS, Brasília-DF, 2006. Disponível em www.anppas.org.br (data da consulta: 28/08/2008).

FRANCO, JOSÉ L.A. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional: 1930-1940*. Tese (Doutorado em História Social e das Idéias)- Programa de Pós-Graduação em História, UNB, Brasília, 2002.

FREYRE, GILBERTO. *Açúcar. Uma sociologia do doce com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. (1ª. Ed:1939)

_____. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1933.

_____. *Casa Grande & Senzala*. 51ª edição. São Paulo, Ed. Global, 2006.

_____. “Cícero Dias, seu azul e encarnado, seu "sur-nudisme". In: DIAS, Cícero. *II exposição Cícero Dias na Escada*. Recife: Oriente, 1933b. Disponível em www.fgf.org.br (data da consulta: 18/08/2008).

_____. *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Brasília, Ed. Da Universidade, 1968.

_____. *Interpretação do Brasil. Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. São Paulo: Cia das Letras, 2001. (1ª Edição: 1947).

_____. *Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Livraria Editora José Olympio, 1942 (1ª edição: 1934).

_____. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1937.

_____. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1951.

_____. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 6ª edição. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1989.

_____. *Manifesto Regionalista*. Recife: IJNPS, 1976.

_____. *Olinda: 2º Guia Prático, Histórico e Sentimental de Cidade Brasileira*. 3ª edição. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1960. (1ª edição: 1939).

_____. *Perfil de Euclides e outros perfis*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944. (Coleção Documentos Brasileiros, no.41).

_____. *Região e Tradição*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1941. (Coleção Documentos Brasileiros, no.29).

_____. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Global, 2004 (1ª Edição: 1936).

_____. *Sociologia: introdução ao estudo de seus princípios*. Rio de Janeiro; São Paulo, Ed. José Olympio, 1967 (1ª Edição: 1945).

_____. *Tempo de Aprendiz: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor: 1918-1926*. São Paulo: IBRASA; (Brasília): INL, 1979.

_____. *Tempo Morto e outros tempos- trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade (1915-1930)*. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1975.

FRESTON, P. "Um Império na Província: o Instituto Joaquim Nabuco". In: MICELI, SÉRGIO (org). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais; IDESP, 1989.

FROELICH, J.M. "Gilberto Freyre, a história ambiental e a urbanização". In: *História, Ciência e Saúde Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.7, nº 2, jul-out, 2000.

- GALVÃO, WALNICE N. "O indianismo revisitado". In: GALVÃO, WALNICE N. *Gatos de outro saco*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.
- GERBI, ANTONELLO. *O Novo Mundo. História de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo, Ed. Cia das Letras, 1996.
- GIULIANI, G.M. " Sociologia e Ecologia: um diálogo reconstruído". In: *Revista DADOS*, Rio de Janeiro, v. 41, n ° 01, 1998.
- GIDDENS, ANTHONY. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo, Ed. UNESP, 1991.
- GOMBRICH, E.H. *Norma e Forma: estudos sobre a arte da Renascença*. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1990.
- GONÇALVES, JOSÉ R.. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/IPHAN, 1996.
- GUIVANT, JULIA. "A Trajetória das Análises de Risco: Da periferia ao Centro da Teoria Social". In: *BIB*, Rio de Janeiro, no. 46, 1998.
- GUTLICH, GEORGE REMBRANDT. *Arcádia Nassoviana: natureza e imaginário no Brasil holandês*. São Paulo, Annablume, 2005.
- HANNIGAN, JOHN. *Environmental Sociology: a social constructionist perspective*. London, Rutledge, 1995.
- HOBBSBAWM, ERIC J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- _____. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2ª edição. São Paulo, Cia das Letras, 1995.
- HOFSTADTER, RICHARD. *Social darwinismo in american thought*. Boston, Beacon Press, 1975.
- HOGAN, DANIEL; VIEIRA, PAULO. *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, Ed. UNICAMP, 1992.
- HOLANDA, SÉRGIO BUARQUE. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Ed. José Olympio, 1967. (1ª Edição: 1936)
- _____. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense: Publifolha, 2000. (1ª Edição: 1959)

_____. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 1994 (1ª Edição: 1957)

IANNI, OTAVIO. “A Crise de Paradigmas na Sociologia”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, no. 13, ano 5, jun. de 1990.

KOLAJA, JIRI; MONTIEL, ANGELA M.. “La Sociologia Checoslovaca: uma historia de la interacción entre la ciência y la política”. In: *Revista Mexicana de Sociologia*, vol. 25, no. 3, sep-dec. 1963.

KOSMINSKY, ETHEL. V.; LÉPINE, CLAUDE.; PEIXOTO, FERNANDA A.. (org). “Gilberto Freyre em Quatro Tempos”. Bauru-SP, EDSUC, 2003.

LARRETA, ENRIQUE R.; GIUCCI, GUILHERMO. *Gilberto Freyre: uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

LARSEN, ERIK. *Frans Post: intérprete du Brasil*. Amsterdam, Colibris, 1962.

LEIS, HÉCTOR. R. “Para uma reestruturação interdisciplinar das ciências sociais: a complexa tarefa de enfrentar os desafios da problemática ambiental sem cair no senso comum da sociedade civil” In: *Ambiente e Sociedade*, n.8, Campinas, jan./jun. 2001.

LEITE, JOSÉ ROBERTO TEIXEIRA. *A pintura no Brasil holandês*. Rio de Janeiro, Editora GRD, 1967.

LEPENIES, WOLF. *As três culturas*. São Paulo, EDUSP, 1996.

LÉVI-STRAUSS, CLAUDE. *O Pensamento selvagem*. Campinas, Ed. Papirus, 1997

LIDSKOG, R. “The Re-Naturalization of Society? Environmental Challenges for sociology”. In: *Current Sociology*, volume 49, no. 1, jan 2001.

LIMA, VALÉRIA A. E. *A viagem pitoresca e histórica de Debret: por uma nova leitura*. Tese (Doutorado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2003.

LOBATO, MONTEIRO. “Prefácio à 1ª edição”. MENESES, DIOGO DE MELO. *Gilberto Freyre. Notas Bibliográficas com ilustrações inclusive desenhos e caricaturas*. 2ª edição atualizada. Recife, FJN; Editora Massangana, 1991.

LODY, RAUL. “Ecologia em Gilberto Freyre: estética e biologia”. Disponível em www.bvgf.fgf.br/portugues/critica/palestras/ecologia.htm (data da consulta: 04/07/2006)

_____. “Nordeste: um livro germinal de Gilberto Freyre sobre Ecologia/Região/Cultura”. In: *Ciência e Trópico*, Recife, vol. 18, no. 2, jul/dez 1990.

MACHADO, LIA OSÓRIO. “Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930)”. In: CASTRO, INÁ E.; GOMES, PAULO CÉSAR C.; CORREA, ROBERTO L. (org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1995.

MANNHEIM, KARL. “O Pensamento Conservador”. In: MARTINS, J.S. *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1986.

MELLO E SOUZA, ANTONIO CANDIDO. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 5ª edição. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1975.

_____. “A Revolução de 30 e a cultura”. In: MELLO E SOUZA, ANTONIO CANDIDO. *A Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo, Ed. Ática, 1987.

_____. *Literatura e Sociedade*. 8ª edição. São Paulo, T.A. Queiroz; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

MEUCCI, SIMONE. *Gilberto Freyre e a Sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico*. Tese (Doutorado em Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2006.

MICELI, SÉRGIO (org). *História das Ciências Súcias no Brasil*. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais; IDESP, 1989.

MILLIEU, SÉRGIO. “Nordeste”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de São Paulo*, vol. XXXIII, 1937.

MITMAN, GREGG. *The state of Natures: ecology, community and the American Social thought, 1900-1950*. Chicago: Chicago University Press, 1992

MOL, ARTHUR.P.J. "Ecological modernization: industrial transformations and environmental reform". In: Redcliff, m. Woodgate (ed.) *The International Handbook of Environmental Sociology*. Cheltenham, UK Northampton, MA., USA, 1997.

MORAES, ANTONIO C.R. *Geografia: pequena história crítica*. 17ª edição. São Paulo, Editora HUCITEC, 1999.

_____. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.

MOREIRA, ROBERTO J. "Cultura, territórios ecossistêmicos e globalizações: A Utopia da sustentabilidade". Trabalho apresentado no XII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife (PE), 2007. Disponível em www.sbs.org.br (data da consulta 25/01/2008).

MUKERJEE, RADHAKAMAL. "The Regional Balance of Man". In: *The American Journal of Sociology*, vol.36, no.3, nov.-1930.

_____. "The concepts of distribution and succession in social ecology". In: *Social Forces*, vol. 11, no. 1, oct-1932.

_____. "The Ecological Outlook in Sociology". In: *The American Journal of Sociology*, vol. 38, no.3, nov-1932.

NAXARA, MÁRCIA. "Natureza e Civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX." In: BRESCIANI, STELLA E NAXARA, MÁRCIA. *Memória e (re) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2001.

NISBET, ROBERT. *História da Idéia de Progresso*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1985.

OLIVEIRA, LÚCIA.L. "Donald Pierson e a Sociologia no Brasil". In: *BIB*, Rio de Janeiro, n.23, 1º.sem. de 1987.

_____. "Interpretações sobre o Brasil". In: MICELI, S. (org). *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)*. São Paulo, Ed. Sumaré: ANPOCS, 1999.

_____. "A invenção do Nordeste e do nordestino: roteiro de pesquisa.". Trabalho apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife-PE, 2007. Disponível em www.sbs.org.br (data da consulta 25/01/2008).

ORTIZ, RENATO P. “Memória coletiva e Sincretismo científico: as teorias raciais e os precursores das Ciências Sociais”. In: *Cadernos CERU*, no.17, set.1982.

_____. “O guarani: um mito de fundação da brasilidade”. In: *Ciência e Cultura*, São Paulo, vol.40, no.3, mar-1988.

_____. “A porosidade das fronteiras nas Ciências Sociais”. In: ORTIZ, R. (org). *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho D’Água, 2003.

PÁDUA, JOSÉ A. “Natureza e Projeto Nacional: as origens da ecologia política no Brasil”. In: PÁDUA, JOSÉ A. (org). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Espaço e Tempo; IUPERJ, 1987.

_____. *Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2002.

_____. “Herança Romântica e ecologismo contemporâneo: existe um vínculo histórico?”. In: *Varia História*, no. 33, jan-2005.

PARK, ROBERT. “Ecologia Humana”. In: Pierson, Donald (org). *Estudos de Ecologia Humana*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1948 (Tomo I de Leituras de Sociologia e Antropologia Social).

PASSERON, JEAN-CLAUDE. *O Raciocínio Sociológico: o espaço não popperiano do raciocínio natural*. Petrópolis-RJ, Editora Vozes, 1995.

PIERSON, DONALD. “Introdução”. PIERSON, DONALD (org). *Elementos de Ecologia Humana*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1948 (Tomo I de Leituras de Sociologia e Antropologia Social).

PONTES, H. “Retratos do Brasil: Editores, Editoras e “Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50”. In: MICELI, SÉRGIO (org). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais; IDESP, 1989.

POST, FRANS. *Frans Post: seus quadros brasileiros*. Rio de Janeiro, Typographia Mercantil, 1937 (Notas sobre o pintor e sua obra por Joaquim de Sousa-Leão Filho).

PRADO JR, CAIO. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo, Editora Brasiliense; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro) (1ª edição: 1942).

QUINN, JAMES A. “Human Ecology and Interactional Ecology”. In: *American Sociological Review*, vol. 5, no. 5, oct.-1940.

- REGO, JOSÉ LINS. “Notas sobre Gilberto Freyre”. In: Freyre, Gilberto. *Região e Tradição*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1941. (Coleção Documentos Brasileiros, no.29).
- ROMERO, SILVIO. *História da Literatura Brasileira. Contribuições e Estudos Gerais para o exato conhecimento da Literatura Brasileira*. 7ª edição. Rio de Janeiro, Editora José Olympio; Brasília, INL, 1980, vol. I (1ª edição: 1888).
- ROSA, JOÃO GUIMARÃES. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 2006.
- SANTOS, MILTON. *As metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.
- SCHAMA, SIMON. *Paisagem e Memória*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.
- SCHWARCZ, LILIA M. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições sociais e questão racial no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1993.
- SESI (São Paulo-SP); INSTITUTO RICARDO BRENNAND (Recife-PE). *O Instituto Ricardo Brennand e o Resgate do Brasil Holandês*. São Paulo, SESI; Instituto Ricardo Brennand (Recife-PE), 2007 (catálogo de exposição).
- SIMÕES, JOÃO FRANCISCO O. *Casa-Grande & Senzala e Radiografia de la pampa: ensaios de interpretação nacional na América Latina*. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2007.
- SKOLA, J. “Czech Sociology”. In: *The American Journal of Sociology*, vol. 28, no. 1, jul-1922.
- SKINNER, QUENTIN “Meaning and Understanding in the history of ideas”. In: TULLY, J. “Meaning & Context: Quentin Skinner and his critics”. Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1988.
- SORÁ, GUSTAVO. “A construção sociológica de uma posição regionalista. Reflexões sobre a edição e recepção de Casa-Grande e Senzala de Gilberto Freyre”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 13, nº 36, fev-1998.
- SPITZER, LEO. “Milieu and Ambiance: an essay in Historical Semantics”. In: *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 3, no. 2, dec-1942.
- SVECENKO, NICOLAU. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1999.

VENTURA, ROBERTO. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias*. São Paulo, Cia das Letras, 1991.

_____. “Euclides da Cunha e Os Sertões”. In: CUNHA, EUCLYDES. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. 39ª edição. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

VILA NOVA, SEBASTIÃO. *Sociologia e Pós-Sociologia em Gilberto Freyre*. Recife, Editora Massangana, 1995.

VILLAS BOAS, GLAUCIA. “O Tempo da Casa Grande”. In: *Dados*, Rio de Janeiro, vol.31,no.3,1988.

VOLOBUEF, KARIN. *Frestas e Arestas. A prosa de ficção do romantismo na Alemanha e no Brasil*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999 (Prismas).

THIESSE, ANNE-MARIE. *Écrire la France: le mouvement littéraire régionaliste de langue française entre le Belle Époque et la Libération*. Paris-Fr, Presses Universitaires de France, 1991.

_____. ““La petite Patrie enclose dans la Grande”: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940)”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, no. 15, 1995.

THOMAS, KEITH. *O homem e o mundo natural*. São Paulo, Cia das Letras, 1988.

THOMAZ, OMAR R. “Introdução”. In: Freyre, Gilberto. *Interpretação do Brasil. Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. São Paulo, Cia das Letras, 2001.

TUNA, GUSTAVO. *Viagens e Viajantes em Gilberto Freyre*. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, SP, 2003a.

_____. “Da Outra América: Gilberto Freyre e a “New History” Norte-Americana”. In: *Trapézio*, Campinas, no. 5/6/7, 2003-2004.(2003b).

WEGNER, ROBERT. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000.

WILLIAMS, RAYMOND. “Ideas of Nature”. *Problems in materialism and culture : selected essays*. London, Verso, 1980.

_____. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

WORSTER, DONALD. *Nature's Economy: a history of ecological ideas*. Cambridge University Press, New York, 1985

_____. "Para fazer história ambiental". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.4,n.8,1991.